



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Amanda Lima Costa

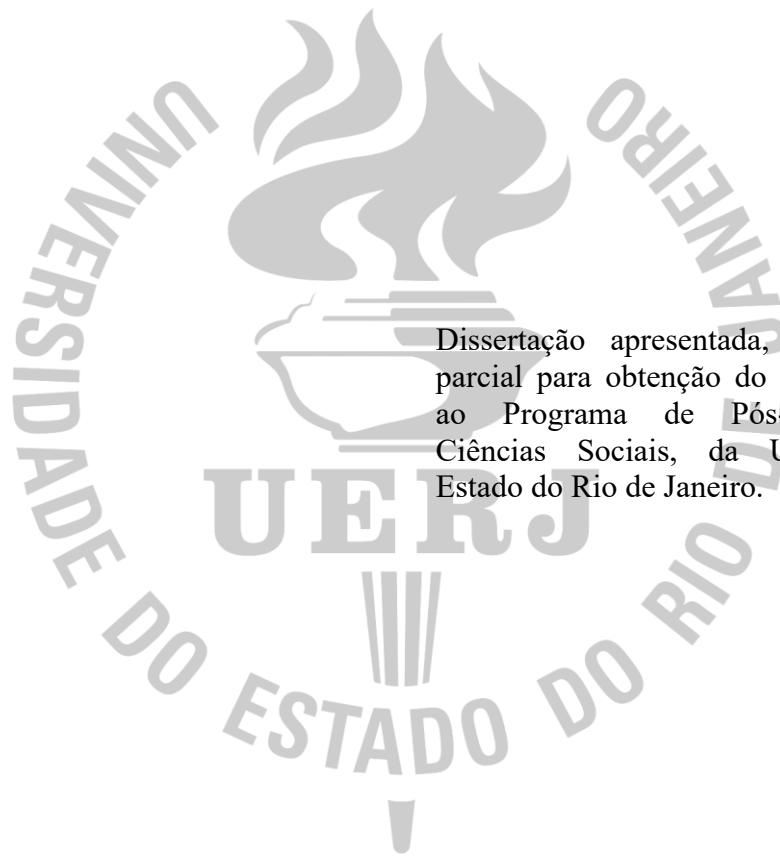
**“Ocupação urbana” através de Projeções: do Coletivo Projeção ao
Junho+5**

Rio de Janeiro

2019

Amanda Lima Costa

“Ocupação urbana” através de Projeções: do Coletivo Projeção ao Junho+5



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Marcia Pereira da Silva Leite

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

C837 Costa, Amanda Lima.
“Ocupação urbana” através de Projeções: do Coletivo Projeção ao Junho
+5 / Amanda Lima Costa. – 2019.
132 f.

Orientadora: Márcia Pereira da Silva Leite.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais.

1. Movimentos sociais - Brasil - Teses. 2. Espaços públicos - Brasil - Teses. 3. Manifestações públicas - Teses. 4. Cidadania - Brasil - Teses. I. Leite, Márcia Pereira da Silva. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais. III. Título.

CDU 304

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Amanda Lima Costa

“Ocupação urbana” através de Projeções: do Coletivo Projeção ao Junho+5

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 17 de dezembro de 2019.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Márcia Pereira da Silva Leite (Orientadora)
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

Prof.^a Dra. Patrícia Lânes Araújo de Souza
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof.^a Dra. Juliana de Farias Mello e Lima
Universidade Estadual de Campinas

Prof.^a Dra. Maria Gabriela Scotto
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2019

DEDICATÓRIA

Para o amor da minha vida, Magno.

Aos membros dos coletivos Junho+5 e Projetação.

AGRADECIMENTOS

Em todo o percurso da dissertação, fui mobilizada por diferentes sentimentos como alegrias, experiências, conhecimento, medos, dificuldades, inseguranças, aprendizados, fragilidades, carinho, conforto, preocupações e tantos outros que seriam ainda mais difíceis de descrever aqui. Foram muitos os sentimentos vivenciados ao longo desses anos de mestrado, alguns trago pelo contato com diferentes situações da vida; outros, pelo contato com diferentes pessoas que estavam e foram somadas em minha trajetória. Foram justamente essas pessoas tão afetuosas, que tenho em meu caminho, que fizeram a diferença, pois me mobilizavam, “me seguravam” e, ainda, me ensinavam a fazer das dificuldades uma forma de crescer, me fortalecer e continuar. Por esse motivo, eu jamais poderia deixar de agradecer a cada um que faz parte de mais esta etapa da minha vida. Existiram muitos dilemas nesta jornada, mas um a um, foram superados, principalmente através de imensuráveis contribuições, fossem elas atenção, carinho, auxílio ou mesmo conversas e afetos. Muitíssimo obrigada! Sem vocês seria impossível a efetivação de todo o processo de mudança e amadurecimento pessoal e profissional que a dissertação me proporcionou, sobretudo ao me ensinar que um ambiente melhor só se constrói coletivamente.

Dito isso, gostaria de reconhecer a todos que fizeram parte desta etapa, torceram ou contribuíram para a finalização deste trabalho com sucesso, obrigada novamente a todos!

Ao PPCIS que me acolheu e me permitiu trilhar o caminho da pesquisa.

À banca de qualificação, composta por Lia Rocha, Juliana Farias e Patricia Lanes, pelas contribuições.

À banca de defesa da dissertação, composta por Juliana Farias, Patricia Lanes e Gabriela Scotto, muito obrigada por aceitarem o convite para estarem presentes. Acredito, desde já, que todas as contribuições serão muito ricas para o amadurecimento do meu trabalho de pesquisa. Obrigada pela gentileza de embarcarem nesta proposta.

À minha orientadora Marcia Leite, por aceitar me orientar e vivenciar esta trajetória conturbada comigo. Saiba que foi crucial nesta etapa poder lhe “perturbar” e contar com a sua humanidade, paciência, perseverança e carinho.

Ao amor da minha vida, Magno Melgaço. Porque sem você nenhum esforço teria feito sentido. Agradeço pela parceria, cumplicidade e afeto ao longo de tantas empreitadas juntos.

Mas, nesta etapa, destaco o quanto a sua força, paciência, carinho e amor foram determinantes para que eu continuasse e me mantivesse firme. Você foi o meu modelo e

também o meu orgulho nesta caminhada. Por esse motivo, e por tantos outros, só quero agradecer por sua capacidade de me fazer sempre feliz, até mesmo quando eu nem consigo imaginar que é possível.

Ao meu irmão e minha alegria, Nathan Lima. Agradeço por todo o carinho e compreensão de sempre, além da força que me transmite nos momentos mais diferentes possíveis. Não tenho nem palavras para dizer o quanto você foi importante para que eu continuasse esta fase. Só agradeço por ser o melhor irmão do mundo todo! E saiba que eu me orgulho da ótima pessoa que você se tornou.

À minha mãe, Ana Cristina. Por ser sempre o meu exemplo de força e de superação. Agradeço por toda a preocupação, carinho, cuidado e dedicação de sempre. Eu sei que a senhora nunca mede esforços para me ver bem. Também sei o quanto sofreu, comemorou e se preocupou com cada passo que dei nesta trajetória, por esse motivo, saiba que esta vitória também é sua. Você é o meu grande orgulho. Muito obrigada por me ensinar a ser melhor a cada dia!

A Mafaldinha, por ganhar nossos corações e nos dar força todos os dias.

Aos meus pais: Mauricio Novaes (“pai 2”) e Sebastião Costa (“pai 1”). Pelo carinho e preocupação de sempre. Agradeço toda a força e a torcida no trajeto de mais esta etapa da minha vida.

Ao meu amigo/irmão que ganhei da UFF, Bruno Sá. Obrigada por acreditar em mim, e me dar forças mesmo nos momentos mais caóticos de nossas vidas. Você tem sido incrivelmente forte! Não se esqueça. Agradeço, também, por todas as alegrias, tristezas e dores compartilhadas, só tenho a agradecer pelo seu companheirismo, carinho e cuidado de sempre.

Ao meu querido amigo, Pitter, por toda a sensibilidade, preocupação e gentileza durante todo este processo. Também agradeço por todo o crédito que me deu, ao acreditar e me impulsionar a continuar. Saiba que a sua amizade e torcida eram um jeito de renovar as minhas forças nos dias mais difíceis. Você é um ótimo amigo. Obrigada por tudo!

Aos professores e amigos, Márcio Malta e Gabriela Scotto. Por acompanharem esta pesquisa de perto desde o seu possível surgimento, por estarem sempre disponíveis para diversos momentos de aprendizado com atenção e disponibilidade, que reconheço nem sempre ter sido fácil, pois sei que por vezes estavam “mega” atarefados. Agradeço por sempre abrirem, com todo o afeto, um espacinho para me ajudar, incentivar e ensinar. Vocês são demais!

Ao meu querido amigo, Gileno. Por ser essa pessoa maravilhosa! Pela torcida, disponibilidade e carinho. Agradeço por ler a dissertação ainda em sua versão mais bruta, mesmo atarefado e cheio de problemas, apenas para me dar dicas e me encorajar a continuar. Muito grata por tudo!

Aos queridos Roberto e Ana Zarco que, mesmo de longe, estavam na torcida com muita “positividade” para que o trabalho ficasse bacana. Agradeço, também, por sempre me “socorrerem”, orientarem, apoiarem e torcerem. A vocês, minha gratidão.

Aos meus cunhados, Maicon e Mário e aos meus sogros, Sandra Regina e Márcio José. Muito grata por todo o afeto, paciência e compreensão que tiveram conosco ao longo dos nossos anos no mestrado. Obrigada por toda a torcida e a positividade.

A Andrea Paiva e ao professor Paulo Gajanigo, agradeço a imensa colaboração de vocês em diferentes etapas deste processo de mestrado. Sem a atenção e o devido auxílio, disponibilidade, paciência e delicadeza de vocês, nada disso seria possível. Muito obrigada!

A Amanda Damasceno, muito grata pela parceria de trabalho. Você é uma pessoa incrível. Foi muito bom conhecê-la nesta trajetória conturbada.

Aos colegas de trabalho: Lilian, Inês, Evelise, Regildo, Assis, Néia, Gladys e Maria Cecília. Meus queridos, sem o apoio de vocês, não sei como continuaria. Vocês foram maravilhosos para mim, principalmente na etapa mais difícil da minha vida. Por isso, o meu muitíssimo obrigada!

Aos meus alunos do Cejopa e do CEBB, muito obrigada pelo carinho e pela compreensão neste ano conturbado.

Aos professores Fernando Weltman e Dorian Borges, por serem professores humanos, humildes e preocupados com os alunos. Vocês contribuíram muito para que eu não desistisse desta etapa. Muito obrigada, aprendi muito com vocês!

Ao querido Vagner da secretaria, por toda atenção, gentileza e sensibilidade que tinha comigo e com o Magno durante os anos do mestrado. Vagner, querido, saiba que se por muitas vezes pensamos em desistir e não o fizemos, você tem uma contribuição grande nisso, ao amenizar o problema, nos ouvir e se preocupar. Por isso, nem consigo mensurar em palavras o quanto você é especial nesta minha trajetória. Muito grata!

Às queridas Masé Sant’anna e Marina Cavalcanti, e também aos alunos da pós de sociologia urbana que me permitiram um enorme aprendizado e trocas durante as aulas de estágio docente.

Aos colegas do PPCIS, em especial a Clara, Marina e Karinna, por todo o apoio neste trajeto.

A Márcia Leite, Camila Pierobon, Liliana Sansurjo e Patricia Birman, por ministrarem a disciplina de precariedades e me possibilitarem uma amplitude de conhecimento que transpassou até mesmo o conhecimento acadêmico, ao tornarem o conteúdo das aulas aprendizados para vida.

Às professoras Glaucia Pontes e Jussara Freire, pela gentileza de me permitirem compartilhar experiências ao me aceitarem para fazer a disciplina sobre metodologia que estavam ministrando no PPGDAP/UFF-Campos.

Ao professor Guilherme Vargues, por toda gentileza, carinho e disponibilidade em ajudar nas mais diferentes situações. Grata pela torcida!

Ao Ciro, Thainã e André, pelos auxílios durante a pesquisa. Sem vocês seria impossível fazer um trabalho tão rico. Muito obrigada!

A todos os membros do Coletivo Junho+5, pela coragem e determinação.

Aos amigos e residentes pedagógicos: Fernando, Júlia, Laura, Haila, Maria Clara, Ana Caroline, Lívia e Samara. Por todas as trocas de experiências profissionais e pessoais.

Também, pelo carinho, pela cumplicidade e afeto que construímos. Vocês são demais! Agradeço a torcida.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho direta ou indiretamente.

Odeio os indiferentes. (...) acredito que "viver significa tomar partido". Não podem existir os apenas homens, estranhos à cidade. Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão, e partidário.

(Antônio Gramsci)

RESUMO

COSTA, Amanda Lima. **“Ocupação urbana” através de Projeções**: do Coletivo Projeção ao Junho + 5. 2019. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

A presente dissertação traz à cena o debate sobre as “novas formas de atuação” para a contestação político-social no espaço urbano, debruçando-se sobre a utilização dos recursos imagéticos dentro do contexto dos “novos movimentos sociais”. Para tal empreitada, explora-se, compreensivamente, o Coletivo Projeção, formado durante as “Jornadas de Junho”, na cidade do Rio de Janeiro. Ele atuou de “forma não convencional”, pois a principal ideia do Coletivo era intervir na cidade com tecnologias de protesto e tornar os espaços, públicos ou privados, ressignificações de atuação criativa e cidadã no que se refere a transformar qualquer espaço simbólico em um cenário próprio para reivindicações. Por esse motivo, foi necessário analisar os sentidos atribuídos às noções de "coletivo" e "imagem"; associar a ideia de Direito à cidade de Harvey(2014), por conta de sua análise crítica às disputas espaciais e simbólicas dos espaços urbanos com o uso das imagens (os projetos) e sua nova forma de “ocupar”, a qual se transforma em meios de reivindicações político-sociais. A construção deste estudo é com base na realização de um trabalho exploratório, por meio de levantamento de dados na internet e observações diretas (durante as reuniões do Coletivo Junho +5). Foi possível verificar que o Coletivo Projeção, em sua atuação nos espaços urbanos da cidade, através dos Projetos, atuou como um reforço na disputa pela "coisa pública", em oposição à gestão neoliberal e suas consequências, principalmente a exclusão social em diferentes áreas.

Palavras-chave: Coletivo Projeção; Projeto; Jornadas de Junho; ocupar.

ABSTRACT

COSTA, Amanda Lima. **Urban Occupation through Projections**: from Coletivo Projetação in June +5 Collective. 2019. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

This dissertation brings to the scene the debate about the “new ways of acting” for the social-political contestation in the urban space. To focus on the use of imagery resources within the context of the “new social movements”. And for such endeavor, understandably explores the Coletivo Projetação, formed during the "Jornadas de Junho" in the city of Rio de Janeiro. This one, which acted in an “unconventional way”, because the main idea of the Collective was to intervene in the city with protest technologies. And make the spaces, public or private, resignifications of creative and citizen action. As far as turning any symbolic space into a proper setting for claims. This reason made it necessary to analyze the meanings attributed to the notions of "collective" and "image". Since associating the idea of law to the city of Harvey (2014), due to his critical analysis of the spatial and symbolic disputes of urban spaces with the use of images (the projections) and his new way of “occupying” becomes a means of political-social claims. What made the construction of this study, the realization of an exploratory work, through data collection on the internet and direct observations (during the meetings of the June +5 Collective). In which it was verified the Coletivo Projetação in its performance in the urban spaces of the city, through the Projections, as a reinforcement in the dispute for the "public thing", as opposed to neoliberal management and its consequences, especially social exclusion in different areas.

Keywords: Coletivo Projetação; Jornadas de Junho; occupy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Logo do coletivo projeção projetado em um prédio.....	23
Figura 2 –	Pessoas olhando a projeção no alto de um prédio.....	42
Figura 3 –	Projeções simultâneas em várias localizações.....	46
Figura 4 (a)	Faixa da sede da Globo com a projeção “Censura nunca mais”.....	50
Figura 4 (b)	Faixa da sede da Globo com a projeção:“Sonega”.....	50
Figura 5 –	Pichação contra a ditadura militar no Brasil.....	52
Figura 6 –	Grafite sobre a pobreza no Brasil.....	53
Figura 7 –	Menina segurando cartaz bilíngue contra a violência.....	55
Figura 8 –	Carro blindado da PM sendo o alvo da intervenção do Coletivo Projeção.....	58
Figura 9 –	Projeção na fachada do Palácio Guanabara.....	59
Figura 10 –	Silhuetas coladas na parede e militares de guarda.....	61
Figura 11 –	Mapa das principais participações do coletivo no Rio de Janeiro.....	79
Figura 12 –	Manifestação na Praça da Cruz Vermelha.....	82
Figura 13 –	Cine-debate na Aldeia Maracanã.....	83
Figura 14 –	Projeção na passarela de acesso ao estádio do Maracanã.....	83
Figura 15 –	Projeção no Ocupa Alemão.....	84
Figura 16 –	Projeção no Ocupa Maré.....	84
Figura 17 –	Vídeo mapping feito pelo Coletivo Projeção na Vila Autódromo.....	84

Figura 18 –	Projetação na cidade da cultura.....	85
Figura 19 –	Projetação na sacada do hotel Copacabana Palace em apoio aos 12 manifestantes detidos pela polícia durante o Ocupa Copa Palace.....	86
Figura 20 –	Faixa do evento Junho+5.....	89
Figura 21 –	Frase “Onde está Amarildo?” projetada em prédio no centro do Rio de Janeiro.....	109
Figura 22 –	Cartaz sobre o genocídio do povo negro.....	111
Figura 23 –	Representação sobre a chacina de Maricá.....	111
Figura 24 –	Denúncia em frente à câmara de vereadores do Rio de Janeiro.....	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Datas e principais informações sobre os coletivos.....	37
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BOPE	Batalhão de Operações Policiais Especiais
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
EUA	Estados Unidos da América
IASERJ	Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro
MPL	Movimento Passe Livre
MIC	Mídia Independente Coletiva
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NTICs	Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
ONG	Organização Não-Governamental
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
VLT	Veículo leve sobre trilhos

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	16
1	OS COLETIVOS E AS NOVAS FORMAS DE ATUAÇÃO POLÍTICA NA CIDADE	30
1.1	“Coletivo” como estratégia	31
1.2	Uma onda de coletivos	35
1.3	O Coletivo Projetação em foco	39
1.3.1	<u>O ato de projetar</u>	48
1.3.2	<u>O Projetaço</u>	57
1.3.3	<u>O Projetação ocupando as ruas</u>	62
2	OCUPAÇÃO DAS REDES E DAS RUAS COMO TÁTICA POLÍTICA	67
2.1	Entre as ruas e a rede	68
2.1.1	<u>A importância das novas tecnologias nos movimentos sociais do século XXI</u>	69
2.1.2	<u>O Coletivo Projetação e a ocupação dos espaços do real e virtual</u>	76
2.1.3	<u>O Coletivo Projetação nas redes: observação da movimentação do coletivo no Facebook</u>	77
2.1.3.1	Os projetaços nas ruas e nas redes.....	79
2.1.3.2	As intervenções do projetação pela cidade do rio.....	81
3	DO COLETIVO PROJETAÇÃO AO JUNHO+5	89
3.1	Do Junho+5 ao Coletivo Projetação	98
3.1.1	<u>Traduções dos interlocutores de pesquisa</u>	101
3.2	Ocupa Cinelândia no Junho+5	113
3.3	Reflexões a partir do Junho +5	116
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
	REFERÊNCIAS	124

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tentará analisar o impacto das ações do *Coletivo Projetação* ao mapeá-lo enquanto movimento social e analisar, ao mesmo tempo, em que consiste a ideia de se apropriar do uso de caráter tecnológico para as manifestações pelas quais o grupo se engaja. Dessa forma, também é possível localizar aberturas para o objetivo de compreender um conjunto de movimentos de uma maneira mais estrutural e global.

Há, assim, um diálogo que pode desde a observação micro estender-se às relações macro. Em outras palavras, parafraseando Fernando Pessoa que versava sobre o Rio de sua aldeia, mas ao mesmo tempo contemplava o mundo. Essa analogia expõe que, mesmo tendo como objetivo específico mirar o Coletivo Projetação através da dinâmica de suas projeções-atos, ocupações e passeatas, de maneira complementar o esforço também se dará na tentativa de encontrar sinais que facilitem a compreensão do espírito de nossa época.

Por esse motivo, interessa-me compreender como esses recursos tecnológicos poderão ajudar na construção de visibilidade em disputas por significados, principalmente no que remete à opinião pública. Recorro, para isso, ao documentário “Levante!”, produzido no Brasil em 2015¹, que pode nos ajudar a perceber um pouco mais sobre essas transformações já que traz a discussão sobre as novas tecnologias num contexto de movimentos político-sociais em diferentes locais, como México, Hong Kong, Brasil e Palestina (Faixa de Gaza).

Ao explicar o contexto de cada país e de cada movimento focalizado, o documentário retrata uma série de revoltas populares nas quais novos aparelhos eletrônicos, como tablets, computadores, projetores, drones, smartphones etc., e a internet, por meio das redes sociais, ganham destaque como formas de mobilização. Nesses contextos, surgem não só registros imagéticos curtos, documentários e montagens de slideshows, mas também diversas plataformas que demonstram o crescimento de registros de grupos de resistência, construção de redes que explicitam as demandas e expectativas em relação aos problemas apontados; além das inquietações sociais que rondam essas redes de reivindicações sistêmicas.

Esse novo fenômeno traz à luz os constantes problemas vivenciados por cidadãos comuns e também sua configuração em atores políticos através do uso das “novas

¹ LEVANTE! Direção de Barney Lenkester-Owen e Susanna Lira. Produção: Pedro Rosa. Brasil, México, Faixa de Gaza, Hong Kong e Japão: Canal Futura, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=koJxudNP-xI>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

tecnologias”² que se transformam em ferramentas para reivindicações; em um mundo conectado, seja na “favela ou no asfalto”, como sustenta Souza (2017), ao estudar a relação entre os movimentos sociais e a juventude e demonstrar a importância de analisar o entrelaçamento cotidiano entre “o “real” e o “virtual” (ou o “off-line” e o “on-line”).

Sendo assim, é justamente aprofundando a relação entre o que se estabelece no real e aquilo que se propaga nas redes que se apresentam as reconfigurações nas atuações dos Coletivos envolvidos em alguma forma de transformação da estrutura vigente. Isso fará da tecnologia um repertório (Tilly, 2010) de mobilização necessária para disputar visibilidade e, automaticamente, as visões de mundo, trazendo à cena uma nova forma de resistir.

O a(r)tivismo e o direito à cidade

Os atos de resistência são usualmente nomeados como a(r)tivismo³ ou midiativismo. Os termos referem-se ao conjunto de ativistas que se utilizam de tecnologias de comunicação para apresentar o seu discurso sobre um fato ou militância. Grillo (2014) classifica essa ação informativa como oposição aos conglomerados da comunicação, em que de modo

autônomo e independente de financiamento empresarial, (...) vale-se do uso das novas tecnologias de informação e comunicação e da estrutura rizomática das redes digitais para comunicar-se diretamente com ‘a massa’, evitando hierarquias que reproduzam a velha lógica um-todos que dominou a comunicação da grande indústria da informação no século XX. (BEZERRA e GRILLO, 2014, p.196).

Essas ações de resistência ganharam destaque na luta por “direitos à cidade”(Harvey, 2014) num contexto mundial de lutas por mais democracia, direitos e justiça social, principalmente durante o período de 2008 a 2013, em movimentos como *Occupy Wall Street* (Estados Unidos), *Primavera Árabe*⁴ (Tunísia e Egito), *Movimento dos indignados* (Espanha),

² São elas: (celulares, *smartphones*, *tablets*, câmeras digitais, computadores), da Internet e suas múltiplas plataformas. (SOUZA, 2017)

³ No blog *Outras Palavras*, o ativismo é definido da seguinte maneira: “Nome dado a ações sociais e políticas, produzidas por pessoas ou coletivos, que se valem de estratégias artísticas, estéticas ou simbólicas para amplificar, sensibilizar e problematizar, para a sociedade, causas e reivindicações sociais. O ativista encontra na arte um convite à participação, expressando através de inúmeras linguagens, como a arte de rua, o vídeo, a música, a performance e a intervenção, os seus pontos de vista e leituras sobre a vida e o mundo, problematizando sua realidade”. Definição disponível em: <https://outraspalavras.net/blog/artivismo-criacoes-esteticas-para-acoes-politicas/>. Acesso em 14 dez. 2018.

⁴Tanto a primavera Árabe quanto a chamada Primavera brasileira são movimentos que herdaram não só o nome como o ímpeto da Primavera de Praga. A Primavera de Praga foi uma onda de manifestação populares ocorridas em 1968, na antiga Tchecoslováquia, em reação à invasão soviética. Tal invasão por parte dos soviéticos se deu em resposta às ações reformistas do Secretário-Geral Alexander Dubcek do partido comunista tcheco, que concedeu alguns direitos civis em detrimento aos ordenamentos soviéticos. LOGUERCIO, Edgardo. O significado histórico da Primavera de Praga. São Paulo: Jornal da USP. 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/o-significado-historico-da-primavera-de-praga/>. Acesso em: 25 nov. 2018.

Jornadas de Junho(Brasil)etc. Eram grupos diferentes, mas organizados pelas marcas e efeitos do “processo de mercantilização da vida” (CARDOSO, 2013), em que a produção da vida e dos direitos são vistos como mercadorias a serviço do capital em detrimento da cidadania e da qualidade de vida das pessoas em prol dos lucros das empresas e das instituições, estatais e privadas, locais e mundiais. Expunham, dessa maneira, um problema histórico resumido na questão: cidade para quem?

Assim, para que todos os problemas acima sejam bem trabalhados, é necessário construir um diálogo histórico trazendo ao debate o geógrafo David Harvey. O uso de Harvey justifica-se pois, historicamente, ele produz um arcabouço de construções teóricas e análises dos problemas sociais da vida na cidade e as suas representações. Destes modelos teóricos, deve-se pôr em relevo o conceito-chave de Harvey sobre o Direito à Cidade, conforme o autor foca na necessidade de repensar a representatividade do espaço em sua utilização e axiologia: “[O Direito à Cidade] é, portanto, muito mais do que direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a sociedade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos desejos mais profundos” (HARVEY, 2014, p. 28).

Através do “olhar” voltado para a percepção ampla do que é o direito à cidade, pode-se compreender melhor as dinâmicas dadas em novos arranjos sociais, proporcionadas na vida urbana. Essa compreensão, contudo, não exclui a tentativa de delimitar o tipo de sociedade que é coletivamente desejada, almejada através duma discussão da degradação da vida urbana ao longo do processo temporal-histórico e com ênfase em sua conflituosa ocorrência contemporânea.

A discussão da degradação na vida urbana constitui, na operacionalidade do Direito à Cidade, um entendimento pragmático da sensação de mal-estar e a crise social experimentada pelos indivíduos componentes da rede cosmopolita de vivência, desde os processos de criação temporal dos ambientes urbanos. Compreensão que se articula à dissociação das noções de “centralismos”, isto é, da centralização de espaços administrativos e políticos de algum território, de forma que se viabilize uma descentralizante hipótese, ativa e reflexiva, para pensar uma organização coletiva apta a atender as necessidades e demandas das pessoas que na cidade vivem:

(...) mais coletivo que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e as nossas cidades, como pretendo argumentar, é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados. (HARVEY, 2014, p. 28).

Essa discussão norteou a pesquisa no tocante ao significado e à representação do espaço público como força coletiva, como um bem comum; buscando nas manifestações e ações – de grupos políticos e socialmente engajados (coletivos) – a participação e intervenção na cidade. Por isso é importante entender os conflitos nos espaços públicos e privados como uma disputa histórica sobre os rumos da construção da cidade.

A disputa histórica se instaura nas raízes da crítica a um modelo liberalmente consolidado para propriedade privada e em estar restrita especificamente a um indivíduo. Tal qual proposto por Harvey (2014), essa ideia de propriedade presa a um indivíduo no âmbito urbano torna-se inconsistente à medida que tudo é constituído de fato coletivamente.

Nesse sentido, é possível pensar a propriedade e os direitos produzidos a partir do trabalho como ações cooperativas/coletivas, isto é, interpretar os benefícios do trabalho como algo comum. É uma falácia atribuir e denominar apenas um ou alguns beneficiários do trabalho coletivo como propõe a ideia liberal.

Isso torna evidente a importância da compreensão, construção e organização do comum na vida urbana tendo em vista que, como afirma o geógrafo, “o trabalho coletivo que está produzindo valor agora deve basear direitos de propriedade coletiva, e não individual”. (Idem, p.151).

Harvey faz essas reflexões diferentemente do que alguns liberais propõem como explicação, dado o exemplo de John Locke que pensa o comum como algo que ficou no passado e precisou ser “apropriado” para um funcionamento das dinâmicas sociais. Assim, o autor demonstra que:

(...) comum não é, portanto, algo que existia no passado e que desde então esteve perdido, mas algo que, assim como o comum urbano, é continuamente produzido. O problema está no fato de ser continuamente encerrado e apropriado pelo capital em sua forma mercantilizada e monetizada, mesmo quando continuamente produzido pelo trabalho coletivo. (HARVEY, 2014, p.152).

Sua crítica ao modelo individualista de organização do pensamento e da prática social chama atenção para o fato de que é necessário pensar amplamente o que entendemos como uso ou direito individual. Para isso, o autor propõe que partamos do conceito de “coletivo comum”, que, em nossa análise, seria aquilo que compreendemos como a produção do trabalho coletivo, o que vai se estender na vida urbana para quase tudo, desde a saúde, acesso à educação e cultura, visto que ele parte da ideia de que a cidade é uma constante de produção comum.

E, por esse motivo, todos os espaços e bens da cidade são públicos; espaços que são *des-publicizados*, quando não se está nitidamente demonstrado que há uma delimitação de

problemas de distribuição de renda mais justa dos recursos e necessidades da vida humana, o que acarreta a cooptação espacial-urbana pelos monopólios capitalistas que apenas visam a seus lucros, mantendo, assim, relações desiguais de produção e acesso.

É desse modo que entraremos num diálogo fundamental sobre os rumos da apropriação do trabalho coletivo, pois um dos modos de entender essa dinâmica é pensar que esse processo de produção da vida e dos direitos, quando apropriados por relações de forças maiores, serão vistos apenas como mercadorias a serviço do capital, e logo terão como consequência o “processo de mercantilização da vida” (CARDOSO, 2017). A mercantilização da vida, na prática, representa a negligência de alguns direitos básicos de uma considerável parcela dos cidadãos e também explica as desigualdades por ela proporcionadas.

Podemos entender o “processo de mercantilização da vida” como uma forma de deixar de ver a vida como um fim em si, sem enxergá-la como um bem importante, mas como uma mercadoria que funciona a favor do capital. Em outras palavras, significaria pensar a vida e os direitos apenas como ferramentas necessárias à grande engrenagem da vida moderna do consumo, negligenciando outros aspectos de humanidade como sentimentos, reações, expectativas etc.

Aqui estariam os fundamentos dos conflitos entre diferentes grupos sociais na cidade: os que possuem a chance de comprar um espaço nesse modelo de sociedade e, por outro lado, aqueles que de algum modo são dele excluídos, pois não possuem a possibilidade de viver nessa relação financeira que media tudo, desde os direitos mais basilares até o espaço e o acesso ao lazer da cidade. Reside aí uma contradição entre a proposta da cidade e o seu real acesso por boa parte da população, aquela mais vulnerável economicamente e que só vem “perdendo” ao longo desses processos de intensificação da mercantilização da vida.

Logo, o que está em disputa é desde um espaço para participar, discutir e pensar um modelo de cidade para todos e os rumos nela contidos até a necessidade de exigir direitos negligenciados no cotidiano dessas pessoas urbanamente inseridas.

Conflito esse também explicitado no Brasil de forma impactante, quando milhares de manifestantes foram às ruas, em junho de 2013, para uma série de reivindicações que tomaram as ruas de diversas partes do país, como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e outras capitais brasileiras. O movimento, que ficou conhecido como “Jornadas de Junho”, tinha como primeira motivação a luta contra o aumento da passagem de ônibus na cidade de São

Paulo. Essa movimentação foi pensada e organizada nas redes sociais, inicialmente, pelo movimento passe livre (MPL)⁵.

À medida que as manifestações cresceram, outras demandas negligenciadas pelo poder público foram incorporadas às suas pautas. Demandas tais como a melhoria na saúde, educação, segurança, transporte, habitação, entre outros direitos negados ou *precarizados*⁶ à população, além da indignação com as denúncias de superfaturamento⁷ nas obras da Copa do Mundo que aconteceria em 2014.

Desse modo, as Jornadas de Junho passaram a refletir a conjuntura política e econômica do país (que se preparava para receber os megaeventos⁸). O sentimento de falta de representatividade nas esferas de comunicação, economia e política, e principalmente a falta de diálogo do poder público com a população, fez com que temas e discussões, antes pouco visibilizados, ganhassem vez: como a *precarização* das camadas mais pobres, as injustiças de raça e gênero, os diferentes tratamentos baseado no recurso econômico e de poder, a visibilidade de setores segregados dos benefícios da vida urbana etc.

Como apontam Cardoso (2013) e Peralva (2017), o momento explicita como as reivindicações de junho de 2013 foram um estopim para pensar a crise de representação e a necessidade de se debater “a luta contra uma política neoliberal de espoliação da cidade”⁹.

Com o incômodo gerado por meio dessas “crises” de representatividade, houve uma onda de protestos de diferentes organizações e coletivos. Esses protestos assumiram uma pluralidade de pautas e demandas – como melhoria na educação, saúde e segurança, diminuição do preço da passagem, moralização do sistema político do país etc. –, saíram às ruas e ocuparam as redes sociais; construíram intervenções urbanas e ressignificações do ambiente da cidade.

O Estado, por sua vez, respondeu às manifestações com forte repressão, o que gerou a necessidade de retratar tais violências. Isso possibilitou, no meandro das lutas, a acentuação da discussão sobre os meios de comunicação, dada a maneira como foram apresentados os

5 O movimento surgiu em 1999, mas só em 2005 foi reconhecido oficialmente numa reunião em Porto Alegre, como cita Peralva (2017).

6 “O trabalho importante e em permanente expansão de criar e manter a vida urbana é cada vez mais realizado por trabalhadores precários, quase sempre em jornadas de meio expediente, desorganizadas e com salários irrisórios. O chamado “precarizado” substituiu o proletariado tradicional.” (HARVEY, 2014, p.17)

7 http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130626_copa_gastos_ru. > Acesso em 04 fev. 2018.

8 A Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas e Paralimpíadas do Rio de Janeiro em 2016.

9 FOUREAUX *apud* PERALVA, 2017, p. 4.

fatos pela mídia hegemônica, visto que algumas demandas e discussões trazidas durante os protestos foram abafadas, assim como partes da truculência policial, de acordo com alguns militantes.

A grande mídia, naquele momento, tinha como roteiro significar as manifestações como algo diferente do que se via nas ruas, fazendo um recorte que caracterizava os manifestantes como “vândalos” e “baderneiros”. Assim, apresentavam as mobilizações populares como sem pauta de reivindicação. Essa insatisfação com os grandes meios de comunicação hegemônicos gerou a possibilidade de fortalecimento da construção de mídias alternativas. Estas que surgiram e/ou se consolidaram apresentando outra versão do que acontecia durante as manifestações, e publicizando as repressões e arbitrariedades da Polícia Militar sobre os manifestantes que não passavam nas coberturas dos telejornais.

No Rio de Janeiro, diversos movimentos fizeram parte da agenda de mobilizações contra a degradação da vida urbana. Sob contexto de mudanças pelas quais o Rio de Janeiro passava para se adaptar às “condições necessárias” para sediar os megaeventos previstos – Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas e Paraolimpíadas (2016) –, eclodiram diversos conflitos pelo direito à moradia, contra as remoções, contra a Lei Geral da Copa, contra os gastos destinados a esses eventos etc. E, no meio desse contexto de conflito político-social brasileiro, nasce o Coletivo Projetação, dentro das manifestações que ocorreram em junho de 2013, no Rio de Janeiro.

O Coletivo Projetação é um grupo formado por ativistas políticos de diferentes segmentos profissionais, das mais diversas áreas (como arquitetos, advogados, designers, médicos, humoristas etc.¹⁰), que passam a compor e dar visibilidade às ações de projetar frases, vídeos, curtas e demandas coletivas em espaços nunca antes pensados, com o intuito de trazer à tona uma forma de sintetizar e visibilizar as demandas das ruas durante as manifestações de junho de 2013.

O Coletivo Projetação, ao se utilizar dos recursos imagéticos e projetar imagens em espaços públicos, passou a intervir por meio de atos simbólicos para uma nova ocupação dos espaços da cidade. Para tais intervenções, o coletivo contou, basicamente, com a utilização de uma extensão elétrica, um projetor e um *notebook* como equipamento. Com esses equipamentos, projetaram em prédios e monumentos imagens de protestos, transformando estruturas arquitetônicas em telas de projeção.

10 Ver: <https://arteparaumacidadesensivel.wordpress.com/obras/projetacao/>. Acesso em 08 nov. 2017.

Figura 1 - Logo do Coletivo Projeção projetado em um prédio



Fonte: <https://www.smokebuddies.com.br/projetacao-ilegal/>

As atividades do Coletivo Projeção, naquele momento, buscaram, através dessa nova forma de ativismo, disseminar certos debates sobre a ocupação dos espaços públicos: no caso, através da projeção de uma luz no meio das mobilizações que trazia para o foco palavras de ordem que sintetizaram demandas e até mesmo reflexões críticas de maneira fluida e repentina.

Essa ação lúdica de efeito de imagem, luz e som através do mesclar irônico de questões importantes trouxe para a agenda pública de forma mais sintética, límpida e ágil algumas questões necessárias para estarem presentes no debate público. Dessa maneira, possibilitou um questionamento e algumas inquietações sobre as modificações sociais causadas pelo panorama de crise das instituições estabelecidas.

O Projeção consolidou-se ao unir diferentes atores como um coletivo. Esses atores tinham em comum uma necessidade de disputar o espaço da informação e tentar caracterizar, visibilizar e proporcionar uma ação crítica sobre todos os acontecimentos do país e, mais precisamente, da cidade do Rio de Janeiro, como os megaeventos que estariam por vir e também colocavam em foco a necessidade de se debater o modelo de desenvolvimento que estava sendo construído e perpetuado em benefício da classe dominante.

De maneira mais técnica¹¹, a ação de projetar ideias (não somente para um lugar longe ou perto, mas sim num lugar simbólico que aumente a visibilidade) é um atrativo para uma

¹¹ Material produzido por profissionais da área que disponibilizam técnicas que melhor contemplam formas estratégicas de impactar.

nova forma de utilizar a linguagem bastante conhecida no cotidiano informal das redes sociais: a linguagem audiovisual. Proporciona-se, dessa forma, a sua própria tradução dos conflitos estabelecidos, distorcendo inclusive as lógicas de poder impostas, tendo em vista que a luz projetada pode inclusive ultrapassar hierarquias, como será visto mais a frente, no capítulo um, nas atuações do Coletivo.

Com isso, um ponto a ser esmiuçado será a ação do Coletivo *Projeção* ou, mais precisamente, da ação denominada “*Projeção*”. Isso porque, mais do que a construção do Coletivo em si, é necessário pensar a força e a repercussão da atuação feita pelo grupo, já que as ações propostas têm peso social e político, além de representar questões cotidianas simbólicas e muitas vezes tidas como progressistas. Logo, algo esteticamente simples, mas geralmente impactante surge da proposta de “*LUZ, REFLEXÃO, MOBILIZAÇÃO*”¹², síntese representativa do *Projeção*.

Esse esforço de construir uma síntese que define o *Projeção*, por novos atores inseridos nas mobilizações, trouxe consigo a representação de uma linguagem, uma informação, um algo a dizer. Formato que pode ser pensado como uma ação simbólica que tem por estratégia a transformação da cidade, já que as intervenções urbanas por meio das projeções se tornam uma chance em “(...) potencial para flertar com a consciência daqueles que as consomem através de todos os tipos de tela.” (SILVA, 2016, p.96)

Isso quer dizer que não podemos deixar de compreender que “as imagens não podem ser vistas apenas em termos de aspectos visuais. Devem, assim, ser colocadas dentro de um contexto em que outros sentidos são ativados durante o processo de produção-consumo.” (Idem, p.97). E, nesse caso, devemos também perceber que as produções visuais se transformam em intervenções artísticas, com caráter crítico e reflexivo dos modelos hegemônicos consolidados, com a finalidade de construir ressignificações de espaços ou demandas desgastados ou obsoletos para que se construíssem novos valores e sociabilidades com características participativas e autônomas.

São lutas por espaços mais democráticos e que dialoguem com a realidade das pessoas. E que não terminaram em 2013 já que, após as Jornadas de Junho, o país continuou com resquícios de tais manifestações, porque, mesmo de forma reduzida, as ruas continuavam cheias de demandas e reivindicações variadas. Nesse meio tempo, existiram greves, manifestações contra os megaeventos, enfrentamentos e denúncias sobre as violências

12 Utilização de síntese da própria página do Coletivo *Projeção*. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/plataformaprojetacao/about/?ref=page_internal. Acesso em: 24 nov. 2018.

cometidas pelo Estado, ocupações de ruas, escolas etc. ações que contavam com estratégias das mais variadas, de cartazes a danças.

Porém, o uso das novas tecnologias ainda foi uma coisa a se destacar, já que no campo progressista a atuação do Coletivo Projetação, mesmo que de forma mais esporádica, continuava reverberando das ruas às redes.

A descoberta de um novo campo de pesquisa

Cabe dizer que, apesar do término das Jornadas de Junho, ficou no imaginário social a questão: a quem serviu tais mobilizações? Isto é, qual foi o legado das Jornadas de Junho? Passados cinco anos das Jornadas de Junho, em 2018, um grupo de ativistas decidiu convocar pessoas interessadas em discutir o que restou delas.

O objetivo do grupo era retomar a ideia que levou a população a sair às ruas exigindo uma diversidade de coisas. Tentar, assim, manter um diálogo com as pessoas sobre o que as mobilizou a fim de tentar entender melhor o que foi esse momento e quais os impactos que ele reverbera até os dias atuais.

O intuito era fazer uma síntese do “legado” de tais manifestações, já que existe, até os dias atuais, uma disputa pelo significado das Jornadas. Diferentes ramificações interpretativas alocavam, até o momento, duas vias de entendimento das Jornadas, em que a primeira é uma interpretação de que, já desde aquela época, foi articulado o golpe que desencadearia no impeachment da presidenta Dilma Rousseff¹³, eleita pelo Partido dos Trabalhadores(PT). A segunda interpretação compreendia que o período das Jornadas se tornou o momento inicial da ascensão conservadora e da apropriação da direita sobre os movimentos de rua.

O novo Coletivo que se apresenta cinco anos após as manifestações de 2013, querendo pensar o legado desse momento histórico, tem a vontade de construir uma terceira via interpretativa que compreendia o “lugar de agentes independentes cansados de representações institucionalizadas e defasadas que proporcionaram um legado de organizações políticas e coletivas de modelos independentes que querem participar da gestão de sua cidade e com isso requerer melhorias básicas na vivência cotidiana.”(BIAL, 2018)¹⁴.

¹³O processo de impeachment de Dilma Rousseff teve início em 2 de dezembro de 2015, quando o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha deu prosseguimento ao pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Com uma duração de 273 dias, o caso se encerrou em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato, mas sem a perda dos direitos políticos de Dilma.

Fonte: Agência Senado. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 24 nov. 2019.

¹⁴ Falas retiradas de um programa de televisão “Conversa com o Bial” da Rede Globo, apresentado por Pedro Bial, ao chamar três convidados: um professor de filosofia da Unicamp, um sociólogo e um estudante como

O objetivo era disputar o sentido até então estabelecido e atribuído às “consequências” das manifestações, apresentando um “novo olhar” para esse evento, uma vez que a ideia do que foram as Jornadas de Junho continuava em aberto. Tal iniciativa ganhou o nome de “Junho+5”.

Ressalto que estar presente como pesquisadora na preparação do evento deste novo Coletivo trouxe caminhos que me permitiram compreender melhor como o Coletivo atuou nas Jornadas de Junho (também em outras atividades, tal como os ocupas) a partir do ponto de vista de parceiros que participaram das ações de ocupar o espaço da cidade com auxílio de Coletivos.

Por mais que não haja uma relação direta do Junho+5 com o Coletivo Coletivo, muitos dados para a pesquisa foram obtidos durante os meses de preparação das atividades dos cinco anos da Jornada de Junho, tanto pela internet quanto presencialmente. Há, portanto, uma forma de aproximar essas experiências que se associam em redes políticas por diversas demandas, vivências e lutas.

Essa descrição da importância do Coletivo Junho+5 como pessoas engajadas em lutas por justiça social, que encontravam no Coletivo alguma inspiração para as suas militâncias, deve-se ao fato deles terem se tornado um dos principais fomentadores de possibilidades compreensivas desta pesquisa.

Por esse motivo, cabe a mim ressaltar minhas opções de pesquisa, que se propõem em lançar luz na construção da imagem do Coletivo Coletivo por fontes primárias de pesquisa através de parceiros, por exemplo: o Coletivo Junho+5. Por esse motivo, não se encontrará nesta pesquisa falas e referências de todo o Coletivo, apresentando-o e falando detalhadamente de suas experiências.

Com base nisso, esta dissertação contou com diferentes meios de observação (na rua e na rede), bem como de levantamento bibliográfico sobre o Coletivo, pesquisa documental na internet, principalmente no canal do Coletivo no Youtube, na página do Coletivo e de seus parceiros no Facebook, tais como o Coletivo Papo Reto, o Movimento Ocupa, a Anistia Internacional, entre outros.

Outro ponto fundamental foi a observação da página do coletivo para a pesquisa de imagens dos Coletivos, intervenções urbanas feitas pelo Coletivo Coletivo, da qual apresento alguns casos, contextualizando-os e destacando a repercussão destes nas redes.

participações especiais para falar mais sobre as suas interpretações analíticas e suas participações nas Jornadas de Junho. O programa foi ao ar em 06/06/2018. Disponível em: <https://gshow.globo.com/programas/conversa-com-bial/noticia/quem-nao-ficou-confuso-e-porque-nao-entendeu-nada-diz-bial-em-conversa-sobre-as-manifestacoes-de-2013.ghtml>. Acesso em 10 jun. 2018.

Além da observação na internet, analiso as atividades do movimento Junho +5, cujos dados foram obtidos por meio de observação direta das atividades, coleta de depoimentos e registros etnográficos.

Logo, o foco da pesquisa será dado para as atuações e aos impactos causados pelo Coletivo Projetação, uma vez que não seria possível fazer descrições diretas sobre o Coletivo devido à dificuldade de acesso; seja por estarem fragmentados, voltados a projetos pessoais ou pelo receio de se apresentarem voluntariamente para uma visibilidade após sucederem-se uma série de repressões e perseguições a ativistas engajados nas Jornadas de Junho de 2013 e protestos a copa do mundo de 2014¹⁵, que foram mobilizados pela síntese: “Não vai ter copa”.

A criminalização das lutas e protestos não acabou por aí, continuou a acontecer e um exemplo foi a condenação arbitrária de sete anos de prisão para 23 ativistas¹⁶, em 2017, por participarem de protestos em denúncia à gestão indevida dos gastos públicos do então governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral – que dois anos depois, em 2019, é réu da justiça em pelo menos 30 processos, segundo a matéria¹⁷ do jornal O Globo.

Logo, as escolhas de pesquisa que fiz se tornaram estratégias de compreensão para o estudo, porém não deixaram de ser, também, orientadas pela conjuntura vigente de mais autoritarismo, insegurança e medo que atingiu muitos ativistas. Isso porque, desde as manifestações de junho de 2013 e todos os protestos contra os megaeventos no Brasil, houve, como resposta governamental, o endurecimento na reação aos protestos e também a origem da lei Antiterrorismo(Lei 13.260/2016)¹⁸– sancionada em Março de 2016 pela então presidenta Dilma Rousseff, que visava à realização das Olimpíadas – que intensificou as perseguições aos grupos e coletivos que se organizassem para protestar e denunciar.

¹⁵ O ano de 2014 também ficou marcado por protesto durante a abertura de um evento histórico: a Copa do Mundo no Rio de Janeiro. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/06/abertura-da-copa-no-rio-tem-protestos-e-confronto-com-pm.html> Acesso em: 17 de out. 2019.

¹⁶ Notícia de divulgação sobre uma matéria do jornal Esquerda Online apresentando o caso dos ativistas condenados a prisão por suas atuações de denúncia de superfaturamento dos gastos públicos para os megaeventos, principalmente a Copa do Mundo aqui do Brasil.

¹⁷ A matéria completa está disponível no link: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/30/justica-aceita-denuncia-contr-sergio-cabral-agora-reu-em-30-processos.ghtml> Acesso em: 17 de out. 2019.

¹⁸ Para mais informações sobre a lei antiterrorismo, acessar a matéria online do Politize, feita por Adrielly Cardoso em 25 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/lei-antiterrorismo/> Acesso em 15 de dez. 2019.

A divisão dos capítulos

Os resultados obtidos nesta pesquisa serão desdobrados e analisados no desenvolver de cada um dos capítulos.

No primeiro capítulo, apresento o Coletivo Projetação e a sua estrutura, analisando o contexto de utilização da imagem, da produção e ação de projetar. No último subtópico deste capítulo, apresentarei uma análise exploratória da projeção feita no "Caveirão" e no Palácio Guanabara, demonstrando, dessa forma, os impactos dos projetos e suas referências na construção em ligação com outras ferramentas de protesto usadas ao longo da história.

No segundo capítulo, com base em levantamentos de fontes primárias e secundárias, busco compreender a crítica social e as disputas espaciais e simbólicas do Projetação nos espaços urbanos(as ruas) e virtuais (as redes), a partir dos locais escolhidos para promover reivindicações político-sociais, debates e participações, além de focar na representação que essas atuações podem construir na disputa que se estabelece mediante os conflitos sociais.

No terceiro capítulo, analiso os dados obtidos por meio da observação direta nas atividades do Junho+5, que revelaram informações sobre o Coletivo Projetação no que se refere à noção de formação de coletivo, às atuações e à continuação das atividades do Projetação após as Jornadas de Junho, juntamente ao significado dessa continuidade.

Busco responder às seguintes questões: 1) Há legado do Projetação? 2) O que restou de junho? e 3) Porque entender a conexão entre o campo da pesquisa e o objeto de análise é também entender o “espírito de nossa época” no que se refere aos repertórios¹⁹e demandas das ações coletivas em evidência?

Por fim, nas considerações finais, a proposta é pensar um pouco mais sobre as reivindicações dos Coletivos Projetação e Junho+5 e quais são as suas aproximações dentro do contexto de reivindicação, já que eles fazem parte de novas redes de mobilização, em razão do novo jeito de fazer política que os aproxima. Isso, ao unir mobilizações que coexistem nas redes e nas ruas para disputar e garantir decisões sobre a vida cotidiana, através de experiências construídas coletivamente, na disputa constante pela chance de construir uma narrativa além da narrativa hegemônica já consolidada, para alcançar mais democracia.

¹⁹ Aqui usaremos uma noção específica para definir repertório, baseada nas reflexões do autor Tilly, porque a: [...] palavra repertório identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta. [...] Em qualquer ponto particular da história, contudo, elas aprendem apenas um pequeno número de maneiras alternativas de agir coletivamente (TILLY, 1995, p.29-30 apud ALONSO, 2012, p.25).

Espero, com isso, abrir campos para que outras pessoas, interessadas na temática, possam continuar pensando em diferentes abordagens para questões em torno deste tema tão atual e necessário; no que se refere ao entendimento das transformações nos movimentos sociais, na política, na cidade e nas tecnologias ao se tornarem repertório de protesto.

1. OS COLETIVOS E AS NOVAS FORMAS DE ATUAÇÃO POLÍTICA NA CIDADE

“Estamos aqui para demonstrar que a nossa luta é de toda a sociedade e nós não somos vândalos, criminosos, bandidos, mas que nós queremos outro tipo de cidade e que não vamos sair da rua enquanto a tarifa não baixar, porque a rua é nossa!”²⁰

Com esta frase acima iniciaremos esse trabalho, já que foram essas as “palavras de ordem” escolhidas para serem reproduzidas por um número extenso de pessoas. Diferentes indivíduos ocupavam as ruas de São Paulo (Brasil) durante as manifestações que ocorriam em junho de 2013, inicialmente mobilizadas pela reivindicação sobre a diminuição das tarifas dos transportes públicos e convocada pelo Movimento Passe Livre (MPL).

A frase impactou não somente aqueles que estavam nas ruas, mas também o meu trajeto de pesquisa, por conta da explicitação do panorama de disputas que passaram a compor o cotidiano das ruas ao intensificarem-se como um modelo de expressão das vozes que queriam ser ouvidas e se reproduziam em alto e bom som.

Esses acontecimentos reforçam a minha necessidade de neste primeiro capítulo explorar compreensivamente o “Coletivo Projetação”, o qual atuou na cidade do Rio de Janeiro durante as Jornadas de Junho de uma “forma não convencional”, e cuja principal ideia de mobilização foi intervir na cidade e tornar os espaços públicos ou privados ressignificações da atuação criativa e cidadã, transformando qualquer espaço simbólico num cenário próprio para reivindicações.

Para isso, analisarei a composição do Coletivo Projetação e os métodos de ação que desenvolviam para intervir na cidade por meio das projeções de imagens em espaços públicos ou privados. Darei ênfase à composição de seus membros, à sua motivação, à sua experiência de atuação, contextos e a conjuntura que os cercou, quando for necessário. Também buscarei conhecer mais sobre algumas influências que compuseram as experiências dos atores que formavam o grupo.

Contudo, um ponto central para o debate será o próprio caminho analítico para a desnaturalização de dois conceitos que definem nominalmente o grupo de jovens com que estamos trabalhando, são eles: 1) Coletivo e 2) Projetação (uso da imagem); duas palavras

²⁰ Documentário *Desde junho* (São Paulo, 2018), fala contida no 1º episódio (Caixa de Pandora) da série documental distribuída em cinco episódios, dirigida por Júlia Mariano, que fala sobre o midiativismo que explodiu durante as Jornadas de Junho de 2013. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/DesdeJunho/about/?ref=page_internal ou no link: <http://www.desdejunho.org/ep01-caixa-de-pandora/>. Acesso em: 01 set. 2018.

inicialmente naturalizadas no cotidiano do grupo, mas que, durante a pesquisa, também poderão ser vistas como estratégias, repertório entre o meio e o fim que se espera.

Será analisada uma conexão entre a organização dos atores e o seu desejo de disputar a cidade por intermédio da arte, da cultura e das novas tecnologias, transformando a maneira de se organizar em uma estratégia de ação, mobilização e renovação nas intervenções necessárias em busca de visibilidade. Tentarei, neste mesmo capítulo, entender a proposta e a organização dos atores e a representação do Coletivo Projeção no contexto das Jornadas de Junho de 2013.

1.1 “Coletivo” como estratégia

O debate levantado na atualidade sobre o tema dos coletivos no país foi (re)aceso por conta do desenrolar das Jornadas de Junho de 2013, quando uma onda de coletivos, também impulsionada pelas redes sociais, atuou de diversas maneiras. Entretanto, é difícil definir tal objeto em um conceito, segundo Abdalla (2017, p. 4), dado o seu caráter multifacetário.

Polissêmico como o substantivo, os coletivos (...) são diversos em seus objetivos, formatos e ações. É, portanto, um objeto de difícil limitação conceitual dada a heterogeneidade contida em sua atuação.

Ainda assim, mesmo que por esse mesmo motivo da polissemia seja difícil defini-los, assim como argumenta Abdalla (2017), indicamos, de modo resumido, que Coletivo é uma associação de pessoas, composta pela aproximação de indivíduos com temas afins, sejam eles políticos, artísticos, sociais, identitários, que juntos se mobilizam em favor de causas comuns. Gohn (2008, p. 4) considera que a ação coletiva se associa a

Teorias construídas a partir de eixos culturais, relativas ao processo de construção de identidades (atribuídas ou adquiridas), em que diferentes tipos de pertencimentos são fundamentais – a um dado território, grupo étnico, religião, faixa etária, comunidade ou grupo de interesses, etc. Criam-se vínculos, e as ações são frutos de processos de reflexividade: os sujeitos participantes constroem sentidos e significados para suas ações a partir do próprio agir coletivo.

Os coletivos serão tratados aqui a partir de suas estratégias de ação política; no que concerne à busca constante por Direito à Cidade, como um debate urbano reaberto por grupos que buscam mais autonomia e participação no contexto da cidade, reafirmado por diversas ações nacionais (como no caso das Jornadas) e internacionais (como no caso do Occupy Wall Street).

Essas ações funcionam, sob a minha perspectiva, como um dos motores desses contextos, em contrapartida a perdas legitimadas por tantos grupos e também por ações que estes mobilizaram; foi o resgate de operacionalidades sobre o Direito à Cidade, que se articulavam com a dissociação das noções de “centralismos”, isto é, da centralização de espaços administrativos e políticos de algum território, de forma que se viabilizasse uma descentralizante hipótese, ativa e reflexiva, para pensar uma organização coletiva apta a atender as necessidades e demandas das pessoas que vivem na cidade. David Harvey (2014) nos permite delimitar que:

(...) reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e as nossas cidades, como pretendo argumentar, é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados. (HARVEY, 2014, p. 28)

A reflexão acima delinea a regularidade da luta pela cidade, não só no que se refere ao acesso, mas a uma pauta de luta mais profunda por deliberar, participar e construir os rumos das cidades. Em outras palavras, aspira à democratização dos espaços públicos da cidade para uso coletivo e a participação das camadas segregadas da sociedade no que diz respeito a pensar a cidade.

Essa apresentação foi aparecendo ao longo da pesquisa, fosse por meio de imagens projetadas nas ruas e nas redes. Ou pelas falas que se repetiam na maioria das colocações apresentadas pelos participantes de encontros de mobilizações coletivas, como nos casos do Coletivo Projeção e do Coletivo Junho+5 (coletivo que trabalharemos melhor no terceiro capítulo). Ao explicitar algumas aproximações nas reflexões e expectativas dos grupos, conectam-se horizontes que almejam uma democratização no que diz respeito à necessidade de uma maior participação, principalmente no que se refere a pensar e deliberar o que lhes era viável e necessário na vivência cotidiana; já que não se sentiam representados pelos poderes consolidados e eram taxativos quando colocavam em pauta que gostariam de participar mais e diretamente de questões que envolveriam suas vidas.

Consolida-se, assim, o compartilhamento de uma visão de mundo mais coletivista (propostas contra-hegemônicas ou alternativas) sobre a construção social e sua necessidade de constante participação para que a engrenagem social funcione devidamente sob o molde democrático. Por isso, a ação evidencia uma oposição (hegemonia versus contra-hegemonia) ao revela uma disputa simbólica de organização e representação sobre a vida e as suas necessidades; uma disputa ideológica e cultural intensa que refletirá sobre a proposta do que se entende sobre o que é ter direito à cidade.

Este ponto será reforçado também por minha observação no campo virtual durante o período que acompanhei o Coletivo Projetação, conseguindo captar a repetição dessas ideias também em vídeos produzidos por coletivos e suas interações na internet; o que se amarra ao levantamento teórico com que estamos dialogando, como veremos melhor a seguir no texto.

As políticas neoliberais²¹ foram postas como saída para as crises sistêmicas que veremos, como aponta Harvey (2008), serem produzidas pela própria organização do funcionamento capitalista e pela sua necessidade de movimentação do excedente para manter o lucro sob monopólio. Esse ciclo vai desencadear num processo de urbanização excludente, que terá como consequência mobilizações em contrapartida a esse modelo de funcionamento por meio da estratégia de resistência nas ruas, chamada: “Ocupar”.

Essa forma de atuação, em espaços públicos ou privados, tem se tornado referência para as novas redes de organização e mobilizações mundiais como maneira de protesto e requerimento de direitos.

Discussão essa que trará para a cena principal um poderoso elemento: o debate sobre a coisa (res)pública. E, automaticamente, o questionamento: a quem pertence a Cidade? Por quem deve ser apropriado esse bem? Pois, em sua essência, compreende-se como de todos. Nesse sentido, a estratégia de agir coletivamente se torna mais um dos meios da representação da força coletiva²² e, logo, das suas necessidades, sobrepondo-se aos modelos de opressão naquele momento constituídos; o que, em meio ao conflito sobre o poder, nos permite compreender uma maior chance de “exercê-lo”, já que, segundo Foucault (2004), o poder está sempre em jogo.

Se estamos falando em força coletiva e de poder em trânsito, será importante destacar a ideia de coletivo como estratégia, observada na atuação dos integrantes, nos materiais produzidos na internet sobre o coletivo e em todo campo de investigação sobre o Projetação. Isso porque a maneira de organização pela qual se constituem “coletivos” ganha uma carga simbólica quando essa forma de agir opera por adaptação e resistência.

Isso quer dizer que essa estratégia, ao mesmo tempo, adapta-se a renovações ou integrações com os acontecimentos temporais do momento, por exemplo, o uso da internet

²¹ As políticas iniciadas partir dos anos 70, momento em que as políticas de bem-estar social entram em declínio e passa a vigorar uma ascensão de reformas econômicas que prezam por políticas de austeridade fiscal sobre os gastos públicos, flexibilização nas formas de trabalho, diminuição do Estado, privatizações, a ideia de livre comércio intensificada além da exaltação da propriedade privada.

²² Outra característica que será importante, além de interdependência coletiva e do poder do comum. Esta também ajuda a compreender o conceito de coletivo que é a própria ideia de desobediência civil, uma vez que há uma disputa e uma tentativa de reorganização das relações de poder já instituídas, já que o governo é “injusto”.

nas manifestações. Ela também articula uma maneira de manter um grupo maior e, ao mesmo tempo, menos visível, pois, assim, pode ludibriar algumas perseguições.

Esse grupo fluido²³ mantém continuidade em diferentes frentes de ações (projeções, cineclubes, debates, criação de materiais de difusão). Também permite aos participantes um cuidado em se autodeclararem como participantes do grupo, uma vez que podem apenas admiti-lo sobre circunstâncias mais “confortáveis” do que em uma situação de receio, tal qual a que se criava devido às prisões arbitrárias e às perseguições decorrentes da repressão aos manifestantes nas Jornadas de Junho.

Apesar de agir em conjunto, a maior parte dos coletivos era independente, ou seja, sem vínculos políticos diretos com nenhuma instituição, ação demonstrada em todo o trabalho de campo no acompanhamento dos atores que compunham esta realidade. Essa fluidez das relações se adapta à agilidade da modernidade porque conseguem, com um modelo não convencional, usar estratégias já consolidadas, porém readaptadas a novas necessidades, modernizando até mesmo as suas ações.

O intuito também era distanciar-se do funcionamento de outras associações mais estabelecidas. Ponto que pode ser reafirmado se pensarmos em como há uma distinção desse modelo não convencional de atuação ao ser comparado com organizações de partidos políticos, associações sindicais ou mesmo movimentos sociais mais tradicionais, como Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)²⁴.

Essas diferenças passam a ser explícitas no andamento das ações, no exercício da sociabilidade em rede²⁵ e na construção de uma motivação que vive através do requerimento de direitos por meio da arte, ou melhor dizendo, do “incômodo” que ela produz enquanto ação estratégica de protesto.

Por esse motivo, cabe ressaltar que isso fez com que diferentes grupos se organizassem numa estrutura mais horizontal e flexível, não existindo nenhum tipo de liderança tradicional, aquela que fala por todos. Essa organização garantiria a soma desses espaços enquanto agentes políticos e transformadores, já que nesta nova associação o ator age por si, porém, é bem-vindo a somar-se em prol de algum fim em comum.

²³ Como relatou Nicolas, durante as nossas conversas nas atividades do Junho+5.

²⁴ O MTST — Movimento dos Trabalhadores Sem Teto — é um movimento que organiza trabalhadores urbanos a partir do local em que vivem: os bairros periféricos. Disponível em: <https://www.mtst.org/quem-somos/>. Acesso em: 14 jan. 2019.

²⁵ Aqui a utilização do termo “rede” se refere a novas formas de atuação coletiva que Gonh (2008) apresenta como “associado a um processo de desconcentração de meios de ação de uma organização e como resultado do processo de agregação de várias organizações em torno de um interesse comum” (FISHER, 2008 apud GONH, 2008).

1.2 Uma onda de coletivos

A rua sempre foi o palco de disputas e grandes atuações da sociedade civil. Assim também ocorreu nas manifestações de junho de 2013, puxadas por uma pauta sintética (o aumento da passagem do transporte público – pelo MPL e Fórum de Lutas contra o Aumento da Passagem²⁶), mas que serviu como válvula de escape ao descontentamento da população em relação a diversos aspectos da vida cotidiana, tais como a precariedade da saúde e da educação (CARDOSO, 2013). A falta de segurança, a violência policial, os gastos exacerbados dedicados para sediar a Copa do Mundo e as Olimpíadas, além das denúncias de superfaturamento de obras, como o caso do Maracanã e da linha quatro do metrô, e de denúncias de remoções de famílias, como no caso da Vila Autódromo e da Aldeia Maracanã, também foram mobilizadas nas manifestações.

Os megaeventos²⁷, que estariam por vir, colocavam em foco a necessidade de se debater o modelo de desenvolvimento que estava sendo construído e perpetuado em benefício da classe dominante, mas, principalmente, de um setor privilegiado: o empresariado, que esmagava e retirava a voz e os direitos de pessoas comuns com seus lucros e privilégios. Privilégios esses que foram confrontados por intermédio das imagens, que neste contexto de reivindicação se tornam estratégias simbólicas para disputar poder. A reportagem abaixo ajuda a reforçar a disputa citada:

No dia 24 de junho do ano passado (**2013**), a presidenta Dilma Rousseff usou a rede de rádio e televisão para apresentar cinco pactos em resposta à onda de protestos no país: responsabilidade fiscal e controle da inflação; investimentos em saúde e contratação de médicos estrangeiros; destinação de 100% dos royalties do petróleo para a educação; recursos para mobilidade urbana e a convocação de uma Constituinte sobre reforma política. (MARTINS, 2014 –**grifo meu**)²⁸.

Foram as Jornadas de Junho de 2013 e suas séries de protestos que passaram a ocupar as ruas das principais cidades do Brasil, inclusive as do Rio de Janeiro (que ainda por cima era a sede de grandes eventos como a Copa da Confederações, a Copa do Mundo e as Olimpíadas). Nesse cenário, surgiram, em meio às diversas propostas e retificações, uma onda

²⁶O Fórum de Lutas é um movimento social de todos os cidadãos que lutam pelo fim do aumento das passagens no Rio de Janeiro. Saiba tudo o que está acontecendo na cidade para barrar este absurdo. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/forumcontraoaumento/about/?ref=page_internal. Acesso em: 20 jan. 2018.

²⁷ Copa do Mundo, em 2014 e Olimpíadas e Paralimpíadas, em 2016.

²⁸ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-06/mobilizacao-social-de-junho-de-2013-levou-o-governo-propor-cinco-pactos>. Acesso em: 30 jul. 2019.

de Coletivos de comunicação (Projetação, Mídia Independente Coletiva, Vinhetando, Mídia Ninja etc.).

Não que os “coletivos” ou ações desempenhadas de forma conjunta fossem coisas inexistentes antes desse momento das Jornadas, afinal, já havia relatos de outros momentos históricos em que os movimentos artísticos uniram a sua técnica de produção cultural para intervir nos espaços da cidade como forma de reivindicação. No Brasil, temos exemplos, desde o fim dos anos 70, com os grupos: 3Nós3, Manga Rosa e Viajou sem passaporte, em São Paulo. Já no Rio de Janeiro, é citado o grupo Atrocidades Maravilhosas nos anos 2000. No entanto, vale aqui ressaltar que no período de 2013 tais técnicas ressurgiram com bastante força.

Em março de 2003, uma matéria de Juliana Monachesi, publicada no caderno Ilustrada da Folha de São Paulo, anunciava a “explosão do a(r)tivismo”. De acordo com a reportagem, crescia o número de coletivos em diversas partes do país que reuniam influência dos situacionistas franceses e um revival da arte contestatária brasileira dos anos de 1960 e 1970”A intenção dos grupos seria chamar a atenção para paisagens esquecidas da cidade através de ações diretas de encontro e embate com o público e o espaço. Com perfis “políticos e anti-institucionais”, criticavam a ideia de arte mantida por instituições e possuíam a intenção de “atacar a máquina da globalização neoliberal, contra o desmanche das instituições culturais e contra o canibalismo da produção artística pelo sistema comercial (MONACHESI²⁹, 2003 *apud* ABDALLA, 2017,p.4).

Abdalla (2017), analisando as articulações culturais da rede Norte Comum e sua ação coletiva no espaço urbano, as considera como uma tentativa de afrontar as referências da própria história brasileira e de sua herança patrimonialista.

Podemos perceber, então, as ideias e o termo “a(r)tivismo” como uma junção entre arte e ativismo político, recuperando alguns movimentos dos anos de 1960 e 1970 que usavam a arte como via de protesto. Através dessa mesma contextualização sobre artivismo, podemos entender que essa tendência de atuação une o uso da arte ao compartilhamento de experiências distintas para serem usados em objetivos coletivos.

Logo, a unificação da arte, da cultura e da política surge da prática dos atores e da necessidade de consolidar novas estratégias de fazer política para tornar-se visível (FARIAS, 2007). E, se sabemos que abordagens críticas podem ser propiciadas pela arte para construir esteticamente uma reivindicação, será possível, assim, sintetizar nas ruas sentimentos ou experiências coletivas, proporcionando entendimento e incômodo, além da empatia visual.

E o avanço da tecnologia permite a disseminação de ferramentas de produção e reprodução de vídeos, imagens e frases “de ordem”, que foram se redefinindo como novas

²⁹ MONACHESI, Juliana. A explosão do a(r)tivismo. Folha de S. Paulo. pp. 4-9, 06 de abril de 2003.

tecnologias para protesto; uma renovação estratégica da luta por justiça social, direitos e democracia, já que esses recursos possibilitam destaque aos ativistas da arte, também denominados “a(r)tivistas”.

Apesar dessa prática ser anterior a 2013, ela amadurece, ganhando força e forma a partir das Jornadas de Junho e dos movimentos de ocupação que tomaram o Brasil³⁰. Portanto, essa eclosão de coletivos só tomou forma e mostrou a sua importância durante a “primavera brasileira”³¹, já que essas novas técnicas para protestar emergiram durante esse período, principalmente no circuito Rio – São Paulo.

A disputa em torno do “direito à cidade” acontecia fora das instituições formais de poder, nas ruas, em diferentes cidades brasileiras, com um novo jeito de fazer política e produzir comunicação, como se pode ver no quadro abaixo:

Tabela 1 - Datas e principais informações sobre os coletivos

COLETIVO	SURGIMENTO	PERFIL DAS ATIVIDADES	PERFIL MEMBROS	IMPLANTAÇÃO
Projeção	2013	Comunicação política por projeção de vídeo, difusão da técnica	Comunicadores, professores, designers, Diagramadores	Rio de Janeiro, São Paulo, Lisboa, Nova Iorque, Bogotá
Vinhetando	2013	Produção de vídeos políticos (vinhetas)	Professores, publicitários, videastas	Rio de Janeiro
Mídia Ninja	2013	Midiativismo	Encontro entre jornalistas profissionais e ativistas do circuito Fora do Eixo	Nacional
Mídia Independente e Coletiva	2013	Midiativismo	Videastas ativistas	São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro
Fotógrafos ativistas	2013	Produção de fotografias políticas	Fotógrafos profissionais e amadores	São Paulo
Mariachi	2013	Midiativismo anarquista	Videastas, advogados, astrônomos, sociólogos	Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza, Minas Gerais

Fonte: Peralva, 2017.

³⁰ Sobre os movimentos de ocupação das escolas.

³¹ Nome que remete à Primavera Árabe ocorrida em 2011.

Angelina Peralva (2017)³² mapeia alguns dos coletivos, do Brasil, que participaram de alguma forma das manifestações de 2013 sob uma ótica de reivindicação, mais precisamente quinze coletivos. Destes, sete coletivos, que estão destacados na tabela acima, surgiram ou se consolidaram no período. A pesquisadora demonstra que, nesse período, os coletivos definidos como a(r)tivistas ou midiativistas evidenciaram-se na disputa de significado durante as Jornadas de Junho.

Parte desta disputa envolve uma resposta às ações arbitrárias e violentas do governo, através da polícia, como ressaltam Bezerra e Grillo: “as forças policiais não souberam agir senão pelos seus violentos métodos habituais – cassetetes, tiros de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e spray de pimenta” (2014, p.200). Como se sabe, houve ações de resposta das ruas em contrapartida às posturas violentas da polícia e à cobertura da mídia hegemônica que criminalizava as manifestações. Ambas categorizavam os manifestantes e suas pautas pejorativamente ao reforçarem estereótipos: um caso a ser mencionado em relação a esse tipo de conduta é a associação de quem estava nas ruas com a imagem de vândalos e baderneiros.

Como reação a essa cobertura da mídia de massa³³, surgiu uma produção de comunicação alternativa, cujas coberturas independentes obtiveram “êxito em conectar as batalhas campais travadas nas ruas às guerras de narrativas transcorridas no ciberespaço”, para além das informações e narrativas dominantes, “chegando, por vezes, a desautorizar o discurso hegemônico da mídia de massa, especialmente no que tange as narrativas sobre a violência durante os protestos” em uma crítica às estruturas de confiabilidade e representação que esses veículos tradicionais têm na “influência sobre os rumos da opinião pública, chegando mesmo a pautar os assuntos a serem discutidos pelas pessoas.” (BEZERRA; GRILLO, 2014, p.200-201).

Esse cenário nos permite entender como o momento ajudou a construir a necessidade de elaboração de novas estratégias de comunicação e de ação política para o ganho de repercussão das demandas em comum ou, mais precisamente, demandas construídas, reivindicadas e sustentadas coletivamente, ainda que com diversas divisões e discordâncias.

A seguir, analisarei a trajetória e as ideias que constituem um grupo específico, o coletivo denominado Projetação, buscando compreender as suas formas e ideias de “fazer política” no espaço urbano.

³² Durante a sua pesquisa sobre o tema desenvolvida no artigo: “O legado de 2013: Coletivos de ativistas e a agenda política brasileira”.

³³ “No linguajar dos veículos que não se inserem nesse padrão e que se denominam independentes, a grande mídia é também chamada de *mídia corporativa*, *mídia conservadora*, *mídia hegemônica* ou *mídia de massa*” (BEZERRA; GRILLO, 2014, p.2).

1.3 O Coletivo Projetação em foco

Nas Jornadas de Junho, uma onda de coletivos emergiu, como vimos anteriormente, querendo disputar os espaços da cidade, dar voz e visibilizar as suas reivindicações no campo do direito à cidade. Eram organizações mais autônomas em relação ao Estado. Vários desses coletivos, inclusive o estudado aqui, contam com um viés anarquista em sua visão de mundo³⁴(como demonstram suas relações com os Ocupas que aconteceram pelo Brasil) e posicionamentos anticapitalistas, expressos com influência da estética, da arquitetura, da comunicação, dos direitos etc. Essas novas formas de (re)organização da/na sociedade civil, no período das Jornadas, podem ser compreendidas a partir da reflexão de Farias:

(...)o argumento se baseia na necessidade que os movimentos sociais possuem de se distanciar do modelo político dos “grandes partidos populares de massa” originários dos regimes totalitários. Assim o autor explica a crise e o possível desaparecimento do papel dos partidos políticos que se colocam “acima dos atores sociais e muitas vezes contra eles.” (TOURAINÉ³⁵, 1994^{apud} FARIAS, 2007, p.15)

Essa possível explicação, delimitada pelos autores citados, sugere-nos pensar suas “lutas” e (re)configurações populares que se dão na busca por novas formas de ação para viabilizar a participação cidadã, ampliando-a para além dos institucionalizados. Há, aqui, um conflito marcado, de um lado, pelo “projeto neoliberal que se instala (...) ao longo das últimas décadas” e, de outro lado, por “um projeto democratizante, participativo, que emerge a partir das crises dos regimes autoritários e dos diferentes esforços nacionais de aprofundamento democrático” (DAGNINO, 2004, p.140). Essas duas vertentes se apresentam como conflitantes, já que produzem contradições em sua aplicabilidade, produzindo, assim, “crises discursivas”³⁶, constituintes de uma disputa simbólica, como aponta Dagnino:

³⁴ Segundo Michael Löwy, a visão de mundo perpassa a concepção de crença, de perspectiva, de ponto de vista e tudo mais que determine uma vertente de escolha. A visão social do mundo é uma síntese dialética entre a ideologia e a utopia, estas duas últimas que foram apontadas por Mannheim (porém com outra determinação). A primeira defende a ordem estabelecida, o pensamento conservador; a segunda defende a ruptura com esta ordem estabelecida, o pensamento revolucionário. Nessa perspectiva, a visão de mundo desenvolve um duplo exercício, ora ela é ideologia e tende a conservar o que está posto, ora ela é utópica e questiona a ordem estabelecida, dependendo do lado social em que o indivíduo se posiciona. Ver: LOWY, Michael. *As aventuras Karl Marx contra o Barão de Munchausen*. 20 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

³⁵TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

³⁶ “pode chamar de crise discursiva: a linguagem corrente, na homogeneidade de seu vocabulário, obscurece diferenças, dilui nuances e reduz antagonismos. Nesse obscurecimento se constroem sub-repticiamente os canais por onde avançam as concepções neoliberais, que passam a ocupar terrenos insuspeitados. Nessa disputa, na qual os deslizamentos semânticos, os deslocamentos de sentido, são as armas principais, a prática política se constitui num terreno minado, onde qualquer passo em falso nos leva ao campo adversário. Aí, a perversidade e o dilema que ela coloca, instaurando uma tensão que atravessa hoje a dinâmica do avanço democrático no Brasil.” (DAGNINO, 2004, p.143)

(...) o reconhecimento da disputa simbólica como constitutiva de toda disputa política explora os contornos de uma *crise discursiva*, que parece atravessar as experiências contemporâneas de construção democrática no Brasil e na América Latina” (DAGNINO, 2004, p.140).

Essa disputa simbólica tornou-se parte da estrutura política contemporânea, tornando as “crises discursivas” brechas para disputar a opinião pública e consolidar grupos mobilizados na disputa “político-cultural entre esses dois projetos” distintos e conflitantes, porém confluentes no que diz respeito ao entendimento da necessidade de “ambos os projetos requererem uma sociedade civil ativa e propositiva”(DAGNINO, 2004, p.142).

Entendo que esse contexto de interesses conflitantes sobre os rumos de nossas cidades propiciou que coletivos variados aparecessem e pudessem disputar a informação de um modo alternativo, fosse por meio de intervenções e interações urbanas, fosse através de cartazes, redes sociais, teatro, vídeos ou tantos outros meios que apareceram como formas de se posicionar contra as “invisibilidades” ou “injustiças”, em lutas pela democratização dos espaços da cidade e da comunicação. No entanto, destaco o aparecimento do Coletivo Projetação e a sua construção de oposição a(r)tivista aos meios de comunicação tradicionais colocados à disposição das mídias e dos discursos hegemônicos.

Ao querer ser mais uma das vozes nessa disputa polifônica, nas Jornadas de Junho, o Projetação utilizou-sede uma abordagem linguística alternativa: o uso de tecnologias de comunicação para protestar politicamente através da ocupação do espaço público com imagens.

A experiência de usar a comunicação não acabou nas ruas, ela continuou e se tornou rotineira por meio do uso das redes sociais para divulgar as intervenções já feitas e, também, organizar novos eventos de intervenção na cidade. Tudo isso graças à criação de uma página do Coletivo Projetação no Facebook que conseguia fazer a difusão dos acontecimentos. Esse modo de operar também chegou na plataforma do Youtube, que ganhou um perfil do Coletivo Projetação, o qual foi alimentado com vídeos de explicação da atuação, algumas intervenções na rua e, também, mobilizou uma campanha em busca de financiamento coletivo.

Experiências ambivalentes que se tornaram uma estratégia para disputar a atenção da opinião pública, materializando-se nas ruas, com a mesma linguagem imagética e direta dos computadores. No entanto, não podemos deixar de atentar que, mesmo interligadas – rua e rede –, elas possuem peculiaridades próprias na composição de atuação, uma vez que

Embora as redes sociais tenham uma eficácia enorme para mobilizar e manter o contato entre os manifestantes, também é verdade que continuam sendo as relações cara a cara – nos encontros e convivência entre indivíduos no espaço urbano, no enfrentamento com forças policiais e, posteriormente, na capacidade de organização

de grupos mais permanentes que interagem com o sistema institucional e que passam a existir off-line--, que produzem consequências políticas duradouras da mobilização cidadã. (SORJ, 2015, p.16).

Ao buscar, no ambiente de reivindicações de rua, unificar arte e política, o Coletivo Projetação, na segunda metade de junho de 2013, produziu o seu primeiro “ato” interventor na cidade do Rio de Janeiro; momento do auge das manifestações, tanto em quantidade de participantes quanto em visibilidade mundial. O Coletivo aparece para sintetizar o “grito”, as “ideias” da multidão – criminalizada pela mídia de massa e duramente reprimida pelo Estado, em outras palavras, coagidas pela “ideia” e pela força. Criaram, portanto, uma maneira de “driblar” a repressão para dar holofote às pautas legítimas das ruas a grupos cerceados, como a população pobre e negra do país.

O primeiro contato entre os integrantes do Coletivo se deu durante o movimento Ocupa Cabral, realizado em 2011. Dois anos mais tarde, durante as Jornadas, eles retomam o contato e resolvem se unir e também reunir alguns recursos tecnológicos pessoais (um projetor, um notebook e um gerador de energia) para dar corpo a ideia a que o Coletivo se propunha: as intervenções por meio de Projeções.

Após essa etapa, deliberaram que, por conta dos seus equipamentos, eles sempre atuariam em grupo, ou pelo menos em duplas nas manifestações pelas ruas do Rio. E assim, começaram a projetar de dentro das mobilizações das Jornadas, fazendo da luz do projetor a inversão de poder que precisavam naquele momento. Por meio de sínteses e animações pensadas pelo grupo de ativistas – que se reuniam para debater, reproduzir e/ou criar produções – que atendessem a uma agenda de problemas cotidianos em evidência e, desse modo, permitissem dar “visibilidade” a acontecimentos negligenciados por autoridades e meios de comunicação hegemônicos, o Coletivo trouxe essa novidade de ação política nas ruas: as projeções.

O Coletivo Projetação apresentava-se no meio das manifestações, das passeatas e atos, com uma fórmula simples e, ao mesmo tempo, mágica, que deu vida e voz aos espaços físicos da cidade, às ruas do Rio de Janeiro. Tal "magia" atraía os olhares por lançar luz em formato de mensagens e imagens, em alta e bem clara definição, a lugares antes inimagináveis, possibilitadas por ferramentas básicas: um notebook, um gerador e um projetor. Isso proporcionava, a quem passava pela rua, ver, de repente, uma mensagem direta de conscientização em letras garrafais direcionadas apenas por uma luz colorida, trazendo uma sensação de interação e curiosidade para quem estava nas ou passava pelas mobilizações. Como podemos ver abaixo:

Figura 2 - Pessoas olhando a projeção no alto de um prédio



Fonte: <https://www.facebook.com/plataformaprojetacao/>.

A imagem acima nos permite entender que o surgimento de intervenções com viés político-cultural vem como uma resposta à mídia brasileira que rotulava os manifestantes como vândalos³⁷ e menosprezava as mobilizações alegando que eram protestos sem pauta, por sua diversidade e pela ausência de uma liderança típica que falasse por todos (FERES JÚNIOR *et al.*, 2014). Foi assim que a tão repercutida “primavera brasileira”³⁸ passou a contar com a novidade das tecnologias em protesto compartilhadas pelo Projetação.

Esse grupo nutria como ideais a necessidade de disputar o espaço da informação e da cidade no meio das mobilizações, como vimos anteriormente. Consolidou-se como um coletivo formado por 15 pessoas, ativistas políticos de diferentes segmentos profissionais. Em sua maioria, eram jovens entre 20 a 40 anos, mulheres e das mais diversas áreas (arquitetos, advogados, fotógrafos, designers, médicos, artistas plásticos, professores, humoristas etc.), que passam a compor e dar movimento e nitidez às ações de projetar frases, vídeos e demandas em espaços nunca antes pensados (por exemplo, em árvores, corpos humanos, monumentos, instituições públicas e privadas, como a sede da rede Globo).

O seu conjunto de integrantes era dividido, como cita um dos interlocutores com quem conversei, entre alguns “fixos” e outros “parceiros” (ideia que pode ajudar a entender que

³⁷ Reportagem contendo um dos casos em que há um posicionamento da mídia hegemônica sobre os manifestantes e suas reivindicações de junho de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/10/vandalos-deixam-rastro-de-destruicao-apos-confronto-com-pm-no-rio.html>.>. Acesso em 23 ago. 2018

³⁸ Denominação que faz referência às primaveras (Praga, Árabe etc.): “Os Protestos no Brasil. Um estudo sobre as pesquisas na *web*, e o caso da Primavera Brasileira”. (MORAES; SANTOS, 2013).

alguns contribuía de modo menos formal e compromissado). Não existiam muitas barreiras hierárquicas impostas, uma vez que o próprio significado de Coletivo³⁹ era também o de agregar diferentes experiências. Esses jovens⁴⁰, com recortes de classes diferentes, associam-se entre si e com alguns outros grupos “amigos” tidos como “parceiros”, unindo-se pela pauta crítica, pela via da arte e por intermédio das tecnologias. A experiência crítica une política, arte e cultura no mesmo objetivo: as denúncias das violações dos direitos na disputa do sentido da cidade. Martucelli (2015, p.88) pondera que

(...)adolescentes e jovens formam parte de movimentos culturais (muitas vezes em torno da música), em geral rapidamente efêmeros no âmbito social, mas que, ao menos num primeiro momento, veiculam inovações identitárias, às vezes críticas sociais ou revoltas existenciais importantes.

Estruturados a partir dessa estratégia, delimitada justamente por sua maneira de se organizar, esses coletivos de “jovens” envolvem as chamadas redes ou teias de contato. No que concerne ao Projetação, essas teias envolvem parcerias com outros coletivos, a junção dessa iniciativa com a Universidade Nômade⁴¹, com participantes de ONGs e uma relação próxima com a Anistia Internacional⁴². São raízes constituídas para além do visível, são convivências que se transformam em laços de afeto ou de solidariedade perceptíveis pelo “(...) aspecto intrincado e precário dos múltiplos laços e imbricações estabelecidos entre organizações dos movimentos, participantes individuais e outros atores da sociedade civil e o Estado”(DAGNINO, 2000, p.37); que se entrelaçam na busca por multiplicar pautas, ações, estratégias e até mesmo a sua visibilidade, por vezes “amplamente espalhadas(...) de modo invisível, pelo tecido social” (ALVAREZ *apud* DAGNINO, 2000).

³⁹ O significado de Coletivo é: agrupar pessoas em prol de um fim comum. Assim como foi citado no item primário deste capítulo.

⁴⁰ Defino a categoria jovem de maneira generalista. Já que segundo Martucelli (2015, p.89) essa “cultura etária, (...) embora não produza de fato uma unidade geracional (os jovens, em função das camadas sociais, não participam todos dos mesmos movimentos culturais), não deixa de produzir uma barreira em relação aos “outros” (os adultos) e, em todo caso, transmite à adolescência e à juventude expectativas de vida relativamente particulares”. Para o autor, “seu protagonismo cultural é inegável na esfera pública” (MARTUCELLI, 2015, p.88).

⁴¹ “A rede Universidade Nômade é uma rede transnacional, que se compõe de militantes, intelectuais, artistas, grupos de pesquisa, coletivos, ativistas de cursinhos pré-vestibulares populares, blogues, e pontos em geral dispersos em redes sociais, produtivas e colaborativas. É também um estilo de militância, baseado nos conceitos de multidão, enxame, êxodo e produção do comum, que se organiza e nomadiza de um modo autônomo, independentemente de um centro orgânico, uma “sede” ou qualquer tipo de organização rígida de princípios, membros ou diretivas. Por 8 anos (entre 2007 e 2015) a Uninômade Brasil organizou uma série de Colóquios na Fundação Casa Rui Barbosa (RJ). A rede organiza e produz seminários, cursos, revistas, artigos, vídeos.” Disponível em: <http://uninomade.net/quem-somos/>. Acesso em: 14 jan. 2019.

⁴² “A Anistia Internacional é um movimento global com mais de 7 milhões de apoiadores, que realiza ações e campanhas para que os direitos humanos internacionalmente reconhecidos sejam respeitados e protegidos. Está presente em mais de 150 países. Todos os dias, alguém, em algum lugar do mundo, recebe apoio da Anistia Internacional.” Disponível em: <https://anistia.org.br/conheca-a-anistia/quem-somos/>. Acesso em: 14 jan. 2019.

Eis que aqui chegamos a um ponto chave: a abertura para atuação de atores esporádicos ou “invisíveis”, uma vez que temos duas ramificações que explicam a construção dessas redes em conjunto com o Projetação. A primeira é justamente sobre a extensão da mobilização para além do visível, os “invisíveis”, ou, como apresenta Dagnino(2000), as redes com um maior alcance do que suas partes constitutivas mais óbvias e de manifestações visíveis. É uma maneira mais complexa de organização porque tem pouca rigidez e, assim, pode acoplar diferentes atores sociais em torno de um fim comum, o que permite essa distribuição de “raízes”⁴³, seja ela pelo movimento ou pela atuação de seus membros.

A segunda ramificação é a própria atuação de projetar realizada pelo Coletivo Projetação, uma vez que as suas intervenções tecnológicas se tornaram um meio de unificar as pessoas por sua “estratégia”. Tornaram-se, também, um meio de trazer o debate político para o centro das reivindicações, pois, a cada mensagem politizada que o Coletivo propiciava ao operar, era nítida a defesa e a representação de interesses e identidades comuns. Isso fazia com que mais simpatizantes, categoria que utilizaremos para os participantes mais fluidos do coletivo, como cita Caio⁴⁴, se aproximassem e dessem corpo ao movimento, principalmente na tentativa de elaborar maneiras de consolidar as ações do grupo, seja pela tentativa de financiamentos⁴⁵ coletivos autônomos, seja pela admiração que a ação de algo em comum transbordava.

⁴³No mesmo sentido que é atribuído quando pensamos a sua importância para as plantas: é o suporte necessário para a garantia da vida, e nesse caso mais especificamente a reprodução do movimento de intervenção urbana e dos seus atores.

⁴⁴ Caio é o principal interlocutor desta pesquisa e nos conhecemos durante a preparação para os eventos do Junho+5. Abordarei melhor sobre ele e o evento ao longo do terceiro capítulo desta dissertação.

⁴⁵A Campanha Catarse, que foi bem sucedida, arrecadando 20.525,00 pelo site https://www.catarse.me/projetacao?ref=ctrse_explore_pgsearch&project_id=5252&project_user_id=260840, tinha como descrição: O Coletivo Projetação quer otimizar suas ações e ampliar o alcance das mensagens que, desde as manifestações de junho de 2013, retratam nossa consciência política através de projeções na rua. Caso não conheça o nosso trabalho, acesse a página no Facebook: <https://www.facebook.com/plataformaprojetacao>. Pretendemos nos transformar em uma plataforma de projeção. A ideia é comprar um kit de uso coletivo, que ofereça a estrutura e a mobilidade necessárias para multiplicar as ações de apoio aos movimentos nos quais acreditamos e fomentar o debate político, ocupando os espaços públicos com soluções criativas para burlar as barreiras impostas por esse sistema paralisante.

Precisamos do seu apoio financeiro para comprarmos equipamentos e cumprirmos nossos objetivos. Temos uma **meta básica** de R\$20.000. Se ultrapassarmos essa meta, vamos adquirir outros equipamentos que também consideramos relevantes às ações do coletivo.

EQUIPAMENTOS QUE VAMOS COMPRAR SE ATINGIRMOS A META BÁSICA: 1) Projetor 5500 lumens 2) Notebook Dell 3) Gerador 4 tempos 1200w 4) Extensão de Energia 5) Caixa de Som Amplificada 6) Bicicleta de Carga 7) Tela para Projetação 8) Bateria de Carro 9) Carregador de Bateria de Carro 10) Conversor de Bateria de Carro 12v para 110v 11) Cabos de Áudio 12) Filtros de Linha e Adaptadores de Tomada
EQUIPAMENTOS QUE VAMOS COMPRAR SE ULTRAPASSARMOS A META BÁSICA: 13) Projetor a Laser 14) Smart Phone com mini Projetor 15) Mochila para carregar equipamento 16) Lâmpada reserva para o projetor 17) Tablet 18) Silver Tape

O ponto central de organização do Coletivo é o engajamento com o Projetação, na tentativa de produzir práticas mais autônomas e cidadãs, para além do formal e institucionalizado, mas isso não quer dizer sem diálogo com as instituições. Por isso, como acompanhamos, a sua estrutura abre-se para variados participantes, “fixos”, “simpatizantes” e/ou “invisíveis”, contanto que ajudassem na construção de questionamentos e proporcionassem inquietações nas pessoas sobre as modificações sociais causadas pelo panorama das políticas estabelecidas naquele momento.

Dada a horizontalidade e a flexibilidade do Coletivo, o trânsito entre os participantes fez com que o grupo expandisse suas raízes, abrangendo muitas áreas e podendo atuar simultaneamente em vários locais. Houve um caso em que conceberam projeções simultâneas em onze lugares diferentes, nas cidades brasileiras e de outros lugares do mundo, com algumas “redes parceiras” e no âmbito do Grito dos Excluídos⁴⁶ realizado no ano de 2013 (ação que tem por intuito catalisar em um movimento as demandas sobre reivindicações de direitos do povo, por isso também que geralmente acontecem simbolicamente na data comemorativa da independência do país). Por ter seu nascimento na unificação de diferentes organizações da sociedade civil (igrejas, sindicatos, partidos políticos de esquerda, grupos progressistas etc.), a cada ano são mobilizados lemas para traduzir os valores que se destacam e mobilizam as pessoas para sua pauta. No auge das insurgências de junho de 2013, o lema era “Juventude que ousa lutar constrói projeto popular”. Creio ter sido essa a motivação do Projetação para unir-se nessa empreitada por direitos e voz.

A contribuição do Coletivo Projetação para o Grito dos Excluídos se deu por meio de intervenções urbanas simultâneas, durante o dia 7 de setembro de 2013 pelo Brasil e pelo mundo, como se pode visualizar na página do coletivo e na foto abaixo (que representa as

Nosso objetivo é bater a meta básica antes do início da Copa do Mundo, para que estejamos a postos para ações criativas durante o evento.

Temos pouco tempo!

Ajude-nos a continuar esse trabalho! Caso não possa colaborar financeiramente (doando no menu ao lado), compartilhe nosso link, divulgue nossa campanha diretamente na sua rede de amigos ou ocupe as ruas junto com a gente!

Nos comprometemos a manter o processo de compra dos equipamentos e utilização do dinheiro arrecado de forma transparente pela nossa página. Para retribuir a sua contribuição, garantimos também que continuaremos nas ruas projetando, apoiando e amplificando as demandas populares.

Venha ocupar as ruas com arte e o imaginário das pessoas com a luz que gera reflexão e transforma a cotidiana insatisfação em ação cidadã. Sua ajuda será sempre bem vinda!

⁴⁶ Para saber mais sobre assunto, acessar o link disponível em: <http://www.une.org.br/2011/09/grito-dos-excluidos-uma-mobilizacao-nacional-pelos-direitos-do-povo/> ou <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/09/saiba-como-esta-o-7-de-setembro-pelo-brasil>. Acesso em: 03/02/2019.

idades de Belém, Brasília, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Asu (Indonésia), Amsterdã (Holanda), Berlin (Alemanha), Colônia (Alemanha), Totnes (Inglaterra), entre outras):

Figura 3 – Projeções simultâneas em várias localizações



Fonte: <https://www.facebook.com/plataformaprojetacao/photos/>.

Outro momento de ação simultânea em que o Projetação participou ocorreu durante as manifestações de junho de 2013, quando eles reproduziam materiais de outros coletivos próximos, como o coletivo Vinhetando⁴⁷, que teve seus curtas apresentados nos “projetaços”. A estratégia de ação feita pelo Coletivo visava dar visibilidade às intervenções nos protestos, mais do que definir e explicitar seus autores, que seguiram nas “sombras” da atenção pública, realçando as suas projeções e os seus símbolos.

A projeção(imagem) nessa conjuntura é a protagonista. A escolha dos membros do Coletivo foi o anonimato. Os membros do grupo se mostravam pouco; eram representados por terceiros, mesclavam-se a outros coletivos, espalhavam projetores com os “parceiros”, principalmente com aqueles atores que tinham contato próximo com algum membro fixo do Coletivo. Era comum que o material fosse emprestado ou doado (quando o acesso e a

⁴⁷O Vinhetando é um coletivo artista que também foi criado no cenário das manifestações de 2013, “(...) reunindo universitários, profissionais da área de publicidade e pessoas de variadas competências. Um deles teve a ideia artística de fazer vídeos das manifestações – vídeos curtos, de 1 a 2 minutos – e incrustar a fala de um ministro. A imagem, a fala e um fundo musical.” (PERALVA, 2017).

presença do Projetação não se faziam com tanta facilidade como no caso das favelas, em que a resistência é diária) a pessoas de confiança.

Um caso a se mencionar sobre a coletivização dos recursos tecnológicos foi quando um membro do Projetação doou um projetor a um “parceiro”, morador engajado⁴⁸ na resistência da visibilidade social sobre as pautas de sobrevivência, no Complexo do Alemão e outras comunidades. Essas pautas de sobrevivência referenciavam a precariedade de direitos nas favelas cariocas, ao abordar os temas como: violência institucional, racismo, genocídio, criminalização da pobreza etc.

Esse parceiro foi Tiago⁴⁹ que, ao dizer sobre a importância da relação entre ele e o Coletivo, em uma de nossas conversas, destacou o ganho do projetor como um fato importante, pois este era mais uma via de visibilizar as arbitrariedades do Estado no território da favela contra seus moradores. A proposta era reproduzir as ações de projetar como um fato político por meio da reprodução de intervenções urbanas e artísticas simbólicas, que enfrentam as estruturas dominantes, na busca por cidadania e justiça social.

Destacada a importância do recurso tecnológico (o projetor) que faz a principal função das intervenções no espaço da Cidade, constatou-se que a intenção dos integrantes do coletivo não era em momento algum aparecer e se definir, nem mesmo buscar por exposição, pois eles não queriam mostrar-se, mas, sim, espalhar a ideia sobre o impacto da projeção como um meio de ocupação da Cidade, demonstrando resistência às arbitrariedades de uma política de descasos.

Ao pensar sobre o anonimato dos integrantes do Coletivo, faço uma analogia com a famosa frase “ideias são à prova de balas” retirada do quadrinho *V de vingança*⁵⁰, escrito por Allan Moore (2012). Podemos pensar como o ambiente de conflitos e intensas repressões contra pessoas que estavam se manifestando (por exemplo, o caso de cada um dos 23 manifestantes condenados pela justiça⁵¹) e as posturas anônimas se tornavam uma forma de não delimitar algo que é construído fora do comum, ao mesmo tempo, em que construíam

⁴⁸ Compreenderemos o termo engajado como uma: “(...)forma de participação duradoura em uma ação coletiva relacionada à defesa ou promoção de determinada causa” (SAWICKI; SIMÉANT, 2011, p.201 *apud* SOUZA, 2017, p.20).

⁴⁹ Nome fictício para preservar a identidade dos integrantes e parceiros do coletivo.

⁵⁰ MOORE, Alan; LLOYD, David. *V de Vingança*. Barueri, SP: Panini Books, 2012.

⁵¹ Para saber mais, acessar as reportagens disponíveis em: <https://www.revistaforum.com.br/justica-do-rj-condena-a-prisao-23-participantes-de-protestos-em-2013-e-2014/> ou <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/tribunal-de-justica-do-rio-condena-a-prisao-ativistas-envolvidos-em-protestos-em-2013-e-2014-no-rio.ghtml>. Acesso em: 28 jan. 2019.

uma proteção: as ideias não podem ser reprimidas como as pessoas. A expectativa do Coletivo era que elas se disseminassem e germinassem como sementes.

O objetivo do Coletivo era dar visibilidade às pautas de cunho social, na questão da precarização da parte vulnerável da população, proporcionada pelo abismo social e criada pela desigualdade. Além disso, o Coletivo denunciava a distinção e as arbitrariedades no tratamento entre morro e asfalto, a violência e a violação dos direitos humanos nas periferias da cidade; a corrupção política e os danos causados à população mais pobre e agravados por políticas de administração que mercantilizavam a vida, intensificados com a preparação para o recebimento dos megaeventos e seus “legados”.

A proposta do Projetação era sintetizar as vozes da rua, como uma “arma” na disputa política pela opinião pública com o auxílio de pautas diretas e politizadas que poderiam ser apresentadas como argumentos tanto para o cidadão comum, quanto para as mídias de modo geral. O Coletivo Projetação passou a chamar muita atenção nos protestos, por suas telas vivas, que passaram a compor o cenário de manifestações na sua busca por visibilidade. Além de unificar atores sociais diversos pela necessidade de disputar o espaço da informação de maneira criativa, consciente e cidadã (como os próprios parceiros do coletivo chegaram a definir em um vídeo no *Youtube*⁵²), e assim tentar caracterizar, visibilizar e proporcionar uma ação crítica sobre os acontecimentos do país e da cidade do Rio de Janeiro.

1.3.1 O ato de projetar

O ato de projetar possui como característica efetuar uma ação política para disputar os espaços monopolizados pelo mercado e, automaticamente, pelo valor que ele atribui a quase tudo que toca. O coletivo dá conta de uma discussão atual e de extrema importância, nos meios intelectuais de produção e na prática dos movimentos sociais, que é pensar a necessidade do direito à cidade; uma vez que o solo das Cidades e suas distribuições podem muito bem nos esclarecer como funciona essa apropriação capitalista do espaço e das relações tornando-as mercadorias, objetos negociáveis e assim mercantilizando a vida cotidiana, consequentemente excluindo aqueles que não podem pagar por ela. Por esse motivo, o coletivo opta por esse recorte urbano de reivindicar, justamente, porque “entender a produção

⁵² Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=E_ODISaolyA. Acesso em: 25 jul. 2017.

da cidade é importante para compreender também a desigualdade” (MARICATO, 2015, p. 11-12) e assim combatê-la.

O modo como eles escolhem para dar ênfase às questões urbanas é denunciar as desigualdades econômicas, sociais e de acesso à cidade. Sua prática por meio de uma ação lúdica com efeito de imagem, luz e som mescla o irônico a questões importantes, trazendo para a agenda pública de forma mais sintética, límpida e ágil, uma “nova forma de fazer política” e ocupar os espaços, chamada de “tecnologias de protesto”(FARIA, 2014).

Esse *modus operandi* do Coletivo será definido aqui como um meio de comunicação “não-convencional”, pois entendo como convencional os métodos e signos classicamente usados em protestos (cartazes, faixas, bandeiras etc.). Nesse sentido, o antigo dialoga com o novo, mas o novo arruma mais um jeito de representar-se, na medida em que o Coletivo dá continuidade à forma de protestar, porém, inovando em seu método, ao contar, basicamente, com a utilização de um projetor, de um *notebook* e de um gerador como equipamento e a própria rua como cenário.

Com esses equipamentos, os atores sociais do Coletivo projetaram em prédios e monumentos as imagens de protesto, transformando as estruturas arquitetônicas em telas de projeção. No dia 7 de agosto de 2013, durante o ato Ocupa Rede Globo, a atuação do Coletivo Projetação foi à sede da rede Globo, no prédio da emissora no Jardim Botânico, e essa “estrutura de poder” teve sua fachada borrada efemeramente pela atuação, deixando estampada na parede do prédio uma imagem provocativa. A manifestação não pôde ser impedida e reprimida por seguranças, pois tal ato preservou a distância entre a rua (pública) e a entrada da sede (privado), dando legitimidade à liberdade de expressão e de protesto ao mesmo tempo que conseguiam denunciar a empresa que, naquele momento, ajudava na criminalização das manifestações de junho, além de possuir um longo histórico de proveitos econômicos e sociais através de pactos políticos com o poder.

Figura 4 – Faixadas da sede da Rede Globo; (a) - Faixada da sede da Globo com a projeção “Censura nunca mais”; (b)- Faixada da sede da Globo com a projeção “Sonega”.



Fonte: <https://www.facebook.com/plataformaprojecao/photos/>.

Como podemos ver nas duas fotos, a projeção na porta principal da sede da Globo critica a postura da emissora (que criminalizava as manifestações), expondo seus crimes de maneira provocativa com a mesma finalidade simbólica de uma pichação, de um grafite e de um cartaz no meio de uma manifestação popular. Todos os elementos citados são signos costumeiramente interpretados como manifestações simbólicas, produzidas individual ou coletivamente pela cidade. No entanto, distanciando-se em outros aspectos, principalmente sobre o que chamaremos de “permanente” e “efêmero”.

O primeiro termo denominado “permanente” será responsável por encaixar a representação mais fixa e de longa data sobre o espaço, englobando o grafite e o picho. Já o segundo termo, denominado “efêmero”, corresponderá à representação feita pelos cartazes e pelas projeções. Sendo assim, para explicar melhor essa perspectiva, farei distinções breves sobre tais métodos artísticos utilizados (cartaz, pichação e grafite) como enfrentamento e denúncia, em paralelo ao Projetação e sua técnica de intervenção política do espaço.

Aqui destaco primeiro as ações de intervenção urbana “permanentes”, a pichação e o grafite, que são formas fixas de protestos em grandes centros urbanos, já que são pintadas com tintas, em lugares estratégicos, para materializar a sua manifestação cultural. Segundo Curado (2017), “O caráter transgressor e autônomo das intervenções urbanas(...), é essencialmente rebelde e possui caráter disruptivo, fugindo ao controle e à tutela do campo político, econômico ou artístico”. Motivo que reforça a essência crítica de ambos os recursos ao lançar, por meio de sua estética, um incômodo e, assim, chamar atenção até mesmo do poder público, ainda que de maneiras distintas, como apresentam as autoras Furtado e Zanella (2012):

Entre graffiti e pichação evidenciam-se diferenças estéticas e diferenças na maneira de apropriação dos espaços urbanos. Diferenças que não suprimem as possibilidades de seus artífices, como grafiteiros, por vezes atuarem como pichadores ou valorizarem a pichação como atividade por cujo intermédio podem protestar em relação às tensas dinâmicas sociais entre público e privado. Ademais, entre o autorizado e não autorizado, legal e ilegal, o graffiti e a pichação muitas vezes se assemelham e são compreendidos como práticas marginais, de vandalismo. (FURTADO; ZANELLA, 2012, p. 152-153)

Por esse motivo, ambas as técnicas se tornaram historicamente marginalizadas e criminalizadas pela lei. No entanto, o grafite, em 2011, passa a não ser mais considerado crime⁵³; diferença que talvez nos permita compreender as particularidades e não só apenas suas aproximações.

Como explica o ativista Mauro Neri⁵⁴, em entrevista para Nexo Jornal, enquanto o picho é uma forma de chocar e afastar, o grafite passa a ganhar um “valor” agregador. Em outras palavras, o grafite é utilizado como método de diálogo com aquele que vê e recebe a obra, diferente do picho que visa mais ao enfrentamento em si, à exposição de um confronto de valores. É aqui que a distinção começa, na atribuição do “valor” que é dado à manifestação urbana. Por isso, é válido reforçar que:

(...) embora o graffiti e a pichação sejam práticas que possuem uma mesma raiz e que, muitas vezes, busquem lugares não autorizados para expor os trabalhos e compartilhem riscos comuns e perseguições, a diferença entre graffiti e pichação está na linguagem empregada (RAMOS, 1994 Apud FURTADO; ZANELLA, 2012).

Linguagem essa que pode ser interpretada, segundo alguns artistas⁵⁵ do mundo do grafite e da pichação em entrevista ao Jornal Nexo, por distintos e próprios usos da técnica, da estética e até das cores.

O picho, por exemplo, não contém o status e reconhecimento artístico de arte, há uma agregação de valor na sua própria marginalização, já que ele é feito para agredir, chocar e transgredir a moral vigente, seguindo critérios próprios de atuação no espaço urbano. É reconhecido a partir dos desafios que ele carrega, por exemplo, quanto mais alto, mais reconhecido. No picho, o perigo agrega valor e a marginalidade é o seu motor, principalmente

⁵³ Grafite como uma manifestação artística, livre de censuras à luz do princípio da liberdade de expressão descrito no art. 5º do texto constitucional e a prática do ato delituoso figurado no art. 65 da Lei de Crimes Ambientais, que fora alterada pela Lei n. 12.408 de 25 de maio de 2011, transformando a atividade em algo lícito, aos olhos da Justiça. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/20231/grafite-expressao-artistica-ou-crime-ambiental> Acesso em: 28 de dez. 2019.

⁵⁴ Ativista e membro do coletivo Imargem, conhecido pelo grafite “ver a cidade”.

⁵⁵ Eles são: o pichador Iaco Viana, o grafiteiro Marcus Vinícius, mais conhecido como “Enivo”; o grafiteiro veterano e curador da Bienal Internacional de ‘Graffiti Fine Art’, Binho Pinheiro; e ainda o pichador, grafiteiro e ativista Mauro Neri, membro do coletivo Imargem.

para expressar aquilo que é a sua contestação, já que ele é uma contracultura protestando seu nome na cidade e, também, o reconhecimento de suas “famílias⁵⁶”, mas falando com poucos.

Em relação ao grafite, apesar de suas intervenções urbanas serem historicamente reconhecidas como marginais e com peso crítico, a técnica passou a ser mais reconhecida ultimamente ao ser, também, cooptada pelo mundo da arte. A ilegalização, também, permitiu que a técnica passasse a ser vista como um meio de interação menos agressiva, mais mobilizada pelas cores, esteticamente mais compreensíveis e que podem ter uma via de protesto, mas pela mão da “intervenção artística”, aquela que faz pensar, questionar-se. Em outras palavras, o grafite está disposto a falar com mais pessoas, as suas dinâmicas são bem mais aceitas por serem de mais fácil compreensão. Ideias destacadas pelo autor Curado(2017), ao explicitar a recepção do uso desses recursos:

No que tange à arte urbana, a expressão política de Banksy⁵⁷ é celebrada, assim como os murais do Kobra. Ao mesmo tempo, expressões típicas dos centros urbanos brasileiros – como o picho de #DI#⁵⁸ – seguem em uma posição marginal e, talvez, ainda mais questionadas quando comparadas com as intervenções de caráter global, como o grafite. (CURADO, 2017, pg.4).

Podemos ver, nas fotos abaixo, a marca das especificidades entre eles:

Figura 5 - Pichação contra a ditadura militar no Brasil



Fonte: <http://memoriasdaditadura.org.br/obras/pichacao-abaixo-ditadura-1968/index.html>.

⁵⁶ Nome dado a um grupo de pichadores, uma identidade comum.

⁵⁷ Trecho retirado da nota de Curado(2017), para divulgar quem são “Banksy e Kobra, artistas de renome internacional junto à crítica especializada de arte, tendo obras espalhadas pelas maiores cidades do mundo”. (p.4)

⁵⁸ Trecho retirado da nota de Curado para apresentar o “#DI#, um dos mais conhecidos pichadores. Em 2016 foi lançado um documentário que narra sua trajetória intitulado “#DI#, pichar é humano”. Exposição de mesmo nome foi montada na galeria A7MA, em São Paulo, em sua homenagem(p.4).

Destacaremos essa pichação por sua marca, já que foi uma das imagens gravadas na memória da resistência popular contra a ditadura militar. O registro se refere a uma foto retirada bem no momento em que um jovem do movimento estudantil fazia essa intervenção “permanente” para marcar o enfrentamento ao regime estabelecido e sua ordem vigente.

Figura 6 – Grafite sobre a pobreza no Brasil



Fonte: <https://m.facebook.com/kobrastreetart/photo>.

A escolha desse grafite se deu por sua maneira sutil de retratar a importância do tema da pobreza no Brasil, uma vez que a colorida imagem não esconde o teor crítico do grafite. Na imagem, um senhor em situação de rua, de barba longa e grisalha, com o rosto cabisbaixo, sentado e descalço, esmolando e segurando uma placa com os dizeres em inglês “welcome to real Brazil”, numa clara conotação da parte do país que os turistas não veem. Essa referência ainda dobra de peso quando se entende que o autor do grafite é o brasileiro Kobra, responsável pelo gigantesco grafite pintado no Boulevard Olímpico na área central do Rio, onde o espaço foi revitalizado visando aos jogos olímpicos e à recepção dos espectadores dessa competição. O grafiteiro produziu um mural imenso, que retratava a diversidade étnica⁵⁹.

Em síntese, tanto a pichação como o grafite nos interessam porque são tipos de intervenções tipicamente urbanas de protesto, que possuem nas ruas da cidade seu principal expoente. Além do seu caráter crítico evidente, de forma direta ou mais sutil, ambas sempre têm uma manifestação cultural a esclarecer. Embora tenham relações próximas de formas de

⁵⁹“(…) o belíssimo painel “Etnias”, que mede nada menos que 180 metros de largura por 17 metros de altura no Boulevard Olímpico foi considerado o maior mural de grafite do mundo e, por este motivo, entrou para o **Guinness Book**. Tal feito, realizado pelo artista Eduardo Kobra, atraiu os holofotes internacionais à arte de rua brasileira, que realmente tem que estar entre as melhores do mundo, pois são daqui alguns dos artistas mais reconhecidos.” Disponível em: <http://woomagazine.com.br/arte-made-in-brazil-3-grandes-momentos-do-grafite-nacional-em-2016/>. Acesso em: 05 fev. 2019.

expressão, o grafite e o picho são vistos sob diferentes perspectivas pela sociedade. Enquanto o primeiro é englobado pelo mundo da arte, o segundo é marginalizado por esse meio e restrito às atuações na rua.

Mas essa disputa não se dá pelos espaços, como apresentado por Curado (2017), ao dizer que “o choque não é entre espaços físicos, mas entre um conjunto de normas e valores essencialmente pertencentes aos espaços formais das artes, por um lado, e ao espaço urbano, por outro”. É guiada, todavia, por uma disputa simbólica, justamente por ambas não serem ignoradas como componente da vida social da cidade. Dessa forma, “passam a ser interpretadas de diferentes formas e a estabelecer diferentes relações com outros campos sociais”, segundo o autor.

Por esse motivo, o mais importante neste trabalho é entender que tanto a pichação quanto o grafite se encaixam como repertório político de intervenção do espaço da cidade. E carregam consigo a estratégia da “fixação” em suas formas de protestos, ou seja, aquilo que permanece por um tempo, por ser mais difícil de ser removido e trazendo algum tipo de dificuldade ou transtorno para que se retire de onde foi colocado. Podem, inclusive, ser criminalizados em caso de não autorização, o que na verdade os limita de acessar às “demarcações” neoliberais do espaço “privado”.

Isso nos faz pensar que uma imagem ou desenho crítico, como o grafite, se fosse feito no papel, poderia ser considerado um cartaz (nosso próximo ponto de debate), tendo uma representação mais “efêmera” do que a proporcionada pelas pinturas de parede do grafite e da pichação, que ganham um caráter mais “permanente”.

Esse conjunto de ideias criativas nas manifestações são produzidas e entendidas como intervenções rápidas ou prolongadas no espaço urbano; o que nos permite pensar que a projeção pode ser uma representação tecnológica de todos esses meios, pois se aproxima da técnica do grafite e da pichação ao mesmo tempo em que reproduz a estratégia que o cartaz compõe como símbolo informativo e sintético sobre alguma demanda da realidade das pessoas. Porém, com uma mobilidade que não existe nas outras estratégias.

Para desenvolver melhor esse tema, falarei mais sobre o protesto "efêmero" que delimito entre o cartaz e as projeções. Os cartazes são símbolos típicos das manifestações. Assim como aponta Farias (2007), os cartazes têm um destaque que dá certa visibilidade aos movimentos sociais, pois atraem a atenção das pessoas que não estão organizadas e por vezes podem mobilizar a opinião pública a seu favor com diferentes frases e/ou desenhos que manifestam a sua indignação e a explicita; como recurso de "humanização" e, por vezes, de sobrevivência.

Figura 7 – Menina segurando cartaz bilíngue contra a violência



Fonte: FARIAS, 2007

Essa imagem acima, trabalhada na dissertação de Farias (2007), permite-nos entender como a linguagem do cartaz vai permitir que se transpareça a mensagem sobre o conteúdo da manifestação – neste caso, a violência nas favelas, referindo-se à data da chacina do Borel, Zona Sul do Rio de Janeiro, um ano após seu acontecimento.

Destaco, de acordo com a autora, que o cartaz produziu “a combinação de insistência e criatividade na utilização de recursos visuais durante os protestos e a aposta na ampliação do grupo de receptores da mensagem”(FARIAS, p. 11, 2007).

A mensagem do cartaz se dissemina e cria visibilidade, mas acaba, de alguma forma, ficando restrita ao espaço físico de onde o cartaz está naquele momento, não permitindo que boa parte dos manifestantes e cidadãos a vejam no mesmo momento. Além disso, existe uma limitação, pois, apesar de poder ser colada ou registrada por foto, o cartaz geralmente é uma marca de um determinado protesto, que pode ser perdido, rasgado, ou até molhado em dias de chuva.

Já a projeção é uma intervenção de efeito de luz, de rápida mobilidade, que colocava as mensagens em destaque, uma vez que aparecem em locais de visualização ampla e estratégica.

As projeções apresentavam-se em formato de conscientização. Por vezes tinham um tom de provocação, em outros momentos visavam apenas à informação. Sempre, no entanto, mesclando conteúdos com pautas progressistas, um pouco de ironia e uma postura de

resistência a diferentes formas de violações dos direitos humanos que gradualmente foram incorporadas na agenda pública de protestos de forma mais fluida e de modo que pudesse ser sistematizado, a ponto de se tornar presente no imaginário geral da população e, assim, se consolidar no debate público de combate a esses problemas.

A projeção também tem suas limitações: só pode ser usada à noite, precisava de energia elétrica, são equipamentos caros, podiam quebrar, ser roubado ou apreendidos. Dependia, também, do bom funcionamento dos equipamentos. Apesar disso, também, tem as suas vantagens sobre o espaço em que poderia ser projetada, a característica de não criminalização, o seu efeito límpido e direto de apresentar-se, além de chegar aonde outros métodos não poderiam, nas representações de poder.

O que essas quatro formas de expressão (o picho, o grafite, o cartaz e a projeção) têm em comum é o fato de serem consideradas como instrumentos de protestos: símbolos que intervêm no ambiente urbano com o intuito de contestar o que está sendo definido como valor; ganhar cena na esfera pública para que possam disputar a opinião pública e, conseqüentemente, tentar mudar o ambiente social.

A diferença básica – que defendo neste trabalho – é que a projeção se destaca pelo seu efeito atual, rápido e tecnológico, pois somente a projeção pode disputar espaços físicos cerceados para boa parte da população e reconfigurá-los, ainda que por pouco tempo. A projeção se torna lúdica e admirável aos participantes de mobilizações por terem a chance de confrontar símbolos tão importantes na estrutura social sem sofrer punições, como outras formas sofreriam (no caso do grafite e da pichação) e ter acesso a locais onde um cartaz não chegaria, provocando, de maneira pacífica, mas direta, como no caso acima sobre a Rede Globo.

Ao utilizarem-se das tecnologias de protesto, para projetar imagens em lugares públicos e/ou privados, o Coletivo Projeção intervém no cotidiano da cidade e dos seus cidadãos por meio de atos simbólicos que visam a uma nova ocupação desses espaços; ganhando, conseqüentemente, força política e enfrentando as hierarquias estabelecidas até então.

As atividades do Coletivo buscaram disseminar certos debates sobre a ocupação dos espaços públicos e sobre o “Direito à Cidade” através da projeção. Ela trazia para o foco “palavras de ordem” que sintetizavam as demandas e reflexões críticas de maneira fluida e repentina.

Para a construção do percurso desta análise, será necessário pensar na junção das palavras “projetar mais ação”, que denominam o Coletivo Projeção, como uma

demonstração da significação simbólica das atividades/ações dos novos atores e ativistas inseridos nas mobilizações. Já que o ato ou ação de projetar⁶⁰ imagens traz consigo a representação de uma linguagem, uma informação, um algo a dizer, caracteriza-se como uma intervenção urbana; a expressão de uma atuação simbólica como estratégia de transformação da cidade por intermédio de intervenções artísticas com caráter crítico e reflexivo dos modelos hegemônicos consolidados; com a finalidade de construir ressignificações de espaços da cidade, para que se construam novos valores e sociabilidades com características mais participativas e autônomas que produzam espaços democráticos no ambiente físico que as pessoas habitam, mas também em seus imaginários.

Avalio que, apesar do estabelecimento de diálogos com outros coletivos na produção de conteúdo exibidos em algumas de suas intervenções, o Coletivo se constrói como uma “*intelligentsia*”⁶¹ que usa a luz da projeção como instrumento político, que tem o uso da arte como um viés de reivindicação que pode, no mínimo, embaralhar as relações de poder com as projeções.

A ação de projetar ideias (o Projetaço) é, sim, um atrativo para uma “nova forma de linguagem”, bastante conhecida no cotidiano informal das redes sociais e até mesmo em filmes: a linguagem audiovisual. Ela é capaz de proporcionar sua própria tradução dos conflitos estabelecidos e distorcer as lógicas de poder impostas. É notório que a luz projetada pode ultrapassar hierarquias, como poderemos observar no ponto seguinte quando falarmos do Projetaço e descrevermos dois casos em que a luz transpassa tais limites delimitados.

1.3.2 O Projetaço

O Projetaço (a ação de projetar ideias) é a ação focada na efemeridade da mensagem e da representação, mais rápida e impactante, de um novo status interpretativo da imagem para aqueles que a acessam; trazendo ideias e debates para o ambiente social mais amplo; dando, através da arte, visibilidade ao ato. É na ação dupla de representar e ser representado que a linguagem da imagem ganha cena e traz o questionamento do “fazer pensar”, do “fazer

⁶⁰ Significado da palavra: jogar, precipitar, arremessar, arrojado, atirar, lançar.

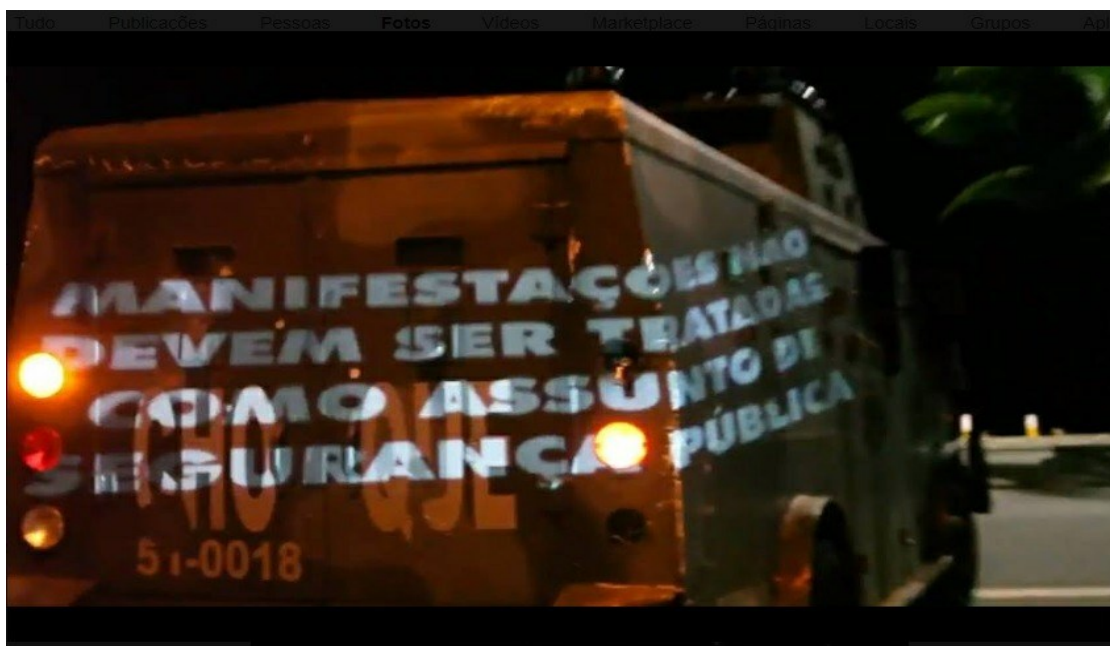
⁶¹ O termo utilizado “se explica pelo fato de que existem diferenças estruturais entre o poder de influência da mídia sobre os chamados militantes, ou até mesmo simpatizantes – indivíduos que, por várias razões, ultrapassam certo limiar de envolvimento na vida política e no consumo mais intenso de informações políticas” (LATTMAN-WELTMAN, 2015, p.3).

participar”, o fazer política a partir da reflexão sobre o modelo de cidade que se gostaria de ter.

Sendo assim, utilizarei dois casos diferentes de intervenções dos Projetações que servem como demonstração de um incômodo comum: a violência do Estado, os seus autoritarismos e poderes exacerbados. Demonstrarei, assim, que a intervenção é uma disputa por visibilidade na luta por “participação” e por intervenções artísticas e políticas que proporcionem à projeção agendas para debate público.

A análise será trabalhada em três dimensões que dialogam com a técnica de análise da representação linguística da foto. Sendo elas: aquilo que se vê, a primeira impressão; seguida daquilo que não se vê, ou seja, o que não se tem ou escolheu-se não colocar; e, por fim, o terceiro olhar, a análise da foto, pois isso nos ajudará a compreender o que se deu naquele momento, qual era o contexto e o motivo de ser pensado daquela forma.

Figura 8 – Carro blindado da PM sendo o alvo da intervenção do Coletivo Projetação



Fonte: <https://www.facebook.com/plataformaprojetacao/>.

No primeiro caso, a fotografia apresenta um Projetação no carro blindado do Batalhão de choque da PM com as palavras “manifestações não devem ser tratadas como assunto de segurança pública”. Na fotografia, o que podemos ver é o “Caveirão” (símbolo da violência policial e da política de morte utilizada nas periferias) estacionado em frente a uma avenida de

grande fluxo na zona sul do Rio. Suas escotilhas⁶² estão fechadas, o que dá a sensação de não haver policiais na parte interna do veículo a não ser o motorista, visto que as lanternas traseiras estavam ligadas.

O que não pode ser visto, ou o não dito, é a utilização do blindado em um lugar onde não é frequente vê-lo, em frente à principal avenida do aterro do Flamengo, bairro da zona sul do Rio. Outro detalhe sobre a fotografia é que não havia manifestantes quando o registro fotográfico foi feito.

A problemática que envolve a foto se situa na repressão da polícia às manifestações. O Caveirão estacionado à espera dos manifestantes é um ato simbólico de demonstrar força desproporcionada e gerar medo naqueles que só estavam exercendo o direito constitucional de se manifestar, uma vez que esse veículo é o símbolo do estado de exceção vivido nas favelas do Rio.

Figura 9 – Projetação na fachada do Palácio Guanabara



Fonte: <https://www.facebook.com/plataformaprojetacao/>.

No segundo caso, temos a fotografia⁶³ de uma das intervenções do Coletivo Projetação durante manifestação em frente à residência oficial do governador do Rio de Janeiro: o palácio da Guanabara. À primeira vista, a imagem que vemos é a fachada do palácio, mais

⁶² As escotilhas são as aberturas nas laterais e na traseira que o veículo blindado possui. Por lá sai a ponta do fuzil.

⁶³ Fotografia registrada (23-07-2013) pelo próprio coletivo e disponibilizada na página do Projetação no Facebook. Disponível em: <http://on.fb.me/1BiGKlr>. Acesso em: 24 nov. 2018.

especificamente as escadarias que dão acesso à porta principal do prédio; em primeiro plano um cinturão de isolamento feito por policiais equipados com trajes especiais (armadura, capacete e escudo), por trás de grades de aço que cercavam o entorno do palácio. Em destaque, no centro da fotografia, uma projeção na parede da escadaria da parte da frente do palácio Guanabara. Na projeção, uma imagem de Sérgio Cabral e Eduardo Paes (o governador e o prefeito do Rio de Janeiro daquela época), cada um de um lado em punho de uma arma mirando a cabeça do Cristo Redentor (símbolo representativo do Rio de Janeiro), enquanto riam da situação.

O que não vemos na fotografia é uma legenda para a imagem projetada, nenhuma frase ou palavra, indicando que a imagem por si explica os elementos daquele contexto anunciado, ou que a imagem estimula a reflexão em torno de sua explicação para aqueles que a veem. Outro ponto que não aparece são os manifestantes e a rua, já que a foto enquadra somente os policiais de costas para a projeção, numa impressão de que eles podem impedir a passagem de tudo que é físico, mas não podem impedir a passagem da luz, como se no espaço entre o projetor e o cerco de policiais houvesse poros por onde passa a luz, como atentam Freire e Santos (2014, p. 126):

(...) a utilização do projetor faz com que os limites entre o espaço “sacralizado” do palácio e a rua onde a manifestação é permitida se tornem porosos a ponto de possibilitar que o maior agrupamento de pessoas em contato direto com a projeção em questão seja o dos policiais próximos ao palácio, responsáveis pela imposição física do limite entre os dois espaços. A capacidade da arquitetura e da gestão de barreiras físicas para delimitar qual é o espaço para expressão de contestações e quais são os símbolos institucionais protegidos contra a exposição de suas próprias ambiguidades e inconsistências perde boa parte de sua solidez. Ao não dar conta do trânsito da luz, não se pode controlar as imagens expostas, e isso, em parte, desestrutura a ordenação burocrática da circulação de símbolos e suas apropriações expressivas através de projeções de luz.

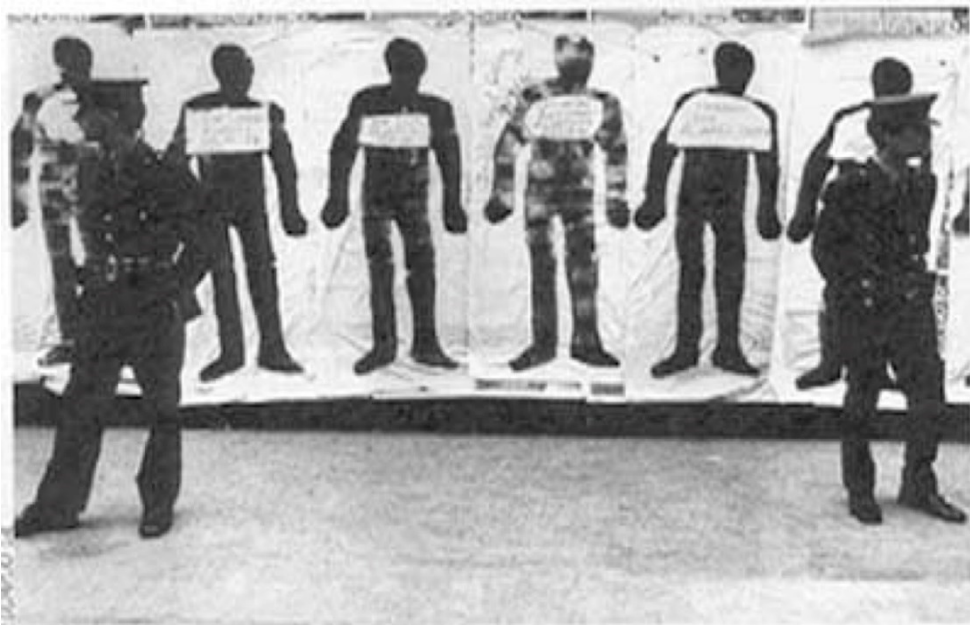
A imagem projetada na parede do Palácio Guanabara é uma imagem de denúncia e indignação, transparecida por uma projeção que mostra a estátua do Cristo Redentor assaltada pelos chefes do executivo na escala estadual e municipal e traduz os escândalos de corrupção e desvios de dinheiro público, o mau funcionamento dos hospitais e escolas, o encarecimento dos transportes e da vida nas cidades. Em outras palavras, esse é o resumo da má administração do Estado que fazia com que a sua população pagasse preços muito caros pela má distribuição de renda e serviços realizados no Estado, trazendo consigo para a população o risco e a usurpação dos seus acessos e direitos.

Esses dois Projetaços sintetizam a ação do Coletivo Projetação durante as manifestações de 2013, para expor claramente a sua estratégia de disputa pelo “direito à cidade tanto como lema operacional quanto ideal político, justamente porque ele enfoca a

questão de quem comanda a conexão necessária entre a urbanização e a utilização do produto excedente” (HARVEY, 2012, p. 88) e pode também reconfigurar o uso e significado da cidade.

Tal prática de intervir artisticamente na cidade ocupando ruas e paredes de prédios simbólicos não é a inovação trazida pelo Projetaço, e sim os recursos usados por esse Coletivo. Visto isso, podemos tomar como exemplo de intervenção política-artística de significativos instrumentos de protestos já consolidados, como a pichação, o grafite, o cartaz, entre outros. Todavia, uma intervenção política específica que tomaremos como exemplo, tanto pela forma de ocupação dos espaços da cidade quanto pela forma de enfrentar a violência de estado e chamar a atenção para suas políticas de morte por meio de performances artísticas, dentro da história da arte como instrumento político, é o *siluetazo* argentino.

Figura 10 – Silhuetas coladas na parede e militares de guarda



Fonte: http://www.internationaleonline.org/opinions/39_restaging_in_order_to_activate_living_memory.

O *Siluetazo* foi uma intervenção artística coletiva feita por jovens artistas argentinos nos espaços públicos. Segundo Catela (2005), em sintonia com as reivindicações *de las Madres de Plaza de Mayo*⁶⁴, as organizações de direitos humanos realizaram a manifestação durante a terceira marcha de resistência (setembro de 1983), em oposição à ditadura Argentina, na década de 1980. O ato consistiu na produção de cartazes com a silhueta de um

⁶⁴ Grupo de mães de desaparecidos durante o período da ditadura na Argentina que se encontravam na Plaza de Mayo para cobrar das autoridades públicas notícias de seus filhos, justiça e que sua memória não fosse apagada.

corpo com seu interior vazio, acompanhados por nome (às vezes idade e profissão) e com a data do desaparecimento e espalhado pelas ruas de Buenos Aires, principalmente na Plaza de Mayo, sede do governo militar, na época. Segundo a autora, "o objetivo principal das silhuetas era tornar presentes nas ruas os desaparecidos, atualizando com uma grande interrogação acerca de uma identidade violentada, esvaziada⁶⁵". (CATELA, 2005, p. 17. Tradução nossa).

O uso de intervenções artísticas como forma de apropriar-se politicamente dos espaços públicos é um recurso marcado na história dos movimentos sociais organizados pela sociedade civil. Muitos dos movimentos de rua utilizam instrumentos variados para dar visibilidade, enfrentar e denunciar o poder público.

Ao dar continuidade a essa tradição, o Coletivo Projetação, com os seus Projetaços (instrumento de protesto multimídia), durante as Jornadas de Junho de 2013, estabeleceu um novo meio de reivindicar, denunciar, enfrentar, resistir e ocupar a cidade.

Por fim, o reconhecimento de autenticidade do coletivo está justamente no fato de unir diferentes estratégias de intervenção e reivindicação urbana (grafite, pichação, cartazes e *silhuetazo*), que foram e são utilizadas em protestos, mantendo as suas essências, mas modernizando a sua linguagem e apresentação para algo que dialogasse com as mudanças de nossa sociedade.

O Coletivo cumpre efetivamente esse papel ao transformar-se em uma estratégia que dinamiza e desdobra-se em uma ocupação momentânea da rua, uma ocupação permanente na memória e um registro na internet que possibilita tanto o conhecimento do fato, quanto a rememoração de determinada pauta, mudando toda a atuação efêmera para algo sólido e permanente.

1.3.3 O Projetação ocupando as ruas

Podemos pensar que as ações do Coletivo Projetação trazem consigo toda uma performance que busca as referências clássicas de atuação dos movimentos sociais ao ocupar as ruas. Mas, ao mesmo tempo, o Coletivo também se utiliza de recursos tecnológicos (inovadores, efêmeros e pacíficos) para disputar os espaços da cidade.

⁶⁵ "El objetivo principal de las siluetas era hacer presentes a los desaparecidos en la calle, actualizando, con una gran signo de pregunta sobre una identidad violentada, vaciada".(CATELA, 2005 p.17)

Ao optar por esse novo modelo de ocupação, através de Projetações, o Coletivo se coloca como um importante ator no que remete à construção das disputas políticas nos espaços da cidade. Pode-se reforçar tal fato por meio da fala de Caio⁶⁶, um dos parceiros do Projetação que, ao conhecer o trabalho, sentiu-se impactado com a grande intervenção, por meio de uma tela gigante na rua surgindo de dentro das mobilizações.

Conheci o Projetação durante os protestos, na rua, com as intervenções no espaço que faziam e que sempre achei criativas e instigantes. Identificava um grupo de pessoas, entre 20 e 40 anos, que projetavam palavras de ordem, poesias, imagens, em prédios e pessoas. **Foi marcante a projeção da imagem da constituição no Caveirão, da Polícia Militar.** Essas associações polissêmicas a partir de imagens e objetos, que deslocam os sentidos e instigam o estranhamento era um fator sutil e sensível de atuação, **em meio à brutalidade que caracterizam os protestos como decorrência da repressão policial. Esse tipo de intervenção também dá ênfase ao valor social da imagem** e como sua qualidade imaterial, ao atravessar os espaços cerceados pela propriedade e a categorização, desafia a solidez dos poderes, que tentam enquadrar à força o que no entanto é irreduzível a esse tipo de exercício do poder. Não dá pra segurar uma imagem. (informação escrita - grifo meu).

A fala de Caio, principalmente nos pontos grifados em negrito, mostra como o Coletivo Projetação se fez presente nas ruas, contribuindo para diversas lutas de resistência pelo espaço público e reforçando o discurso sobre o território como força coletiva, memória, significado e transformação social.

A estratégia do Coletivo Projetação acabou sendo bem recebida nas ruas, pois, ao apresentar a mesma linguagem das redes sociais, fez-se entender por todos aqueles que estavam se inserindo nas mobilizações e se politizando nas próprias ruas. A principal característica das manifestações de junho de 2013 – de acordo com os depoimentos dos participantes das atividades do “Junho+5”⁶⁷ – se apresentou por mobilizar as pessoas que antes não se envolviam com política para que começassem a falar e entender como ela funcionava a partir da inserção de pautas de indignação do cotidiano.

O mal-estar causado pela conjuntura social da época auxiliou a levar as pessoas às ruas do Rio de Janeiro e, no Brasil, um dos motivos pelos quais esse período foi também chamado de “Primavera Brasileira” em alusão à “Primavera Árabe”. Isso também reforça a fala de um dos membros do próprio Coletivo Projetação por meio de uma conversa, na caixa de mensagem do Facebook, para explicar o motivo de escolher essa estratégia tecnológica e diferenciada.

Procurávamos novas formas potentes de nos comunicarmos em protestos. Havia um grupo de discussão no fb sobre isso e aconteceu dessa forma. Procurávamos uma linguagem que fugisse de cartazes e gritos apenas. Algo mais grandioso e que não

⁶⁶ Nome fictício para preservar a identidade.

⁶⁷ Atividades que serão descritas e analisadas no Capítulo 3.

pudesse ser apagada tão facilmente dos muros pela cidade (...) (Membro do Projetação, 2019).

Essa fala demonstra que a ocupação das ruas e de espaços inimagináveis durante os protestos anteriores passou a ser possível por conta da utilização da arte e da cultura como ferramentas políticas. Algo que moveu as intervenções elaboradas pelo Coletivo ao se utilizarem de linguagens textuais sintéticas, como as das redes sociais, e de recursos visuais para ajudar na politização dos espaços físicos da cidade, através de rodas de debate ou mesmo o impacto estético dos Projetações. Ambas as propostas são frutos de uma construção de visibilidade para pautas de reivindicação sobre o cerceamento da democracia e da ausência que isso reflete na construção do direito à cidade, principalmente, como resposta às constantes violações de direitos humanos pelo estado e, fortalecidos pelas mídias hegemônicas, ambos complacentes com a estrutura dominante gerida pelo capital.

Esse conflito pode ser compreendido através do resgate do que foram as criminalizações dos movimentos sociais que aconteceram pelo mundo, mas aqui focaremos no Brasil, principalmente nas manifestações de junho de 2013. Manifestações essas que contaram com altos investimentos de controle por meio de vias discursivas da mídia hegemônica e até mesmo pela via da repressão que se deu nas ruas através da truculência policial e do uso de sistemas tecnológicos de vigilância, como câmeras de vigilância, utilização de drones, uso da internet e das redes sociais como meios de investigações, entre outros meios de controle.

Esses mecanismos de vigilância exigiram a criação de estratégias para driblar essa repressão. Entre essas estratégias, três delas se tornam fundamentais para a consolidação de movimentos associativistas, como é o caso do Projetação: (a) as tecnologias de protestos como recursos; (b) a ocupação de espaços a serem ressignificados e (c) a escolha dos locais estratégicos que geram mais impacto.

Os recursos tecnológicos (Internet e redes sociais e, no caso do Projetação, o notebook, extensão, gerador e o projetor) são as ferramentas ideais para produzir uma grande visibilidade sobre as pautas e, dessa forma, humanizá-las para fazer delas empáticas e aptas de serem abraçadas por mais setores da população; uma proposta atual de embate discursivo pronto a trazer sua perspectiva e tentar conscientizar outras pessoas que desconhecem ou ignoram tal realidade a partir do enfrentamento com o problema.

As ocupações são formas de delimitar, simbolicamente e de modo efêmero, a modificação imediata de lugares negligenciados, em desuso, individualizados ou até mesmo desiguais para uma apropriação coletiva seja física ou, principalmente, uma ideia, no que

tange ao Projetação. É uma forma de disputar e (re)apropriar lugares acometidos pelos setores privatistas.

O espaço se torna fundamental quando ele é considerado influente na configuração social. Autores como Maricato (2015), Rolnik (2015) e Harvey (2014) chamam a atenção para a importância das disputas territoriais no que corresponde ao processo de expansão econômica neoliberal globalizada nas últimas décadas. Esse processo traz em sua essência a multiplicação de políticas que fortalecem as vulnerabilidades das populações mais pobres. Isso se reflete na construção do desenvolvimento econômico e urbano que decide por estratégias de rotatividade e sustentação do sistema capitalista por meio da manutenção do lucro a custo de exploração, da diminuição ou controle de recursos ou acessos básicos, do desinteresse por políticas de promoção de qualidade de vida para a maior parte da população; sendo possível enxergá-las em desenvolvimentos urbanos que se constroem por intermédio do consumo, em investimentos que não resolvem os problemas habitacionais, em políticas de investimento em transportes individualizados, entre outras ações, todas tendo em comum o benefício das empresas em detrimento dos cidadãos.

Ponto esse que faz da terceira estratégia (ocupar os espaços) ponto fundamental, porque mobilizou o Projetação a escolher lugares simbólicos ao capital, demonstrando explicitamente a disputa, ainda que por vezes momentânea, do lugar. Uma estratégia de guerra que se apropria do local para dar-lhe um novo significado.

O intuito era atingir alguns espaços dos “inimigos” para provocá-los, chamar atenção da opinião pública para algum problema e denunciar as “invisibilidades” e precarizações das camadas mais pobres da sociedade. Por esse motivo, os locais escolhidos para os Projetaços eram sempre de embate com alguma representação de poder financeiro; principalmente porque os espaços se tornaram disputas práticas e simbólicas sobre o que diz respeito a produções de visibilidades e acesso à cidadania.

Em outras palavras, a materialização da atuação do coletivo tem a preocupação de enfrentar os símbolos do capital e reforçar a democracia. Isso, através de demonstrações sobre a vontade de participar das deliberações dos rumos sociais que, até então, eram impositivos e conseqüentemente traziam aos cidadãos um mal-estar comum causado pela vivência urbana precária.

O espaço, por fim, torna-se a junção de todos os problemas e, ao mesmo tempo, das estratégias para fazer com que o imaginário construído até então possa ser ressignificado. No entanto, isso só é possível porque a ocupação das ruas se faz permanentemente importante, trazendo a materialização efetiva da vulnerabilidade humana e do descontentamento enquanto

agente social; um diálogo que demonstra na fraqueza da espécie a sua força para resistir aos atentados contra a vida por meio de solidariedades e reconhecimentos de características comuns que os unificam.

2 OCUPAÇÃO DAS REDES E DAS RUAS COMO TÁTICA POLÍTICA

As articulações entre as redes e as ruas são acionadas mais no sentido de potencialização, fortalecimento e difusão espacial de práticas já existente e por meio dessas tecnologias, do que novas práticas que rompem totalmente com o já estabelecido por causa dessas tecnologias.
(NAME, 2012, p.201-202)

Os diversos meios de acesso que foram construídos, fossem eles o contato com trabalhos teóricos, o acesso à internet (páginas oficiais e redes sociais), os informes de jornais ou até mesmo a visualização de vídeos, deram a esse trabalho um longo período de pesquisa, principalmente ao contar de sua projeção idealizada, momentos em que já em 2013 me mobilizavam a saber mais sobre os acontecimentos que estavam ocorrendo, até sua confecção prática, a construção de um caminho de pesquisa que me permitisse entender um pouco mais sobre a atuação política do Projetação, materializado nesta dissertação.

Tudo isso me permite destacar, aqui, que apesar do período de maior atuação do Coletivo Projetação ter sido em 2013, as suas atividades não cessaram, principalmente, nas redes sociais. Além do mais, a internet foi o principal meio pelo qual pude acompanhar, não só a memória construída pelo grupo através de publicações na página do Facebook, mas também o registro da continuidade das ações do Projetação até os dias atuais.

Portanto, decidi que, para buscar mais sinais que nos ajudassem a compreender o espírito de nossa época, era necessário explorar mais algumas das disputas espaciais e simbólicas dos espaços virtuais. Uma vez que representadas por imagens, tornam-se um acervo sobre as atuações do coletivo, em sua página pessoal, utilizada para a promoção de reivindicações políticas e sociais ao abranger, também, o espaço da memória e da visibilidade no contexto virtual.

Se, no capítulo anterior, foi citada a importância da permanente ocupação dos espaços, neste capítulo tratarei a estratégia de *ocupar*, também, a internet, como mais um recurso decisivo para as lutas dos movimentos sociais do século XXI, ao visionar por meio da internet um modo de expansão das mobilizações; com o intuito de alcançar reconhecimento para suas pautas por meio de uma constante manutenção de conteúdos e ações. Como consequência, surge a expressão de movimentações políticas do momento, fixadas em uma plataforma fortalecida e conectada, que possa garantir mais visibilidade e um contexto atemporal para as intervenções imagéticas e as pautas sociais a ela atreladas.

2.1 Entre as ruas e a rede

Um ponto importante em relação ao que foi dito durante este trabalho diz respeito à utilização da rede social pelos movimentos sociais, bem como a sua reafirmação como um campo de observação. Digo isso, pois, tal meio de comunicação nos ajuda a perceber as formas como o Coletivo Projetação se apropriava da internet para se organizar e repercutir e dar visibilidade aos seus atos que aconteciam nas ruas.

Este é o ponto chave desta parte, discutir a relação da rede e da rua (NAME, 2012) para o coletivo, dando maior ênfase à questão da rede e da rua no que tange a sua ligação, principalmente, porque parte das reflexões feitas neste arquivo foram coletadas através da página e do chat do Facebook do Coletivo Projetação. Esta pesquisa buscava entender e observar qual era o ponto de vista do grupo sobre a sua própria atuação. Em outras palavras, com o recorte das fotos do mural da página do Projetação no Facebook, este trabalho explora o tipo de linguagem que é passada por meio dos posts feitos com os registros das atualizações do Coletivo.

Entretanto, é importante destacar que o material analisado se trata de um álbum dos registros de um evento que já passou, por isso tomaremos a postura de analisar a repercussão de tais publicações no grupo e não de descrever como foi o ato em si. Desse modo, interessa-me aqui apresentar que a página do Coletivo foi uma forma de compreender a dinâmica entre o que se fez na rua e o que se destacou na rede, como repercutiu e ainda repercute a atuação do Projetação nas redes sociais, até onde vai o alcance e como eles repercutiram as suas ideias.

Outro aspecto a ser abordado é se a mensagem era mais relevante que os próprios autores do conteúdo que passava nas ruas e circulava pelas redes. Podemos dizer que a imagem e as mensagens eram mais um dos recursos que o Coletivo usava para ampliar a comunicação, um recurso próprio em sua maneira de apropriação a fim de dinamizar o diálogo com os seus interlocutores; ao proporcionar um conjunto de tecnologias que constroem um cenário borrado sobre o significado de “valores” construídos até então, sob a lógica dominante. Em outras palavras, isso pode referir-se às noções de embaralhamento e disputa que se travaram sobre os significados de coletividade/individualidade, de desobediência/obediência, público/privado, etc., com o auxílio das novas técnicas midiáticas das quais o Coletivo Projetação também se apropriou neste contexto temporal para expor o seu ponto de vista.

Isso representa que não apenas a internet permite resgatar e construir uma memória coletiva, mas também pode propiciar uma análise do recorte dado às partes mais importantes de cada intervenção do Coletivo durante as manifestações, de acordo com a(s) escolha(s) do(s) integrante(s) que ficaram responsáveis em postar tal conteúdo aos seus seguidores e responder aos comentários feitos em cada foto pública, chamando atenção para a comunicação que almejavam.

As fotos, como materiais de registro das ações feitas pelo grupo para viralizar na internet, tornavam-se registros permanentes para moldar o imaginário da memória de luta como complemento da ação efêmera nas ruas; uma estratégia de fazer-se presente na memória daqueles que viveram e para a constituição de uma nova referência histórica aos que não vivenciaram tal experiência. Era uma forma de manter acesos os debates e pautas que o coletivo buscava apoiar e fortalecer. Historicamente, outros movimentos como *siluetazo*, *a comissão da verdade*, as mães com filhos vítimas da violência do Estado nas favelas cariocas etc., utilizavam como meio de mobilizações para manter uma memória importante viva, já que falar é também lembrar.

Diante do que foi exposto, a proposta deste subtópico foi apresentar como a observação do espaço virtual foi crucial na ocupação das redes, já que foi um espaço que o grupo de a(r)tivistas ocupou transformando as redes sociais em um local de debate entre pessoas impossibilitadas de se encontrarem fisicamente, utilizando, para isso, a disseminação da sua página que vigora até os dias atuais. É nessa perspectiva que a rede social virtual se estabelece como um importante caminho utilizado pelas manifestações contemporâneas.

2.1.1 A importância das novas tecnologias nos movimentos sociais do século XXI

Neste tópico, abordarei mais especificamente algumas construções reflexivas que auxiliaram na estruturação de questões da pesquisa para entendermos mais sobre a conexão entre a rede e a rua, partindo de uma construção histórica das tecnologias nos movimentos sociais; já que existe uma tradição temporalizada de mobilizações no século XXI que pode contar com o acréscimo dos recursos tecnológicos fora do campo institucionalizado, o que permitiu dar um novo uso para essas ferramentas tecnológicas, ao facilitar a comunicação, ao mesmo tempo, em que permitiu desafiar o Estado em esferas de controle ainda em disputa.

Essa realidade aprofunda nosso olhar para a crítica social e as disputas espaciais e simbólicas as quais o Coletivo Projetação enfrentou nos espaços urbanos e na internet; ambos os locais pensados e escolhidos como estratégia para promover reivindicações político-sociais, debates e participações; e assim, movimentar possibilidades de mudanças reais, contrapondo o que está posto e simbolizado como alternativa única e imutável.

Para isso, entender que os novos movimentos sociais dos últimos anos se utilizaram da internet, inclusive, tornando-a grande protagonista, torna-se fundamental; graças a sua característica de unir pessoas geograficamente distantes e difundir ideias de maneira rápida por meio das redes sociais que pode ser vista, ao longo dos anos, na “(...) criação de contracúpulas com agenda própria, organizadas graças à extensão do uso de Internet por parte dos diferentes grupos e coletivos.”(BRINGEL; MUÑOZ, 2010, p.32).

A internet acaba por se transformar em um espaço de construção de debates virtuais cujas reivindicações seguem para o espaço físico, tornando público o descontentamento coletivo; além de se tornar o canal por onde são publicados, “curtidos” e “compartilhados” os incômodos e revoltas de diferentes grupos e organizações cosmopolitas, que se apropriam desse ciberespaço para pôr as suas pautas e reivindicações na mesa e cobrar das autoridades públicas soluções para os problemas relacionados aos direitos básicos de cidadania (saúde, educação, moradia, transporte etc.). Essa característica faz das redes, para os grupos mobilizadores de protestos, uma peça estratégica na construção de opiniões públicas ou de ações transformadoras, ao tornar esses atores construtores de mudanças diretas e não só agentes virtuais.

A utilização desse recurso tecnológico de protesto se tornou um traço comum entre os movimentos sociais que explodiram durante as primeiras décadas do século XXI e trouxeram como inovação o uso das novas tecnologias de comunicação para as suas abordagens políticas. Tal inovação, porém, não anula as formas clássicas de organização no que diz respeito às características representativas e simbólicas das manifestações que se consolidaram desde as grandes revoltas do século XVIII, como apontam Tilly e Wood⁶⁸ (2010), isto é, o uso das ruas como a principal via de reivindicação. Isso permite compreender que o uso da tecnologia não anula a mobilização de rua e sim soma-se a ela, já que as reivindicações na rua se reconfiguram conforme a necessidade temporal dos acontecimentos.

Em outras palavras, para os autores, os movimentos sociais carregam uma bagagem de variadas experiências em que utilizam a forma de atuação conforme a conjuntura do

⁶⁸ TILLY, C.; WOOD, L. *Los Movimientos Sociales, 1768-2008: desde sus orígenes a Facebook*. Barcelona: Crítica, 2010

momento; assim, se valem de diferentes propostas de mobilização que vão ser efetivas conforme a necessidade histórica. Isso faz com que esses atores, ao acumular possibilidades de ação, possam contar com diferentes formas de atuação e se valer de uma ou mais que forem necessárias, conectando a ideia da entrada dos movimentos sociais no novo século com a chance de representação e inserção cada vez mais enfática das novas tecnologias (a utilização do telefone móvel, da internet e das redes sociais) como forma de fazer política.

O uso da internet e sua chance de interação, para além da barreira física da distância, torna favorável “repertórios de ação contenciosa⁶⁹” sob oportunidades que podemos reler como ações estabelecidas, organizadas, contínuas e simultâneas, promovidas e delimitadas por um “ambiente de rede interconectado pelo qual os movimentos sociais operam atualmente, apontam para o impacto das TICs⁷⁰ na habilidade dos movimentos em organizar e mobilizar (transnacionalmente), recrutar, coordenar ações e disseminar contraestruturas independentes da grande mídia”(CAMMAERTS, 2013, p.16), inaugurando novas composições para o cenário das mobilizações de resistência através das chances que as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) viabilizam.

Ao buscar referências da inclusão das novas tecnologias no contexto das manifestações, retomo o “Levante!” (2015) na medida em que o documentário apresenta as formas nas quais as novas tecnologias se juntam aos movimentos sociais para otimizar os meios de visibilidade das pautas e das reivindicações como uma maneira alternativa de lidar com a comunicação. Além disso, o documentário apresenta o método dos usos tecnológicos como uma inovação na forma de fazer política nas ruas ao representar como a repercussão nas redes se transformou, decerto modo, em aliada de grupos e coletivos que buscavam mobilizar a juventude na busca por direitos.

Este ponto importante destacado no documentário é o que também justifica a sua retomada neste capítulo, visto que o uso da rede é um importante instrumento de mobilizações sociais que, segundo Tilly e Wood (2010), começou no início do século XXI, mas que vem a cada oportunidade se intensificando, como foi o caso das manifestações anticapitalistas e antiglobalistas pelo mundo. Por conseguinte, as Jornadas de Junho, que foram inspiradas em movimentos como esses que são mostrados no documentário e que eclodiram nas crises discursivas para dar o seu ponto de vista ao disputar mais democracia.

⁶⁹Significa que:são atuações de potencial político promulgadas por membros de movimentos de protesto. Estes se referem tanto à imaginação criativa dos ativistas quanto às limitações possíveis em qualquer momento do tempo (CAMMAERTS, 2013, p. 17).

⁷⁰ Tecnologias de Informação e Comunicação.

São elementos suficientes para a entrada das mobilizações em uma “(...)quarta fase, com predomínio da proposta e certo recolhimento dos grupos de protesto ao nível local e ao trabalho virtual na Internet, sendo notória a multiplicação de páginas e ativistas dedicados à contra informação”(BRINGEL; MUÑOZ, 2010, p.32). Estratégia que vai ampliar o embate de forças estabelecido ao evidenciar a briga dos “de baixo” com os “de cima”.

Delimitar uma conjuntura diferenciada que deixa mais explícito que a luta “(...) é global, mas também local em sua natureza” (HARVEY, 2012, p. 63) é o que permite uma nova reconfiguração das formas de luta, que passam, além de ampliar o debate, a promover frentes de construção coletivas e locais. É reconhecível que as pautas dos movimentos globais ganharam muita visibilidade e tiveram conquistas inquestionáveis, inclusive reconhecidas pelos autores Bringel e Muñoz (2010) em mobilizações globalizadas. Porém, é nítido aos movimentos que se faz necessário dizer que as consequências do neoliberalismo passam a depender do histórico e da realidade de cada país, uma vez que a forma como essas consequências se apresentam nos países subdesenvolvidos é ainda mais grave que nas sedes do capital.

Desse modo, o caso das Jornadas de Junho, assim como algumas atuações anteriores nos movimentos sociais noutras partes do globo (Primavera Árabe, *Occupy Wall Street*, *Occupy Central* etc.), utilizou a tecnologia de informação como estratégia de mobilização, e de divulgação dos acontecimentos locais ao focarem suas atuações para demonstrar que existiam diálogos comuns, no entanto, continham elementos que eram únicos a sua realidade.

Por essa razão, foquei parte do debate deste trabalho na ênfase do uso das tecnologias de rede e comunicação (as redes sociais) e para compreendê-las como ferramentas de mobilização. Além do mais, a internet foi o campo que possibilitou a germinação e o florescimento do Coletivo Projetação, à medida que foi o lócus do nascimento do Coletivo, já que, segundo um dos integrantes do grupo,

a rede foi um meio de estreitar as sociabilidades e solidariedades construídas durante o período do *Ocupa Cabral* para pensar algo diferente, que mais tarde foram definidas como Projetações”. (Anotações do caderno de campo -conversa informal no campo)

De acordo com a perspectiva dos próprios membros do Coletivo, a internet propiciou o seu nascimento; ganho aqui o conhecimento de que a internet era mais do que um local de informação. Era um ambiente que se transformou em local de circulação dos conteúdos projetados nas manifestações, consolidando uma memória e um recorte político sobre tais fatos. Além de ser o lugar de “reunião” do coletivo, marcava os pontos das próximas intervenções/atos e combinava o grupo responsável por tais atuações. Esses dados

demonstram, mais uma vez, a relevância que as redes costuraram nesse processo de manifestações, ao se tornar uma oportunidade de mobilização.

Ainda assim, cabe destacar que não só o Coletivo Projetação estava atuando na disputa pela visibilidade na esfera pública. No mesmo período, o Projetação estava acionando na rede um novo agrupamento de ações coletivas em prol de transformações sobre a realidade efetiva que aguçou meu interesse de pesquisa para entender como os membros deste Coletivo especificamente, através de um “repertório disponível de ação contenciosa, primariamente introduzido pela estrutura de oportunidade em rede, permitindo novas formas e um maior escopo de resistência”(CAMMAERTS, 2013, p. 18), conseguiram se colocar como atores da construção momentânea do que se entendia por fazer política sob a ótica do uso de um recurso tecnológico com conexão à internet.

No decorrer do tempo, o Projetação ampliou o diálogo entre os grupos que eram cerceados pelo espaço, ao costurar via internet maiores alcances para parcerias, uma vez que a rede facilitou uma relação virtual do Coletivo junto às organizações parceiras. Mais à frente, isso se concretizou com as marcações de Projetações simultâneas em diferentes lugares do Brasil (São Paulo, Recife, Salvador, Belém, Fortaleza e Brasília) e do mundo, como na Inglaterra, Indonésia, Holanda e Alemanha.

Essa unificação e fortalecimento em rede deu oportunidade, inclusive, para ações simultâneas ou estrategicamente interligadas. O intuito era atingir simbolicamente o “inimigo”, já que diferentes atuações e perspectivas interventivas eram somadas, trazendo uma maior eficácia de ação. E mais, ao pensar sobre os efeitos de suas ações, o grupo que fará a ação coletiva sempre vai se preocupar com a chances de impacto, ou mesmo com o “repertório disponível de ação: **Lógica dos números:** manifestações de massa, abaixo-assinados; **Lógica de dano:** destruição de propriedade ou transtorno em larga escala e; **Lógica de testemunho:** exibição pública e não violenta de desobediência civil.”(DELLA PORTA; DIANI, 2006 *apud* CAMMAERTS, 2013).

Estratégias de ação que, ao serem interligadas, impulsionam o objetivo pelo qual o protesto se caracteriza, em virtude de um conjunto de ações que podem ajudar na composição da disputa presente no “jogo social”.

Aliás, foram os diversos sentidos estabelecidos para o uso das redes que permitiu fazer desse espaço um provedor de trocas, sociabilidades, além de reprodutor das intervenções do Coletivo Projetação durante e após as manifestações; o que trouxe para este trabalho um campo vasto de informações em que pude fazer observações, principalmente, dos canais (Ex.: Youtube, Facebook, Blogspots, Sítios-Eletrônicos, Fóruns Eletrônicos etc.) diretamente

ligados ao Projetação, e o que, depois, deu-me acesso aos materiais produzidos pelo Coletivo, as discussões e mobilizações, as quais o Coletivo produziu ou participou.

Assim, busquei mapear as atividades do Coletivo Projetação no período das Jornadas de Junho até as ações mais recentes. Porque, ao utilizar aqui o Projetação para pensar as novas formas de manifestações e ações político-culturais, por meio da intervenção urbana enquanto reivindicação e ocupação de espaços simbólicos da cidade, enxergo nesta análise uma via qualitativa dos discursos e dados coletados, além de esmiuçar a ligação analítica da teoria e da prática dos agentes envolvidos, tornando o mapeamento metodologicamente relevante para apresentar a necessidade de voltar o olhar para a rede a fim de entender que, como reforça Name (2012), o que acontece na rua

(...) ao conjugarem as práticas realizadas nessas redes virtuais com as mobilidades realizadas nas cidades, as pessoas que as podem perceber insatisfações ou afinidades comuns; que fazem parte de instituições semelhantes ou que possuem os mesmos hábitos, modo de vida, desejos ou vontades; conversar e trocar informações, produzir e debater coletivamente; marcar um encontro -off-line- para se conhecerem melhor, elaborar estratégias para se atingir um objetivo comum a se realizar em algum lugar, como por exemplo a rua, o espaço público. (NAME, 2012, p. 208).

A questão destacada pelo autor demonstra como as práticas da *web*⁷¹ permitem que haja uma análise sobre como os atores que usava nas redes passaram a transitar por acessos, fisicamente distantes e, assim, viabilizar o encontro de pessoas ou grupos, on-line e off-line, que tivessem alguma afinidade ou perspectivas comuns para que, dessa forma, construíssem juntos a realidade em que vivem, trazendo consigo uma relação entre a rede e a rua.

O autor ainda chama a atenção para o fato de que se deve resguardar a importância de cada um desses elementos (rede e rua) devido ao seu valor ao longo da história. Para melhor esclarecer a relação das NTICs com as manifestações, reforço a existência do sistema de cooperação; uma ligação em que a primeira não determina a segunda, e a segunda, por sua vez, consolidada historicamente, só se potencializou com a introdução da primeira, mas não é sua consequência.

Por esse motivo, mesmo as redes sendo essenciais e interligadas com as mobilizações, não se deve "entender as manifestações no espaço público como espécie de deságue do virtual sobre o real" (NAME, 2012, p. 209), ou como diz Tilly e Wood (2010), deve-se evitar o determinismo tecnológico, ação que pensa que as redes sociais determinaram as

⁷¹A *web* passou a designar a rede que conecta computadores por todo o mundo, a *World Wide Web* (WWW). *Web* significa um sistema de informações ligadas através de hipermídia (hiperligações em forma de texto, vídeo, som e outras animações digitais) que permitem ao usuário acessar uma infinidade de conteúdos através da internet. Disponível em: <https://www.significados.com.br/web/>. Acesso em: 18 nov. 2019.

manifestações, porque a tecnologia não definiu a necessidade da mobilização, mas se fez extremamente presente e necessária como novo repertório de atuação nelas; principalmente no que se refere à produção de mudanças na maneira de mobilizar e agregar novas possibilidades, transformando-se em um acréscimo à conjuntura histórica, ao potencializar pautas, organizações e encontros para os protestos.

Por isso, o que pretendo é discutir como a introdução das novas tecnologias mudaram, em certa medida, a forma de mobilizar, de se organizar e até mesmo de se manifestar, com reflexo nos movimentos de protestos mais recentes ao ganhar novos atores e ações inovadoras para somarem-se. Esse foi o caso do Projeto nas Jornadas de Junho de 2013, marcando sua presença em diferentes reivindicações antissistêmicas também após esse período.

Ao fazer da consolidação dessas novas oportunidades um sistema estratégico de ações reais que se desdobram em cadeia, como as referências acima citadas, são fortalecidas as lutas pela representatividade simbólica do imaginário social que se encontram em permanente disputa.

O Coletivo Projeto, como mais uma das organizações estratégicas de resistência, ao ocupar os espaços da cidade com seus Projetos, ao mesmo tempo em que os coloca nas redes sociais, ao repercutir suas intervenções, em escala local, nacional e até mesmo global, durante os protestos na cidade do Rio, não deixou de reafirmar a importância que as ruas e também as redes tinham como vias únicas, porém articuladas, ao se propagar inovações e ideias que pudessem manter acesas as manifestações e a preservação da agenda de lutas.

Ao apropriar-se de uma dinâmica de cooperação entre a rede e a rua, compreendo que o Coletivo expande a estratégia de *ocupar* não só para demarcação do espaço físico e simbólico, mas também para o espaço virtual, perpetuando-se como uma alternativa viável para os que estão nas ruas e para aqueles que podem acessar tal memória do ato que estiver registrado. Isso demonstra que *ocupar* a cidade faz parte de um movimento de reivindicação na busca por visibilizar direito de poder decidir, transformar e acessar os seus espaços.

O coletivo trabalha, por meio de estratégias dinâmicas das imagens, frases de efeito ou humor, a necessidade de ampliar o debate público sobre as perspectivas do bem comum e do que é o “Direito à Cidade”, além de produzir significados expressos sobre os sentidos da vida coletiva. Além disso, propicia ambientação para o debate da instantaneidade da vida moderna, pensada através da utilização da imagem como “linguagem” das ruas e das redes; o coletivo faz da oportunidade do seu tempo a brecha necessária para se valer de inovações no ato de protestar, que se torna destaque, por sua contribuição diversificada e atual, sem vincular modos tradicionais de protesto.

Não descolado da conjuntura em que uma onda de manifestações da Jornada de Junho –no cerne da agenda de mobilizações mundiais de indignação ao qual Harvey, Rolnik, Maricato, Braga (2013) atentam –,na qual surgiu o objeto desta análise, o Coletivo Projetação expressa, através da utilização de meios tecnológicos apropriados tanto nas ruas quanto nas redes, a importância da incorporação das NTICs nos movimentos sociais do século XXI, seja na sua construção, consolidação ou perpetuação de pautas;como meio de compor novos quadros e driblar as “novas tecnologias de vigilância”⁷² descritas por Cardoso(2013).

Por esses motivos descritos, posso dizer que a internet é reforçada pelo Coletivo como um campo de atuação política diferente das ruas, mas em completude com ela. Atualmente, no campo das Ciências Sociais, muito se tem debatido sobre a importância de tornar o ciberespaço um campo de análise social [Escobar (2016); Souza (2017); Peralva (2017)], por conta da importância e da complexidade das relações criadas por essa via. Cabe-nos, desse modo, continuar olhando para uma perspectiva que abrange um diálogo entre o real e o virtual.

2.1.2 O Coletivo projetação e a ocupação dos espaços do real e virtual

Nesse contexto da inovação das técnicas de comunicação em atos e manifestações, o Coletivo Projetação se apresenta com atores que, uma vez usuários das “novas tecnologias”⁷³, transformam-nas em ferramentas para reivindicações, entrelaçando o “real” e o “virtual” (ou o “off-line” e o “on-line”)", como trabalha Souza (2017) ao apresentar questões sobre os movimentos sociais e juventude e a importância de estudar um mundo conectado, inclusive no seio dos movimentos sociais, sejam eles na “favela” ou no “asfalto”.

Uma juventude contemporânea com uma nova forma de ver a organização política e partidária, aproveitando-se desse novo olhar, apropria-se da realidade para consolidar diferentes “temáticas, identidades, oportunidades políticas e socioculturais” (GOHN, 2014, p.12) por meio de novas formas de associativismo que prezam por uma pluralidade, como é o caso do Coletivo Projetação.

⁷² Ver mais: CARDOSO, Bruno de V. Megaeventos esportivos e modernização tecnológica: planos e discursos sobre o legado em segurança pública. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 119-148, jul./dez. 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/4785118/Megaeventos_esportivos_e_modernizacao_tecnologica_planos_e_discursos_sobre_o_legado_em_seguranca_publica. Acesso em: 18 nov. 2019.

⁷³ Ver nota 2.

Nessa perspectiva, a atuação do Coletivo se dá em dois planos, que não se anulam e sim se complementam: a atuação na rua e a atuação nas redes. A atuação na rua é representada pelas ocupações e intervenções feitas pelo coletivo que podiam ser vistas nas faixadas de prédios, em árvores, no asfalto etc. (como já mencionamos em outros momentos), com o intuito de viabilizar de forma mais contundente as reivindicações e as denúncias, de uma forma lúdica para chamar a atenção para as pautas importantes de grupos muitas vezes invisibilizados ou silenciados (como o caso da chacina da Maré⁷⁴); a atuação nas redes representa a repercussão das performances nos atos e protestos de que o coletivo havia participado, registradas por fotografias ou vídeos e disseminadas pela internet como mais uma via de visibilizar as demandas e reivindicações buscadas nas ruas.

Essa divisão entre a rede e a rua, no que diz respeito a ações do Coletivo, pode ser compreendida neste trabalho pela divisão entre os capítulos. O primeiro capítulo se debruça sobre a atuação na rua e, neste segundo, sigo analisando a atuação na rede. Em outras palavras, este segundo capítulo se detém na observação e no mapeamento das atuações do Coletivo Projetação repercutidas na internet, principalmente em sua página no Facebook, desde o seu surgimento nas Jornadas de Junho de 2013 até as movimentações atuais.

2.1.3 O Coletivo Projetação nas redes: observação da movimentação do coletivo no Facebook

E se *ocupar* as ruas era importante, *ocupar* as redes tornava-se fundamental em um contexto de repressões dos corpos e sob uma gestão de invisibilidades, assim, uma das atividades desenvolvida para a construção deste trabalho foi a constante observação da página do Coletivo Projetação. Como já disse em outra oportunidade, a rede social, indo ao encontro do novo formato de ocupar os espaços, como salienta Souza (2017), foi o local de troca de informações e conteúdos e o lugar onde principalmente se repercutiam e debatiam as intervenções feitas pelo grupo.

Explorei, durante dois anos, a página do Facebook do Coletivo em busca das memórias registradas durante as atuações nas Jornadas de Junho de 2013, quando as intervenções do Coletivo tiveram início.

⁷⁴ Chacina da Maré ficou conhecida como a operação da polícia militar que matou 10 pessoas na favela da Maré, na zona norte do Rio. Disponível em: <http://jornalocidadao.net/um-ano-da-chacina-na-mare/>. Acesso em 11 nov. 2019.

Ao seguir esse propósito de explorar a página como um arquivo do grupo e de seus simpatizantes, pude constatar alguns dados: (a) atualmente a página tem mais de 25 mil (25.598) seguidores e mais de 25 mil curtidas (25.956); (b) ela é administrada por 16 pessoas divididas em 4 países: 13 no Brasil, 1 na Alemanha, 1 nos EUA e 1 na Polônia; (c) as publicações e atos dos quais o Coletivo participava tornaram-se, com o passar dos anos, cada vez mais esporádicos (o que refletiu também na dificuldade de contactá-los mesmo por essa via virtual).

A página teve início em 24 de julho de 2013, no período de efervescência das Jornadas de Junho, tendo a sua primeira postagem durante o ato na Cinelândia, no palácio Pedro Ernesto⁷⁵, um dos pontos de maior mobilização dos manifestantes. Esse foi o ponto de partida da atuação do Coletivo e o recurso das redes sociais foi a via de divulgação e repercussão, além de debates sobre o que se fazia nas ruas, isto é, a rede tornou-se um desdobramento do que acontecia nas ruas.

Uma das principais funções da página era ser o canal de notícias das atuações do grupo que, simultaneamente, registrava tudo sobre as performances e as ocupações dos espaços da cidade, por fotos ou vídeos, e em seguida publicava na página buscando dar visibilidade às intervenções e abrir espaço para o diálogo com os seguidores.

O levantamento de dados, realizado durante estes dois anos de observação das atividades, além da pesquisa na rede de todo o material produzido por eles ou sobre eles e a participação do Coletivo em atos e ocupações em diversas partes da cidade, tornaram possível o mapeamento das atuações do Projetação durante as Jornadas de Junho e após esse período; a observação da página permitiu perceber como as redes sociais foram um meio para a repercussão dos atos, pois as atuações também foram uma forma de dar visibilidade a problemas de interesse público. Em síntese, o que quero dizer é que o arquivo construído na página por meio de fotos, vídeos, textos e até mesmo os debates promovidos nas publicações são meios que me levaram a compreender a tática política e comunicativa do coletivo.

Nesse sentido, explorarei a seguir como foi a abordagem do Projetação tanto na rua, com os Projetações e cineclubes ao ar livre, quanto na rede, com as publicações e registros dos principais eventos nos quais o Coletivo atuou colaborativamente na construção de uma performance de ocupação artística da cidade e que, de certa forma, repercutiram nas redes.

75 O local referencia a câmara de vereadores do Rio de Janeiro.

2.1.3.1 Os projeções nas ruas e nas redes

A partir do levantamento feito na página, realizei um mapeamento dos principais pontos de intervenção do Coletivo na cidade do Rio. No período entre 2013 e 2016, a atuação do grupo se distribuiu em diversos pontos da cidade do Rio, a maioria em apoio a algum tipo de ocupação.

As principais atividades foram o Projeção, quando havia encontros e atos com passeatas e ruas ocupadas por manifestantes, e cine-debates, geralmente propostos como atividades em ocupações, com exibições de filmes com temáticas relacionadas às lutas dos povos oprimidos, sempre com um debatedor para fazer a ponte entre o filme e a conjuntura política para qual a atividade foi pensada.

Figura 11 – Mapa das principais participações do coletivo no Rio de Janeiro



Fonte: <https://www.google.com.br/maps/place/Rio+de+Janeiro,+RJ>

Este mapa apresenta uma distribuição de atuações do Coletivo Projeção que aconteceram em diferentes pontos da “cidade maravilhosa”, principalmente sobre as áreas do centro e da zona sul, mas também em alguns pontos da zona norte e da zona oeste. Essa configuração nos auxilia na visualização sobre a distribuição das ações e suas concentrações,

antes mesmo de nos indagarmos sobre as suas características. Por esse motivo, cabe compreender melhor a concentração das atuações na zona sul e no centro e em alguns outros pontos estratégicos. Para que esse ponto fique claro, precisamos retomar o debate que muito se alia a essa movimentação do Coletivo e, para isso, apropriarei-me do trecho abaixo:

A cidade não é apenas a organização funcional do espaço, suas ruas e edificações, seus bairros, pessoas carregando sonhos, isoladas na multidão, em um deserto de prédios, que aboliu o horizonte e apagou as estrelas. A cidade é a expressão das relações sociais de produção capitalista, sua materialização política e espacial que está na base da produção e reprodução do capital. (IASI, 2013, p. 41)

Essa reflexão me permite abordar um ponto importante que é possível destacar no mapa das estratégias de escolha do Projetação para suas atuações. Elas estavam diretamente interligadas com as reivindicações sobre a cidade, ou melhor dizendo, foi uma escolha orientada para fazer frente de resistência devido ao intenso processo de financeirização dos espaços que segregam parte da população. Podemos entender melhor com Rolnik(2015) que apresenta como a “guerra dos lugares” representa uma disputa intensa pelos lugares da cidade ao colocar em risco a moradia, a partir de uma lógica que se define por um declínio de políticas habitacionais e urbanas; uma vez que foram se esvaindo com as políticas de bem-estar social, para que a distribuição da riqueza perdesse espaço para uma gestão de contenções sociais e privatizações que prezam por mecanismos de extração de renda e acumulação de dinheiro através de endividamentos.

Seja pelo endividamento do consumo ou pelo endividamento causado pelos encarecimentos dos locais da cidade, gera-se o afastamento de parte da população que não tem condições materiais de pagar e assumir esse custo, individualmente, ou por meio de “gentrificação” ou por meio de remoções forçadas em que moradores perdem os seus laços sociais e afetivos com as pessoas e com os lugares para serem realocados em lugares distantes, sem acesso fácil aos centros para o trabalho, lazer e saúde.

Assim, tem-se a perda ou a insegurança sobre as políticas habitacionais urbanas que vinham gerando incertezas sobre como e onde se poderia morar. Somadas à insatisfação de falta de investimento e acesso às coisas públicas (saúde, educação, transporte etc.), propiciou-se ao Coletivo se posicionar mediante as injustiças e incertezas que muitas pessoas estavam passando, fortalecendo a sua pauta humanista e transformadora.

2.1.3.2 As intervenções do projeção pela cidade do rio

Pensar os dados, com base nos arquivos registrados pelo próprio coletivo, a partir das intervenções do Projeção nos lugares “em guerra” por espaço, por conta das transformações da cidade para sediar os megaeventos (Copa do mundo e Olimpíadas) – com a reconfiguração urbana do centro (principalmente a zona portuária) e da zona oeste (Barra da Tijuca e Jacarepaguá) e cerceamento e repressão nas favelas com as UPPs –, trouxe à cidade uma série de conflitos e revoltas por direitos básicos. Com isso, o Coletivo atuou em diversas frentes de luta e reivindicação desde junho de 2013.

A manifestação em frente ao Palácio Guanabara foi o ponto de ignição de uma intervenção estética mais elaborada pelo Coletivo. Essa intervenção feita em 29 de julho – quando foi projetada a imagem do governador Sérgio Cabral e do prefeito Eduardo Paes saqueando o Cristo Redentor (cuja análise foi descrita no primeiro capítulo desta dissertação) – teve repercussão nacional por diferentes mídias, o que tornou essa performance o cartão de visita do Coletivo.

Por ocuparem os espaços cerceados fisicamente por conta do cordão de policiais em volta do palácio com luz e reflexão, o coletivo conseguiu quebrar a estrutura repressiva montada contra os manifestantes. Tal ato inaugurou a forma como os Projeções se tornaram, junto a outras formas de intervenção artísticas, uma forma para disputar e ocupar espaços simbólicos, tendo destaque por conseguir acesso onde outras intervenções não alcançavam, graças ao intermédio das novas tecnologias.

No dia 29 de novembro de 2013, o coletivo, juntamente a outros grupos culturais, ocupou a praça da Cruz Vermelha, na região central da cidade do Rio, em protesto para marcar o aniversário de um ano de impunidade do que o coletivo chamou de “genocídio do IASERJ” (Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio De Janeiro).

Figura 12 – Manifestação na Praça da Cruz Vermelha



Fonte: <https://www.facebook.com/plataformaprojetacao>

O episódio foi marcado pela remoção dos pacientes do Hospital Central do IASERJ, mesmo os internados do CTI, para outros hospitais da região após o governador Sérgio Cabral aprovar a desativação da unidade e mandar a polícia desocupar o prédio – ocupado por manifestantes, parentes e funcionários – e remover os pacientes, como revela uma das publicações do coletivo com a denúncia:

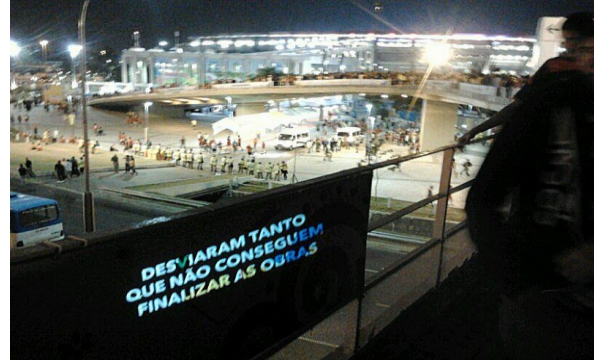
No IASERJ, dia 14 de julho de 2012, na calada da noite de um sábado, a tropa de choque da PM do Estado removeu, violentamente, os pacientes do hospital central do IASERJ, inclusive os que estavam em estado grave no CTI, dos quais 15 morreram em decorrência desse ato criminoso. (Coletivo Projetação, em 29 de novembro de 2013).

Na região do Maracanã, zona norte do Rio, o coletivo somou-se às principais movimentações e resistência na região, principalmente junto aos indígenas na causa da resistência da Aldeia Maracanã que lutava contra a desocupação. A presença do coletivo se deu mais no auxílio, principalmente com o material audiovisual, na construção de cine-debates cuja temática perpassa a causa da opressão do povo indígena. O coletivo chegou a fazer intervenções nas proximidades do estádio do maracanã e em seus acessos, principalmente em 2014, época em que aconteceu a Copa do Mundo sediada no Brasil.

Figura 13: Cine-debate na Aldeia Maracanã



Figura 14: projeção na passarela de acesso ao estádio do Maracanã.



Fonte: <https://www.facebook.com/plataformaprojetacao>

Os movimentos de ocupações nas favelas do Alemão e da Maré contaram com a colaboração do coletivo em alguns momentos, principalmente com Projetações e organizações de cineclubes, com seus parceiros, como forma de manter os espaços reivindicados pelos moradores *ocupados* com cultura, para reforçar maneiras não-violentas de protestos a fim de não caírem na criminalização, para legitimar a causa, assim como foi pensada tal mobilização pelos organizadores das ocupações.

No caso do Alemão, membros do Projetação chegaram a doar equipamento para que o coletivo local (o Coletivo Ocupa Alemão) pudesse produzir os seus próprios Projetações para somar às ferramentas de protesto e de visibilidade que o grupo já possuía. Na Maré, o Coletivo somou-se à manifestação em busca de informações do paradeiro de Amarildo, levado pela polícia de dentro de sua casa e desaparecido da Rocinha desde então, buscando reforçar a luta sobre o direito dos cidadãos no território das favelas.

Figura 15: Projetação no Ocupa Alemão

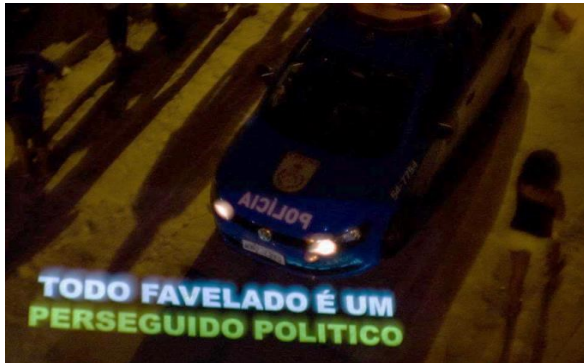


Figura 16: Projetação no Ocupa Maré



Fonte: <https://www.facebook.com/plataformaprojetacao>

Já na Vila Autódromo, em meio às disputas geradas pelas modificações da cidade para receber as Olimpíadas em 2016, o coletivo uniu-se à resistência contra a remoção dos moradores. Durante a ocupação, o coletivo interveio na exibição de filmes e Projeções em casas demolidas, como forma de denunciar a violação do direito à moradia dos moradores da comunidade que foram retirados de suas casas.

Figura 17 – Vídeo *mapping*⁷⁶ feito pelo Coletivo Projeção na Vila Autódromo.



Fonte: <https://designculture.com.br/6-video-mappings>

⁷⁶*Video Mapping*, segundo o site *Design Culture* “trata-se de uma projeção numa superfície irregular. Ao contrário de uma tela de cinema que é plana, na projeção mapeada o diferencial é justamente a necessidade de “mapear”. Programa-se como a projeção vai ser feita naquela forma irregular. Através da utilização de um software especializado os objetos de duas ou três dimensões são formados virtualmente, a partir dessas informações o software interage com um projetor para adaptar qualquer imagem à superfície do objeto escolhido. Com isso, o designer consegue criar um mundo virtual totalmente novo através da reconstrução do espaço real, ou melhor, da ilusão visual dessa reconstrução. Objetos estáticos ganham movimento, profundidade, interação”. Disponível em: <https://designculture.com.br/6-video-mappings>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

O Ocupa Golfe foi o protesto que visava impedir a continuação das obras no parque municipal natural de Marapendi para a construção de um campo de golfe para as Olimpíadas de 2016 já que, após as competições, a área seria cedida ao capital imobiliário para construção de condomínio de luxos. Os manifestantes denunciavam a ilegalidade da licença das obras em ambiente de preservação ambiental. A participação do Projetação se fez durante a ocupação com cine-debates e projeções, como este na cidade da cultura na Barra da Tijuca:

Figura 18 – Projetação na cidade da cultura



Fonte: <https://www.facebook.com/plataformaprojetacao>.

Na região da zona sul, o grupo atuou com certa frequência na praça do Largo do Machado, por, entre outras coisas, ser um lugar estratégico no qual os manifestantes se concentravam e em seguida caminhavam rumo ao palácio Guanabara, local que também teve bastante incursões ao longo das Jornadas e, com elas, diversas performances de ocupações dos espaços do palácio com imagens e palavras promovidas pelos projetaços do Coletivo.

Outro local igualmente representativo das mobilizações das Jornadas de Junho de 2013 foi a sede do jornalismo da Rede Globo no Jardim Botânico. Neste local, o Coletivo denunciava a criminalização feita pela emissora aos protestos e às pessoas que ocupavam as ruas durante manifestações que levaram milhares de pessoas às ruas⁷⁷. Esse contexto de disputas discursivas permitiu que o Coletivo usasse os seus recursos inovadores para

⁷⁷ Apresentação de dados quantitativos dos manifestantes nas ruas do Rio de Janeiro durante as manifestações de junho de 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/junho-de-2013-as-manifestacoes-nas-manchetes-do-g1.ghtml>. Acesso em: 18 nov. 2019.

responsabilizara emissora pelas denúncias de sonegação que a envolviam durante todo o ato no local.

Houve, também, um ato em Copacabana, mais especificamente no Copacabana Palace, em apoio ao Ocupa Copa Palace, no qual doze manifestantes foram detidos pela polícia enquanto intervinham politicamente em frente ao hotel, distribuindo cápsulas vazias como ato simbólico em referência ao cotidiano da favela, como relata a página do Projetação:

No Copacabana Palace foi montada uma ocupação para recepcionar o ex-presidente dos EUA, Bill Clinton. O motivo pela presença ilustre é o evento Clinton Global Initiative.

Tinham 12 ocupantes que com criatividade, distribuíam cápsulas vazias como souvenirs aos turistas. A intenção do ato era evidenciar a realidade das favelas.

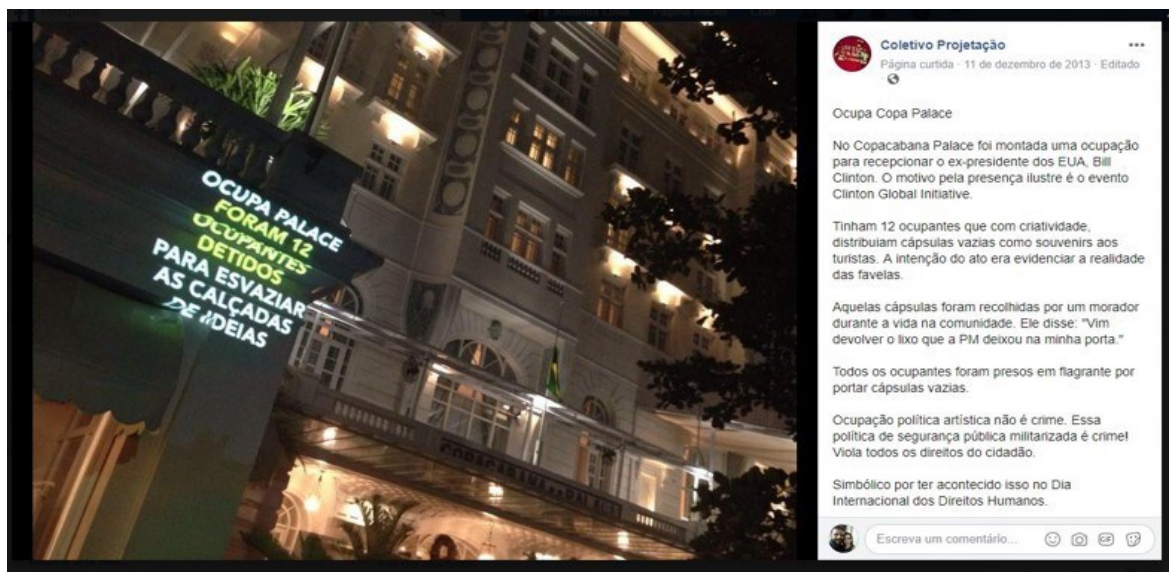
Aquelas cápsulas foram recolhidas por um morador durante a vida na comunidade. Ele disse: "Vim devolver o lixo que a PM deixou na minha porta."

Todos os ocupantes foram presos em flagrante por portar cápsulas vazias.

Ocupação política artística não é crime. Essa política de segurança pública militarizada é crime! Viola todos os direitos do cidadão.

Simbólico por ter acontecido isso no Dia Internacional dos Direitos Humanos. (Página do Coletivo Projetação, em 11 de dezembro de 2013)

Figura 19 – Projetação na sacada do hotel Copacabana Palace em apoio aos 12 manifestantes detidos pela polícia durante o Ocupa Copa Palace



Fonte: <https://www.facebook.com/plataformaprojetacao>

Já os pontos de intervenções no centro da cidade do Rio de Janeiro, como epicentro das jornadas de junho, também foram os espaços que o Coletivo mais ocupou. Em diferentes pontos (na Central do Brasil, em diversos pontos da Cinelândia, na Igreja da Candelária, na Lapa, no Museu de Arte do Rio, entre outros), houve intervenções dos Projetações dando visibilidade às disputas pelo espaço da cidade bem como o espaço da comunicação, durante as

manifestações. Desde 2013 o coletivo vem atuando na área central, justamente por ser o espaço de concentração das disputas territoriais, devido ao seu valor econômico e social que reforça a resistência contra a mercantilização dos espaços públicos, as segregações e remoções do poder público atuando em favor do capital imobiliário e financeiro, principalmente na altura em que a cidade passava por mudanças para receber os megaeventos.

Em resumo, o Coletivo Projetação organiza-se por duas estratégias centrais para a distribuição das suas ações e representatividade, sendo elas: 1) as mobilizações (cineclube e Projetaços) e 2) a Internet.

Depois das Jornadas de Junho, o Coletivo Projetação concentrou as suas atividades na praça São Salvador, em Laranjeiras, zona sul do Rio, mas também atuou em outros locais, como na Praça do Sossego em Niterói e no Centro do Rio. As atividades organizadas pelo Coletivo nesses lugares eram o Cineclube Projetação, realizado entre 2014e 2016, num formato de cine-debate, trazendo sempre uma temática relacionada à manifestação, mídia e direitos.

As redes eram o principal meio de conexão, divulgação e chamada dos protestos na rua, e a integração desses meios auxiliava na organização e nas demandas de luta. As redes sociais também propiciavam uma visibilidade ampliada e rápida para os acontecimentos negligenciados por outros meios de comunicação considerados hegemônicos que não relatavam e nem davam espaço para algumas pautas tidas como de minorias ou que fossem demandas das camadas mais populares, por exemplo, os moradores de favela.

As mobilizações, por sua vez, saíram da internet para o cotidiano de milhares de pessoas que tinham contato com os eventos e as agendas políticas sobre o fazer política. Essas mobilizações viraram meios de expor a indignação, requerer melhorias e pensar em estratégias que não mais concentrassem o poder na representação formal das instituições, mas as dividissem com gestões locais e autônomas, daí o surgimento do termo coletivo, que visava a uma gestão comum e equilibrada entre os participantes; pensando saídas como as redes de solidariedade e ações práticas para consolidar as mudanças pensadas e votadas em deliberações de bairro ou em ocupações estratégicas pela visibilidade e representação.

As tecnologias de protesto são representações diretas, na cidade do Rio de Janeiro, das atuações do Coletivo, tanto nas redes quanto nas ruas; com a expectativa de ampliar a comunicação, a partir de formas mais acessíveis de linguagem ao trazer uma compactação de pautas para visibilizá-las e disputar rapidamente a compreensão sobre o sentido e, até mesmo, a necessidade dos protestos, suas ações e estratégias.

As pautas políticas do Coletivo buscaram ampliar, através da arte, os debates sobre causas sociais para uma maior parcela da população, ampliando e facilitando esse debate numa linguagem mais conhecida: a dos recursos visuais e frases sintéticas, diretas e límpidas. Assim como costumam ser nas redes sociais em que as pessoas estão cada vez mais conectadas.

Nos mais recentes atos, vez ou outra, surgem alguns Projetaços estampando arquiteturas de prédios e monumentos, mas, com o fim das Jornadas de protestos de 2013 e 2014, o Coletivo restringiu a sua participação a poucas intervenções. Eles estiveram presentes apoiando algumas atividades políticas e manifestações, tais como Ocupa Vila Autódromo e Ocupa Golfe em 2015. Também participaram de outras mais recentes, como o ato em defesa da UERJ, o protesto contra o assassinato da vereadora Marielle Franco e do seu motorista Anderson e o ato #elenão organizado por coletivos feministas contra o candidato Jair Bolsonaro na campanha eleitoral em 2018. Assim como mobilizaram, via rede social, os preparativos do evento Junho+5, que propunha como eixo central retomar os debates ainda abertos desde a época das Jornadas de Junho de 2013.

3. DOCOLETIVO PROJETAÇÃO AOJUNHO+5

“A veces se produce una movilización precisamente para crear o mantener esa misma plataforma de expresión política.” (BUTLER, 2015, p.1)⁷⁸

Figura 20 – Faixa do evento Junho+5



Fonte: acervo pessoal

No dia 13 de março de 2018, enquanto eu acompanhava o meu campo virtual, a página do Coletivo Projetação no *Facebook*, entre algumas postagens novas que estavam na página do Coletivo, havia um evento convocando os usuários do grupo para os preparativos do "Junho mais cinco" (Junho+5). Curiosa para saber do que se tratava, já que era uma sigla que desconhecia, procurei mais informações, tendo em vista que me despertou interesse de compreender melhor o que seria e qual era o motivo de estar destacado ali na página do Coletivo sem muitas descrições.

Ao procurar saber mais sobre o evento, fui redirecionada para a página do grupo que estava realizando a convocação e a organização dos preparativos para a atividade. Pude entender que a sigla (Junho+5) era a representação da soma de 5 anos após os acontecimentos de junho de 2013, momento em que houve uma onda de protestos –o que me gerou ainda mais expectativas ao saber do que realmente se tratava. Ainda movida pela curiosidade, “naveguei” na página do evento e encontrei a seguinte informação descritiva que estava definindo o grupo e automaticamente a ação organizacional:

Iniciativa para marcar os cinco anos das jornadas de junho com ações diversas na rua e na internet. Com o desejo de construir nossas próprias memórias e narrativas,

⁷⁸ Às vezes, se produz uma mobilização precisamente para criar ou manter a mesma plataforma de expressão política (Tradução nossa).

queremos articular e reconectar redes e pessoas nesse momento tão crítico (extraído do grupo no *Facebook*)⁷⁹

A convocação para o Junho+5 se deu pela proximidade do quinto ano após as Jornadas de Junho. O que me chamou atenção foi que o convite tinha como principal intuito chamar as pessoas interessadas em debater o que restou das Jornadas de Junho de 2013 cinco anos depois. Por causa disso, interessei-me ainda mais para entender a mobilização. Principalmente, porque em casa me questionava: quem eram esses atores? Poderia ser uma organização do Coletivo Projetação, ou ao menos os seus membros estariam presentes? Que proposta nova seria essa? Eram os mesmos grupos de 2013 que se reorganizariam? Quais seriam os efeitos de tal proposta?

Com essas “milhares de perguntas”, resolvi pesquisar mais. Primeiro na própria internet, a fim de descobrir tudo o que eu pudesse na página do evento. Na internet havia dois direcionamentos para o Junho+5, sendo o primeiro a página do evento e o segundo um grupo fechado ao qual no início eu não tinha acesso. Mais tarde, ao me inserir assiduamente nas atividades, adicionaram-me e pude descobrir que servia como um fórum de discussões internas sobre as atividades do coletivo e seus rumos, no que diz respeito aos atos ou intervenções e aos dias e horários das reuniões.

Decidi, também, participar do evento no dia da convocatória, no dia 21 de março de 2018, marcado para as 18h na praça da Cinelândia, no centro da cidade. Na mesma praça fica a sede da câmara de vereadores da cidade do Rio de Janeiro, no Palácio Pedro Ernesto –um lugar marcado pela ação de enfrentamento da sociedade civil aos problemas sociais da cidade. É um lugar estratégico e central do Rio de Janeiro devido à mobilidade urbana mais facilitada por possuir em seus arredores o transpassar do veículo leve sobre trilhos (VLT), ter acesso de diferentes linhas de ônibus e ter uma das estações do metrô com diferentes saídas localizadas dentro da própria praça. Isso facilita a chegada e a dispersão do evento em caso de repressão, visto o histórico de confronto violento a mobilizações civis na rua, principalmente durante as Jornadas de Junho 2013.

Ao pegar o metrô e me dirigir à Cinelândia, destaco a quantidade de pessoas que estava aglomerada e transitando dentro da estação. Percebi que, quanto mais andava, mais me deparava com outras pessoas. Era um horário de grande fluxo nas ruas, no começo da noite, momento em que as pessoas costumam sair do trabalho e transitar pelo centro da cidade rumo as suas residências, por isso, o metrô estava lotado e a praça tinha movimentação intensa.

⁷⁹ Informação retirada da página do Junho+5 no Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/junhomais5/about/?ref=page_internal. Acesso em: 02 ago. 2019.

Qualquer lugar para o qual se olhasse tinha um número alto de pessoas em trânsito. Isso me fez pensar que o horário não era só para uma maior disponibilidade das pessoas, mas também para que o evento ganhasse a visibilidade de outras pessoas que passariam por aquele espaço.

Mesmo de longe, ao olhar para as escadarias da câmara de vereadores do Rio de Janeiro, já se podia ver algumas pessoas reunidas e sentadas espalhadas por quase toda a escadaria da câmara, em alguns grupos, que de longe passavam a imagem de um grupo grande com diferentes realidades de pessoas, das mais diversas aparências: desde jovens a pessoas maduras; de pessoas vestidas com informalidade a pessoas vestidas com mais formalidade (inclusive de terno); pessoas brancas, pardas, negras e indígenas; com identificações de trabalho ou sem, alguns descontraídos e outros mais sérios.

Ainda à distância, era possível observar no local marcado uma estrutura sendo montada. Eram recursos para uma apresentação de materiais audiovisuais, já que havia de frente para a escadaria da câmara de vereadores uma tela retrátil grande com um projetor apontado para ela, acoplado a um notebook que estava ligado a uma extensão e a um amplificador de som. Todos os recursos multimídias direcionados para os espectadores que ocupavam as escadarias da câmara conversando entre si, enquanto aguardavam o início oficial do evento.

Com uma visão mais aproximada, ao chegar ao local da reunião, pude observar que havia no encontro um pouco mais de trinta participantes, a maioria composta por jovens – com idade entre 20 e 30 anos –, por mulheres e por brancos. Integrantes de diversas frentes e coletivos populares e identitários. Todos tinham alguma experiência em movimentos sociais seja por meio de militância ou por simpatia a alguma causa, e demonstravam em suas falas terem participado, direta ou indiretamente, das Jornadas de Junho.

Ao me aproximar, com as pessoas já acomodadas e os aparelhos em funcionamento, sentei-me para acompanhar o evento que teve início com a fala de um de seus “convocadores”, Caio, que disse brevemente: “Esta primeira reunião busca discutir o “legado” político das Jornadas de Junho ao resgatar sua memória. Para isso, veremos um documentário e, logo após, faremos uma dinâmica”.

Em seguida, apresentou-se o primeiro episódio “Caixa de Pandora” de uma série documental chamada “Desde Junho”, que tinha como contexto “abordar o início das manifestações em 2013: a importância da internet, das redes sociais e das novas tecnologias nesse processo e as novas linguagens de informação que apareceram. Esse é o pano de fundo

para apresentar a figura do midiativista, que ganhou força em 2013 e segue mudando as relações dos brasileiros com o consumo e a produção de informação até os dias de hoje”⁸⁰.

A série documental foi o material escolhido para a exibição por dois motivos: 1) por sua temática de diálogo estar ligada com a proposta do evento; 2) pela vontade da diretora de disseminar o trabalho que tinha sido impedido de divulgação, por um tempo de contrato, mesmo após estar pronto para ser apresentado ao público, uma vez que o projeto foi engavetado, ainda que fosse patrocinado por financiamentos governamentais, segundo a diretora: “como uma forma de silenciamento dos acontecimentos de 2013”⁸¹.

Por esse motivo, o documentário estreou nas ruas, no evento do Junho+5, e o motivo, segundo a diretora, era dar acesso às informações que compuseram os episódios da série e a possibilidade de garantir o direito de publicização do material. Este que tinha sido cerceado anteriormente pelo contrato, mas que deveria ser mais um lado da história, dando voz a diferenciados atores, que não os hegemônicos. Uma disputa pela democratização da informação para que ampliasse tanto as possibilidades de quem faz o trabalho, quanto o leque informativo de quem a recebe.

Essas questões apareceram mais para o final do evento, quando fui falar diretamente com a diretora do documentário, pois me direcionei a ela quando Caio disse que ela poderia me auxiliar na pesquisa. Alegava, para tanto, que ela era “parte” do Coletivo e responsável, naquele dia, por todo o equipamento que estava sendo utilizado para exibir o documentário nas ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro durante o primeiro encontro do Junho+5.

Caio não havia me explicado muito bem o que era “fazer parte” do Coletivo naquele momento, mas isso permitiu me aproximar dela mais para o fim do evento. Conversamos um pouco sobre o documentário, dando espaço, inclusive, para que ela me contasse as informações que descrevi mais acima, além de confirmar que o material usado para a exibição era emprestado pelo Coletivo Projetação.

No fim do nosso breve diálogo, a jovem diretora deixou sinalizado que em um próximo encontro aprofundaria mais os temas da nossa conversa ao dar mais detalhes sobre

⁸⁰ Retirada a descrição do site do documentário. Disponível em: <https://www.desdejunho.org/ep01-caixade-pandora/>. Acesso em: 01 set. 2018.

⁸¹ A frase em destaque se trata de uma conversa informal feita durante o trabalho de campo, registrada no caderno de campo.

seu vínculo com o Projeto, já que naquele momento em que nos falamos estava ocorrendo uma atividade pós documentário⁸².

Após o término do episódio, fez-se a proposta de um debate sobre o documentário de modo que todos pudessem dar as suas impressões e interagir. Então, para que todos os participantes se envolvessem na sugestão, foram divididos, mais precisamente, em grupos que tinham entre 5 e 7 pessoas. Cada grupo contava com um dos organizadores do Junho+5.

Em formato de dinâmica, cada participante do grupo deveria se apresentar, dizer como foi que decidiu se integrar ao coletivo, se participou ou não das manifestações em 2013 e, por fim, um ponto que fosse enxergado como marcante e outro a ser melhorado sobre as Jornadas de Junho. Resumidamente, era uma forma de enfatizar um ponto alto e um ponto baixo das manifestações de 2013.

Durante as apresentações, Caio distribuiu uma folha para cada um com a apresentação e a proposta do evento daquela noite. A folha distribuída tinha as seguintes palavras:

⁸² Porém, cabe atentar aqui que essa conversa nunca se concretizou dada a sua agenda de apresentação do filme-documentário em outros lugares do Brasil. A diretora não retornou as atividades do Junho+5 devido ao seu envolvimento com a divulgação e apresentação do trabalho em amostras e coletivos de cinema. Isso não quer dizer, no entanto, que as suas falas naquele momento não teriam sido um pontapé inicial para o aprofundamento dessa pesquisa.

PREPARA JUNHO + 5

Lembra de junho de 2013?

Cabral era governador, queriam aumentar a passagem de 2,75 pra 2,95 (é roubo!), as ruas estavam cheias, protesto toda segunda e quinta, Copa e Olimpíadas se anunciavam. Os alvos das ruas se revelaram certos: Cabral, Barata, Fetranspor, FIFA, COI. Quase ninguém acreditava no sistema político. Hoje, ninguém acredita. Mas e a política fora do sistema? Virou discussão cotidiana. A resposta do poder, desnudado de toda legitimidade, foi mais porrada e morte. Do caso Amarildo à falência das UPPs, a resposta é a intervenção militar.

Passados 5 anos, a gente quer ligar os pontos de junho. Pessoas e coletivos despertados ou contagiados pela intensidade do momento não se sentem contemplados pelos grupos que prevalecem - e que inclusive já eram criticados na época. O que restou de junho? Onde estão as assembleias, ocupações e protestos? Tá rolando, só falta juntar? Já conseguimos cultivar o espírito coletivo. O que fazer pra reacender esse espírito?

A potência de junho foi conectar: favela e asfalto, quem acordou com quem estava acordado. Esse é um convite para explorar as possibilidades de reavivar essas conexões.

Faremos a exibição de um capítulo da série "Desde Junho", seguida de uma roda de conversa pra debater 2013 e pensar em ações futuras pra marcar esses 5 anos. Só vem! E chama quem quiser colar!

Fonte: <https://facebook.com/events/583062125393219/?ti=cl>

A ideia geral do evento estava presente tanto nos discursos dos organizadores do encontro, do começo ao fim, quanto no folheto de convocação (figura acima). O recado era direcionado a chamar (grupos e pessoas) para somar forças, nesse coletivo, para reacender aquela chama de indignação que tinha sido acesa em 2013, mas que precisava ser reapropriada em 2018, ao pensarmos “o que restou de junho”. Segundo os responsáveis pelo evento, a ideia foi disseminar a todos que participavam no evento e a algumas pessoas que passaram pelo local o conhecimento da proposta de um espaço para discutir o legado das Jornadas de Junho.

Após a entrega do folheto no meu grupo, Caio iniciou a dinâmica como uma forma de “quebrar o gelo”. Ele explicou qual seria a atividade naquele primeiro momento: apresentar-se e dizer o que se lembrava das Jornadas de Junho ou se em algum momento havia participado de atos ou manifestações neste período e qual era seu engajamento político na época.

Ao iniciar a sua fala, Caio apresentou-se como um jovem que se interessava para política, mas não de forma contínua, apenas para alguns episódios esporádicos, nada aprofundados. No entanto, em 2013, resolveu engajar-se nas mobilizações por acreditar que era um cenário diferente e propício a mudanças.

A fala de Caio apresenta a ideia de que a sociedade civil interpreta as condições momentâneas como mais propícias às transformações sociais devido a uma associação de fatores e conjunturas que proporcionam imaginar reconfigurações dos panoramas estabelecidos. Sentimentos traduzidos por ele, como “um momento em que era possível sonhar em construir novos rumos sociais que proporcionassem mais participação e igualdade em nossa sociedade⁸³”.

Segundo Caio, foi por esse motivo que sentiu a necessidade de engajar-se e buscar a construção de mais espaços como o que estava promovendo, justificando a organização do evento Junho+5, a partir da necessidade de iniciativas que construíssem lugares de debates democráticos, em que as pessoas se sentissem livres para somar-se em prol de objetivos comuns; para alcançar uma dinâmica plural de vozes e de vivências, através de gestões mais autônomas, menos centralizadas e hierárquicas.

Por fim, em seu depoimento, Caio também falou, como parte da dinâmica, um ponto alto e um ponto baixo sobre as Jornadas de Junho. No primeiro, destacou a importância de ter despertado em parte da juventude a vontade de participar politicamente da construção cidadã. Usou a sua própria trajetória e a de outros integrantes presentes no coletivo como exemplo da

⁸³ Dados obtidos em conversa informal e anotados no caderno de campo.

importância dos atos e manifestações como um meio de construção de uma politização por meio da experiência. No segundo, referiu-se à falta de demarcação de propostas mais delimitadas que levou a alguns erros cometidos durante as Jornadas, no momento em que se tornou também o lugar de ascensão e empoderamento sobre o uso das ruas por grupos intolerantes de extrema-direita, o que mais tarde desdobrou-se na disputa pelo sentido de para quem serviu tais atos.

Em seguida, ao término da fala de Caio, foi indicada a continuidade da dinâmica e, desse modo, quem ia se sentindo à vontade ganhava a vez da falar. Assim, a dinâmica aconteceu, com a fala de uma pessoa por vez, até que os sete integrantes do grupo, do qual eu fazia parte, falassem.

Cabe ressaltar que, enquanto os integrantes do meu grupo se apresentavam e contavam as suas experiências com os movimentos políticos, seja nas Jornadas de Junho ou em outros eventos, uma conexão entre as respostas contidas nos relatos pessoais me chamou atenção: uma regularidade em que a maioria das pessoas ali dizia ter ido às ruas mais sistematicamente e ter passado a pensar política de forma mais engajada a partir de 2013. As falas sempre apontavam para uma não inserção no campo partidário, mas para uma busca por um espaço de fala e, conseqüentemente, de mais democracia.

Após a apresentação de todos do grupo menor, a dinâmica foi refeita para um grupo maior, que somava todos os participantes do encontro, por volta de 30 pessoas. Cada grupo, por intermédio de um representante, fazia um resumo para os outros componentes do evento sobre o que foi falado em equipe, podendo colocar algum acréscimo que não tivesse conseguido espaço para fazê-lo, principalmente, se fosse uma dica para o funcionamento do evento Junho+5, com ideias que acrescentariam na organização da comemoração das Jornadas de Junho de 2013 nas atividades que estariam por vir.

Um por um dos escolhidos de cada grupo tomou a fala e fez seus resumos e comentários; sempre perguntando aos demais se foi isso mesmo que eles haviam interpretado, e se alguém gostaria de acrescentar algo, enquanto cada um colocou os pontos mais importantes que havia se debatido no grupo. Destaco que, apesar da mesma dinâmica, as formas de falar eram únicas, e foram apresentadas as reflexões sobre junho que mais impactaram cada um dos grupos.

Nos discursos, surgiram temas preocupados com a violência, concentração de poder, rigidez do sistema, falta de ampliação da divulgação de informações, a falta de liberdade, entre outras coisas. Nas mesmas falas, foi possível perceber que, apesar das diferenças, havia um interesse comum dos participantes que ali estavam. Eram falas e posicionamentos

políticos que conversavam, por meio de diferentes questionamentos sobre a conjuntura atual, sobre que rumos seguiríamos e se era possível despertar outro “tempo de mudança”.

Essa primeira reunião ganhou certo destaque por dispor de um número maior de participantes. Outra coisa que ajuda no realce da ação inaugural foi à exibição do documentário "Desde Junho", com a participação da roteirista e diretora do filme. Além da participação da convidada, houve também a cooperação de outros atores da área da produção visual, que cobriram as manifestações das Jornadas de Junho, participaram do conteúdo do documentário e compuseram os principais coletivos de midiativismo durante o período das manifestações, como o Vinhetando, Mídia Ninja, Mídia Independente Coletiva⁸⁴ (MIC), entre outros.

A participação desses atores foi uma característica marcante do evento, porque, ao usar da memória, por meio de imagens e falas, transformou-se em metodologia para alcançar as pessoas e trazer elementos para os debates futuros.

Outro fator que reafirma este primeiro momento do prepara Junho+5 como um dos mais importantes para mim foi a apresentação das propostas para junho daquele ano, ideias que pudessem contribuir de forma diferenciada para a agenda de reivindicações que dialogassem com o passado, mas também demarcassem os problemas atuais. E no meio dessas propostas, apareceram ideias para cineclubes, marchas antifascistas, ocupações, palestras na UERJ e em outros lugares, uma festa junina como comemoração do evento que pudesse ser cenário das cobranças sociais, além de exposições sobre as Jornadas e aulas na rua.

A necessidade de uma elaboração mais contundente da proposta desencadeou a solicitação dos organizadores para a formação de um grupo estruturado e voltado às execuções das propostas deliberadas nas reuniões. A ideia era pensar um Junho+5 como um coletivo e não só como um evento.

O encontro daquela noite terminou, era o primeiro de muitos outros de que eu participaria. Naquele momento, senti a importância de ter me inserido desde o início nesta proposta, já que saí da reunião com muitas curiosidades, perguntas e reflexões que ajudaram no desenvolvimento do meu objeto de pesquisa; um mundo de ideias que me permitiu estranhar até mesmo o meu lugar neste contexto.

⁸⁴ São coletivos de midiativismo que se organizaram durante as jornadas de junho para cobrir as manifestações de forma alternativa à mídia hegemônica. Em que o primeiro (Vinhetando), produzia vídeos curtos de denúncia com humor. O segundo (A mídia ninja) era a fonte de informação alternativa que vinha direto das ruas. E o terceiro (MIC) era também uma fonte de informação independente e alternativa, focada em produção de informação por vídeo.

3.1 Do Junho+5 ao Coletivo Projetação

As reuniões do Junho+5 continuaram a acontecer, quase sempre todas as quartas-feiras dos meses de março a maio no ano de 2018, exceto em feriados ou quando havia alguma data de evento parceiro, o que trazia alguma alteração no dia e/ou no local da reunião. No entanto, os encontros geralmente se davam em frente ao Palácio Pedro Ernesto, mais conhecido como a Câmara de vereadores, ocupando a frente do local, sempre na parte da noite.

Nessas reuniões, pouco a pouco fui montando laços de respeito e confiabilidade, posicionando-me como pesquisadora e conseguindo me aproximar, conversar e perceber as visões que os integrantes do Junho+5 tinham sobre o Coletivo Projetação, além de descobrir o que sabiam sobre ele.

Percebi que os integrantes do Junho+5 com os quais conversei tiveram experiências diferentes com o meu objeto de pesquisa, por meio de contatos mais diretos ou superficiais, com aproximações que aconteciam por diferentes motivos em diversos atos e momentos. Isso me ajudou a solucionar o “quebra-cabeças” que era: como reconstruir e pensar o Projetação, as suas atuações e como ele se organizava para cada uma de suas intervenções?

Com os mesmos relatos, estruturei, também, a existência de uma cooperação ou inspiração entre os coletivos; a ponto de saber como (com a utilização dos equipamentos e participação de alguns componentes do coletivo), quando (principalmente na primeira sessão do encontro) e por que (para ajudar a promover o cine-debate e o resgate das memórias das jornadas). O Projetação estava presente naquele contexto de rememoração das Jornadas, segundo um dos participantes do Coletivo Junho+5, como uma forma de colaborar para manter a agenda de lutas antissistêmicas através da disputa da memória e do significado desse evento.

Por isso, o Projetação se apresentou como suporte técnico no evento ao emprestar e ajudar com os materiais em diferentes acontecimentos do Junho+5, desde reuniões a eventos como o que foi marcado para acontecer com o Slam⁸⁵ da Taquara em apoio à construção da luta por visibilidade sobre o genocídio nas periferias cariocas.

Entretanto, cabe ressaltar que o Coletivo Projetação participou de maneira indireta nos preparativos do Junho+5. Nenhum dos organizadores do evento fazia parte direta do Coletivo,

⁸⁵ Aqui usaremos o significado pesquisado por Paula (2019): “O slam é uma competição de poesia falada criada nos Estados Unidos por Marc Smith, mais especificamente em Chicago nos anos 1980 e trazido ao Brasil em 2008 por Roberta Estrela D’Alva. Originário do inglês, o termo slam quer dizer batida. (...)” em que “(...)As batalhas de poesia falada seguem algumas regras: poesias autorais de até três minutos sem a utilização de objetos cênicos e sem acompanhamento musical. Corpo e voz são elementos fundamentais!” Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/30/slam-literatura-e-resistencia> Acesso em: 29/12/2019.

porém, os materiais audiovisuais utilizados nas reuniões e nos eventos eram emprestados pelo Projetação (o projetor, a tela retrátil e os cabos de energia). A participação do Coletivo se restringiu à colaboração com o material e com a participação de um dos membros "fixos" do Projetação no auxílio às atividades de cineclubes do Junho+5.

O Coletivo, quando chamado para fazer parte da disputa simbólica, através de poucos e diferentes membros, fixo ou fluidos, "camuflados" como público, fez-se presente. Eles ajudavam no andamento dos debates ou como parte do coletivo do Junho+5, a fim de apoiar a iniciativa e pensar junto, com as outras pessoas presentes, novos formatos possíveis de fortalecer as lutas sociais. Fosse por via de debates, que julgavam importantes demais para saírem do centro das disputas na esfera pública, por exemplo: a necessidade de mídias alternativas, a desconstrução do machismo e da criminalização da pobreza, o racismo e a luta contra violência estatal, um dos pontos mais destacado ao longo do evento, pois era visto como um imã dos outros problemas já citados. De modo sumário, direi que a violência estatal era representada como a construção central que fortalece a exclusão das minorias e as priva de direitos, ponto que retomaremos mais à frente.

Na realidade, o motivo pelo qual o projetação se uniu à proposta do junho+5 foi porque seus membros conheciam algumas pessoas e pautas que ali estariam apresentadas. Sem falar que do Projetação também faziam parte as pessoas que entendiam que 2013 foi um momento de avanço nas lutas e representações e caso conseguissem consolidar momentos como aqueles novamente, unindo pessoas com objetivo sem comum, poderiam disputar na cena pública o direito das minorias e necessidade de uma vida digna para todos.

O caminho que o Projetação escolheu para ajudar na construção dessa luta colaborativa foi fazer-se um meio para que o grupo, principalmente os engajados na organização, pudessem, através dos seus materiais audiovisuais, executar materialmente projeções estéticas, fossem: vídeos, situações, slogans; algum recurso visual que tornasse possível dividir os sentimentos que o grupo quisesse para produzir empatia, indignação e a necessidade da construção de caminhos alternativos e democráticos.

No contexto geral apresentado, digo em resumo que coube ao Coletivo ajudar na divulgação das atividades elaboradas nas reuniões com o grupo do Junho+5 em suas redes sociais, emprestar o material e auxiliar nos cine-debates ou no que fosse possível. Uma ajuda que não contou com nenhum Projetação como parte das atividades. O foco principal eram os cine-debates, em que a apresentação audiovisual era passada como uma metodologia de contextualização e como uma forma de estímulo ao debate. Essa foi a estratégia do Coletivo

Junho+5 para fazer denúncias sobre: 1) as contínuas repressões e controle do Estado; 2) as precarizações dos indivíduos na vida ordinária e 3) a necessidade de democratizar as mídias.

Apesar da discreta participação do Coletivo, estar presente como pesquisadora na preparação das ideias de rememoração das Jornadas me abriu caminho para compreender melhor como foi o Projeto nas Jornadas de Junho de 2013 (também em outras atividades, tal como os ocupas) a partir do ponto de vista dos parceiros, que de alguma forma integraram a ação de *ocupar* o espaço da cidade com os Projetos, seja produzindo material, conduzindo-se ao local da intervenção ou até mesmo cedendo a sacada da própria casa para projetar.

Aliás, mesmo não havendo uma relação direta do Junho+5 com o Coletivo Projeto, segundo os participantes do evento, muitos dados do grupo foram obtidos durante esses meses de preparação das atividades dos cinco anos após as Jornadas de Junho. É o caso da própria noção de "parceiro" trabalhada nesta dissertação que surgiu durante esse campo, após os interlocutores se identificarem dessa maneira. Além disso, a confirmação da dispersão do grupo (a maioria dos membros "oficiais" estava fora do país) e o entendimento do novo formato que o Coletivo ganhou após as manifestações de 2013 e 2014: a ideia do Projeto como plataforma. Todos esses são dados construídos nesse campo de pesquisa.

Nesses encontros pude obter, por meio de conversas informais e coleta de materiais e depoimentos, dados sobre a forma com a qual o Coletivo Projeto atuou durante as Jornadas de Junho: a fluidez nas relações e na organização do Projeto, a sua representatividade, a ausência de um líder, a horizontalidade, as iniciativas de gestões descentralizadas e mais democráticas. Pude, além disso, entender sua proposta e algumas de suas parcerias firmadas com outros grupos e coletivos.

Além disso, percebo que essas compreensões foram possíveis não só pelo auxílio do Coletivo Junho+5, por conta das interlocuções feitas durante as atividades do Coletivo, mas também pela oportunidade do contato com ele; pois foi através da experiência adquirida na observação direta das atuações desse grupo que compreendi a existência de muitas relações e características de operação com o Projeto e como ele atuava dentro e fora das ruas.

Foi como se o Junho+5 fosse um espelho daquilo que era relatado nas conversas, pois de algum modo não intencional, as ações dos próprios atores do Junho+5 se materializavam em semelhantes; salvo as particularidades de cada um, é claro; ações que foram descritas por eles sobre a atuação e os atores do Coletivo Projeto me permitiram entender a repetição dos modos de interações e preocupações, por exemplo.

Tal repetição me fez refletir acerca da espontaneidade com que as semelhanças apareciam, motivo suficiente para chamar a minha atenção e me levar a compreender que ambos os coletivos traziam em suas atuações o “espírito de nossa época”. Em outras palavras, uma nova forma de fazer política que pratica ações de mobilização na rede e na rua, com intuito de explicitar a necessidade de mais democracia uma vez que ampliar a participação política é passar a deliberar o tipo de sociedade que queremos.

No meio dessa luta, a proposta de continuidade e cooperação são pontos-chaves, por isso em uma das reuniões tive a oportunidade de conversar com Nicolas, um dos integrantes do Coletivo Projetação, que se fez presente nas atividades de preparação do evento que visava disputar a memória de Junho de 2013.

Estávamos sentados, como de costume, nas escadarias da Câmara de vereadores, para a assembleia deliberativa das atividades do Junho+5. Nicolas chegou depois e se sentou na parte mais alta da escadaria, como se estivesse ali apenas para ouvir. No momento em que um dos representantes do Junho+5 dava os informes e abria o debate sobre propostas de atividades com os representantes do audiovisual do grupo, Nicolas saiu de onde se sentou e aproximou-se do grupo e propôs algumas atividades, ligadas à exibição de cine-debates ao longo das atividades do Junho+5.

Caio, meu interlocutor, aproximou-se de mim e cochichou: "Nicolas é do Projetação". Após a revelação de Caio, esperei um momento até a assembleia ter uma pausa. Aproximei-me de Nicolas e me apresentei. Disse-lhe que estava fazendo pesquisa sobre o Coletivo Projetação e perguntei se ele poderia conversar um pouco para esclarecer algumas lacunas sobre o Coletivo que eu não havia conseguido sanar nas redes durante o levantamento de dados; informações que somente quem fez parte do Coletivo poderia conhecer. Ele estava receoso, mas solícito, portanto, abriu espaço para conversarmos.

3.1.1 Traduções dos interlocutores de pesquisa

Iniciei o diálogo com perguntas que eram permitidas pela abertura do momento, e confirmei se ele realmente fazia parte do Projetação. Após a certeza de que era membro do grupo, perguntei-lhe sobre a sua inserção no Coletivo e quando isso ocorreu. Ele respondeu dizendo que o Coletivo surgiu no Ocupa Cabral, quando algumas pessoas começaram a se articular. Em virtude da construção inicial de um relacionamento de confiança que aconteceu,

justamente, porque as pessoas estavam ali convivendo o tempo todo, protegendo-se e vendo as mesmas pessoas sempre, além de dialogar sobre pautas comuns.

Foi dessa forma que Nicolas chamou atenção para o fato de que algumas pessoas estranhas entre si acampadas durante o Ocupa Cabral criaram uma ideia de confiança e, assim, começaram a pensar numa coisa mais articulada. Foi dessa maneira que o Coletivo foi criado e começou a funcionar.

Conectei, naquele momento, a fala de Nicolas a uma reflexão de Butler (2015) ao falar sobre vulnerabilidades e resistências, em que destaca que a solidariedade é uma nova forma que emergiu para enfrentar o governo em oposição à ausência de cidadania. O que compreendi do grupo de Nicolas foi que esse agenciamento foi a maneira que encontraram para uma cooperação no fortalecimento de resistências à precarização, uma vez que no reconhecimento das precarizações compartilhadas é que juntos passaram a pensar formas de resistir a um sistema que exclui e segrega determinados "corpos" ou populações.

Uma maneira que encontraram para lutar contra essa segregação foi ressaltar a ideia de "público" por meio de ações coletivas que se firmassem contra esse modelo de gestão, a fim de alcançar uma vida mais digna e justa.

Ao falar sobre condições de vida, aproveitei o gancho para uma nova questão, perguntei se ele sabia de onde as pessoas que compunham o Projetação vinham. Ele não soube responder ao certo, mas deu a entender que todo mundo era da zona sul ou redondezas (centro e adjacências), lugares que facilitavam a circulação por ali.

Durante o nosso bate-papo, eu não consegui chegar a abordar exatamente o tema sobre o perfil das pessoas porque alguém entrou e transpassou nossa conversa com outro assunto. O foco mudou, e por esse motivo também não consegui chegar à questão sobre o motivo que os levou a escolherem a projeção como forma de expressão, o que acabou sendo um dilema que precisei resolver por outros meios de pesquisa.

Em resumo, não consegui entrar nesses detalhes, poderiam ser abordagens mais diretas, mas, nessa conversa informal, ele falou algumas coisas que considero ainda mais importantes, como no caso da exposição de algumas leituras que ele tinha sobre o momento. Foi uma forma de ouvi-lo.

Nicolas, ao falar, expressou-se apresentando um balanço pessoal do legado de 2013. Disse que não acreditava só na apropriação do MBL; chamou atenção também para o fato de que havia uma grande diferença entre o Rio, São Paulo e outros lugares. Falou que o Rio tem

essa ideia de desobediência civil⁸⁶ talvez muito mais forte em relação à polícia por uma questão histórica⁸⁷.

Continuou dizendo que, no contexto das jornadas, não achava importante reviver 2013 porque em algum momento perdeu-se o controle tanto da mídia hegemônica quanto de algumas outras questões da polícia e do próprio governo. No entanto, achava importante construir uma memória e fazer eventos como o Junho+5 para dialogar com novos atores. Não reproduzir as mesmas coisas, mas criar alternativas e materiais que pudessem dialogar com as pessoas.

Aproveitei a brecha e questionei sobre a produção deles, isto é, se o material projetado era próprio. Ele disse que era totalmente autônomo e que nas manifestações surgiam as ideias que, a partir disso, eram projetadas. Não havia uma pauta específica. Eram pautas dialogadas entre os membros do Coletivo.

Nicolas também comentou que houve um momento em que o Coletivo ficou tão grande e articulado que era possível projetar em lugares diferentes ou então fazer coisas em momentos diferentes, por exemplo, fazer um cineclube no Alemão e, ao mesmo tempo, projetar em algum ato ou em alguma coisa específica. Ao falar disso, lembrou-se do material que eles perderam. Disse-me que fizeram uma campanha *crowdfunding* (arrecadação coletiva – Catarse) para recompor o material e continuar as atuações. No fim da campanha, conseguiram arrecadar a meta pretendida, então compraram dois projetores, duas caixas de sons e dois telões⁸⁸. Conseguiram um material muito bom para trabalharem – o mesmo que, hoje, eles emprestam a outros coletivos.

Dando seguimento, perguntei a Nicolas sobre as atividades que o Coletivo estava desenvolvendo na atualidade. Ele medisse que o Projetação estava “meio morto” e desarticulado, apesar de ter pessoas engajadas. Frisou, como justificativa, que aquele momento (das Jornadas de Junho) foi muito complexo para eles, ao contar que um dos motivos do Projetação se desarticular foi porque as pessoas se desgastaram ao longo do tempo.

⁸⁶Termo referenciado por Henry David THOREAU(2012) que remete ao ato de agir contra as normas estabelecidas que agem de maneira injusta ou opressora por parte do Estado.

⁸⁷A matéria descrita aqui traz, segundo Luís Eduardo Gomes, por meio de uma entrevista com o Ex-chefe da PM do Rio, a referência de como a polícia militar tende a fazer dos conflitos uma mediação por meio de uma “guerra”. A matéria está no jornal Sul21 sob enunciado “Ex-chefe da PM do Rio: O Brasil tem uma tendência histórica de transformar conflitos policiais em guerra”. Publicado em: 7 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/entrevistas-2/2018/05/ex-chefe-da-pm-do-rio-o-brasil-tem-uma-tendencia-historica-de-transformar-conflitos-policiais-em-guerra/>. Acesso em: 24 nov. 2019.

⁸⁸ Para saber o material completo, ver os equipamentos descritos na nota de rodapé 25 deste trabalho.

Por esse motivo, o Coletivo estava apenas funcionando de outra forma. Mas, qual seria essa dinâmica nova? Segundo Nicolas, “O Projetação serve como plataforma de projeções, um incentivo às pessoas fazerem suas próprias projeções. Nós ensinamos, damos suporte e divulgamos as lutas”. Foi uma ideia que manteve a proposta do Coletivo Projetação, só que de outro jeito, pois, neste novo contexto, o Coletivo Projetação é apresentado como uma **plataforma**. Seu intuito é fomentar a criatividade e a lógica crítica de outros grupos que queiram fazer suas denúncias por meio desse recurso inovador e que precisem de apoio.

Além do mais, penso a partir da colocação de Nicolas que esse meio é também uma forma de consolidar a luta deles com mais facilidade e certa permanência, já que o Coletivo não conta mais com tantos membros como nos momentos de auge das Jornadas, assim como ele citou ao dizer que era possível fazer intervenções simultâneas devido ao tamanho do grupo.

Por esse motivo, entendo que a plataforma, ou o apoio de outros coletivos, ao ensinar e replicar as projeções de diferentes grupos e lugares, configura-se como uma forma de expandir a rede e “manter-se vivo” como ideia e representação, além de um meio de fazer das projeções ferramentas tecnológicas de protesto. Em outras palavras, recursos estratégicos de mobilização a serem inseridos nos contextos de luta.

Ainda mais porque, segundo o Coletivo, em sua página, projetar é simples, tem uma perspectiva crítica que pode ser efetivada necessitando apenas de alguns recursos tecnológicos (gerador, projetor, extensão e notebook) que garantem um grande impacto nas disputas discursivas. O coletivo ainda deixa como legado os diferentes movimentos dos quais participa ou colabora para que a introdução de recursos audiovisuais seja uma forma de democratizar ideias e promover debates.

Ao continuar a sua fala, Nicolas acrescentou que outro motivo para terem se desarticulado foi a dificuldade de manter o projeto, pois ele tornou-se cansativo à medida que eles tinham que trabalhar, cuidar de seus projetos pessoais, estudar e ainda precisavam dar conta das manifestações.

Questionei, então, se o processo de criminalização dos movimentos sociais ajudou no processo da desarticulação do grupo. Nicolas respondeu que sim. Depois daquele “negócio do cinegrafista”⁸⁹, o clima mudou nas ruas, falando do processo de criminalização ao dizer que,

⁸⁹ Nicolas se refere ao caso do cinegrafista atingido por um rojão em manifestação no Rio. Ele era funcionário da TV Bandeirantes, Santiago Ilídio Andrade, de 49 anos, tendo morte cerebral declarada. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/10/politica/1392046355_124283.html. Acesso em: 22 nov. 2019.

depois disso houve um esvaziamento das ruas, porque as pessoas chegavam às ruas e já eram insultadas pelo povo. Isso começou a tomar outra proporção.

Ao mesmo tempo em que falava sobre a criminalização, Nicolas fez questão de ressaltar que, ao falar deste caso, até hoje, ninguém nunca se perguntou o que o cinegrafista estava gravando, todos focaram na questão do que aconteceu, mas o cinegrafista já havia terminado de gravar e voltou para gravar a polícia. Mesmo assim, as pessoas não desconfiaram de nada e deram uma proporção enorme ao enfoque do caso como se todo o movimento fosse culpado – ninguém nunca olhou realmente para o que ele estava gravando da polícia.

Os relatos de Nicolas sobre a criminalização dos movimentos legítimos fizeram a conversa ficar com um clima mais tenso. E antes que fosse possível formular outras questões, outra pessoa do Junho+5 entrou no diálogo e Nicolas aproveitou para interromper a conversa e avisar que já estava indo embora por conta do horário, pois estava ficando tarde e tinha que acordar cedo para ir trabalhar. Antes de ir, indicou-me conversar com Edmilson, a pessoa que estaria há mais tempo no Coletivo, que articulou o Coletivo, que fala muito bem sobre as coisas que aconteceram. Além do mais, ele facilmente estaria disposto a se mobilizar e a falar sobre tudo.

Cabe-me aqui dizer que o nome citado por Nicolas era o mesmo que me respondia esporadicamente pelo sistema de mensagens do Facebook da página do Coletivo. Além de ser o mesmo nome citado por Tiago numa outra conversa que estabeleci em outro momento.

O problema foi que eu não consegui alcançá-lo diretamente, pois ele se disponibilizou a falar, e até me enviou o seu número de telefone dizendo, de forma gentil, que eu poderia perguntar-lhe coisas pelo *WhatsApp*⁹⁰. Mas minhas tentativas não tiveram muito sucesso, pois ele não respondia desenvolvendo os assuntos. Parecia sempre estar ocupado ou não querendo responder, mantinha-se bastante fora de conexão. Desse jeito, as minhas demandas não eram sanadas.

Além do mais, esse contato ficou ainda mais difícil – salvo as vezes em que ele me respondeu no *Facebook* – após o próprio Edmilson me avisar que estava difícil falar porque ele estava passando uma temporada na Bolívia e havia ficado mais compromissado com as tarefas que desenvolvia por lá.

⁹⁰*WhatsApp Messenger* é um aplicativo de mensagens gratuito para Android e outras plataformas. O WhatsApp usa a conexão à internet do seu celular (4G/3G/2G/EDGE ou Wi-Fi, conforme disponível) para que você possa enviar mensagens e fazer chamadas para os seus amigos e familiares. Disponível em: https://play.google.com/store/apps/details?id=com.whatsapp&hl=pt_BR. Acesso em: 22 nov. 2019.

De volta ao diálogo com Nicolas, por fim, despedi-me afirmando que iria procurar o Edmilson, e ele se despediu de volta prometendo retornar às reuniões e continuar a nossa conversa. O que não aconteceu, já que Nicolas não retornou às reuniões do Junho+5, pelo menos em todas em que eu estive presente.

Esse fato, no entanto, não deslegitima as suas informações, já que se tornaram partes importantes para entender um pouco mais sobre o Projetação e, principalmente, sobre o porquê da sua participação nos Coletivos, além de demonstrar nitidamente o motivo pelo qual o contato com o coletivo estava tão difícil para mim e, entre eles, cada vez mais raro.

Para além do que eu já havia conseguido captar na conversa com Nicolas, pude expandir as reflexões, já que, ao longo dessa temporada acompanhando as atividades do Junho+5, estabeleci diálogo com mais atores que, de alguma forma, participaram em alguma intervenção junto ao Projetação.

Um desses outros atores era Tiago, que conheci em uma das reuniões, bem no começo das atividades, pois era um assíduo parceiro nas atividades do Junho+5. Ele tinha um papel de destaque nos debates que falavam sobre a violência do Estado nas favelas devido a sua militância e experiência de residir no Complexo do Alemão.

Além do mais, ele era também membro do coletivo Papo Reto. Com Tiago a aproximação se deu de maneira mais fluida, já que tínhamos criado alguma confiança por conta das nossas contínuas presenças nas atividades do Junho+5.

Até então, eu não tinha me atentado para o fato de que poderia o Tiago ser um dos meus interlocutores de pesquisa sobre o Projetação, até que um dia, ao vê-lo falar em uma das reuniões, recordei-me que, durante a observação da página do Coletivo Projetação, havia uma intervenção do Coletivo no “Ocupa Alemão” em parceria com o Coletivo Papo Reto. Ação que depois foi confirmada por Tiago.

Em tal ocasião, o Coletivo Projetação se fazia representar por dois dos seus integrantes, ambos ensinando e contribuindo para uma das mobilizações na comunidade. Tiago lembrou que eles foram um dos poucos manifestantes que se fizeram presentes em manifestações do “asfalto”, mas também da “favela”, o que não era comum nas jornadas de junho, segundo ele. Ressaltou, ainda, que eles apoiavam as manifestações nas ruas, porém, as pessoas não apoiavam efetivamente os conflitos na favela.

No entanto, nessa oportunidade, Tiago disse que o Coletivo Projetação foi importante para ele, por lhe apresentar essa maneira de reivindicar e, mais do que isso, contribuir com a doação de um projetor, realizada por uma das mulheres que fazia parte do Coletivo e hoje

mora na Alemanha, para que fosse possível que os moradores pudessem fazer as suas próprias intervenções na favela, ou em locais que precisassem ouvir a voz dos moradores de favela.

Foi algo significativo já que os conflitos na favela, por sua vez, onde o Estado de Exceção se tornou regra a partir de políticas de atuação que podem ser definidas como a “metáfora da guerra” (LEITE, 2002), tornaram-se ainda mais difíceis; a partir dessa lógica já há uma tendência a criminalizarem os manifestantes, mas, nesse caso especificamente, com o acréscimo da gravidade do risco de morte. Essa atitude coloca em perigo a vida de manifestantes periféricos como consequência da desumanização que abre espaço para a arbitrariedade, graças a essa invisibilidade que se constrói sobre aqueles que são dominados.

Um caso ao qual podemos nos deter e que explicita esse pensamento de insegurança em manifestações, ainda mais intenso dentro das favelas, é a ação da criminalização moral contida a todos aqueles que se encontram fora da lógica ou dos valores dominantes como coerção. Nas favelas isso se exacerba ainda mais, pois somam-se ao risco de morte sobre aqueles corpos que se tornam “matáveis” (FARIAS, 2007).

O clima de tensão se construiu para os manifestantes do asfalto, nas Laranjeiras ao entorno do Palácio Guanabara, em 20 de junho de 2013, um dos dias mais violentos durante as Jornadas de Junho. Evento em que pessoas ficaram feridas e foram parar até no Hospital Souza Aguiar devido aos disparos de balas de borracha, gás lacrimogênio e toda a violência que a polícia utilizou para tentar conter e dispersar a multidão em marcha pelas ruas da cidade.

Mas o medo não terminou por aí. Ainda mais sérias e violentas, as intervenções da polícia na favela, quatro dias após a truculência policial utilizada com os manifestantes no centro e na zona sul, efetivam uma chacina que ocorreu na Nova Holanda, uma das favelas do Complexo da Maré, em 24 de junho de 2013.

Ambos os casos demonstram a forma como o Estado lida com a sua população, por meio da imposição, da força e da violência. No entanto, o quadro se agrava quando são balas de verdade que irão desfalcar as famílias de pessoas mais “precarizadas” socialmente. Por isso, a manifestação realizada em 26 de junho de 2013 reivindicando paz e o fim da violência do Estado com os moradores de favelas se deu por meio da rememoração do caso do dia 24 de junho do mesmo ano. Foi essa ação, ainda recente naquele momento, que deixou 10 pessoas assassinadas, durante uma operação do BOPE (que contava com forte armamento e uma intensa repressão não só aos criminosos, mas também aos moradores comuns desse espaço) ainda não explicada pelas autoridades.

Por esse motivo, o evento contou com diversos apoios, incluindo artistas, movimentos sociais e partidos progressistas, intelectuais, estudantes, os presidentes das associações de moradores da maioria das 16 comunidades da Maré, além da maioria do corpo de reivindicação ser estruturado por moradores locais, ONG's e ativistas dos direitos humanos. Todos unidos na reivindicação pelo Complexo da Maré e seus mortos, visto que esse é tratamento constante efetivado nas comunidades pelo Estado.

Para desmistificar a criminalização imposta a eventos como esse pelos poderes dominantes, mais de 5 mil pessoas estavam nas ruas, mais especificamente em uma das pistas laterais da Avenida Brasil, paralisando parcialmente o trânsito e dando visibilidade às reivindicações por meio de faixas, cartazes e teatros que expunham a morte dos 10 moradores da Nova Holanda como mais um ato de violência do Estado.

Se o caso acima citado ainda não for suficiente para nos manter alertas sobre as criminalizações que são usadas constantemente nas “favelas”, podemos citar mais um caso, só que este aconteceu na Rocinha, e está consolidado na figura do pedreiro Amarildo e na história de sua família, também moradores da Rocinha. O pedreiro foi retirado de casa por policiais uniformizados, e este foi o último local e momento em que Amarildo foi visto após esse acontecimento.

Esse caso virou uma das principais pautas progressistas contidas nas manifestações de 2013. O lema “Onde está o Amarildo” passou a aparecer constantemente no confronto com o Estado para cobrar e questionar os atos inconstitucionais e segregadores que ele praticava. Isso explicitava nas lutas a violência como símbolo recorrente nas favelas que, naquele momento, passava a ser reproduzida nas ruas com as manifestações.

Figura 21 – Frase “Onde está Amarildo?” projetada no prédio do Clube militar, no centro do Rio de Janeiro



Fonte: <https://www.facebook.com/plataformaprojetacao>

A imagem acima é, justamente, a evidência do que eu disse para direcionar o lugar a que quero chegar. Há uma árdua luta em tentar reverter a criminalização (em busca de visibilidade) para os grupos desumanizados. Para que isso aconteça, faz-se indispensável criar mecanismos capazes de burlar o sistema que os colocam em perigo, já que, para a população geral, essa distinção não era tão perceptível em um primeiro momento, porque era parte do cotidiano naturalizado delas. Caberia aos movimentos daquele momento a construção de estratégias que disputassem voz, olhares, empatia e significado. Construir chances de visibilidade era, nesse momento, o fazer política, como podemos identificar na reflexão abaixo:

(...) a luta política de um movimento social contemporâneo, tem sido atribuído um papel fundamental às imagens: encaixadas nas exigências do seu tempo, as imagens da política estão sendo produzidas para conquistar e convencer, assim como as imagens da publicidade. Mas, quando se trata, justamente, **de fazer política**, o potencial para disputar no espaço público não se resume ao poder de persuasão. Além de garantirem a venda, as imagens carregam a responsabilidade de viabilizar a

compra: cabem a elas as tarefas de **vender o peixe e comprar a briga**. (FARIAS, 2007, p. 17. grifo meu).

Isso quer dizer que as estratégias de visibilidade, principalmente aquelas que têm o peso da construção imagética como recurso, têm na sua apresentação não só a tarefa de chegar às pessoas, mas proporcionar uma humanização daqueles indivíduos e conseqüentemente de suas demandas. Com essa humanização, o entendimento sobre o seu lado da disputa, a importância dela e a necessidade de que outros agentes se incorporem à “briga”. Pensar outras formas de viver e de agir, com essas pessoas, torna-se crucial para combater as desumanizações sobre aqueles mais vulneráveis que ficam à mercê das arbitrariedades do Estado.

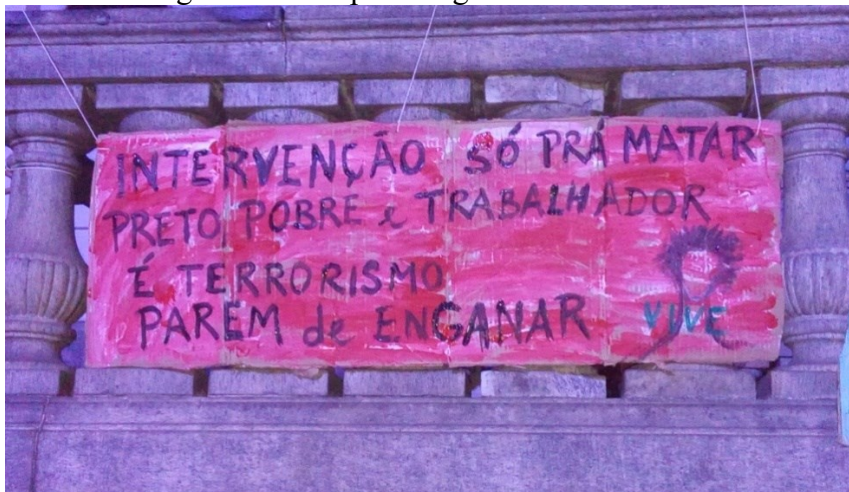
Um dos recursos para que a promoção da visibilidade se desse foi, principalmente, as redes sociais usadas como novas plataformas de difusão de informação que a mídia alternativa estava produzindo em cada ato e manifestação. Também, havia outras formas de auxílio das redes sociais, como visibilizar o próprio ato e as pessoas que evidenciavam as suas produções variadas que iam desde cartazes e pinturas a intervenções na rua; serviam como ponte de organização na construção de coletivos, outrossim, o “ocupar” à rua, e contatos nacionais e internacionais de apoio.

Todas essas ações aparecem como estratégias possíveis nas Jornadas de Junho que, por vezes, estavam aliadas e acontecendo simultaneamente. Tudo isso bem no cerne do movimento social contemporâneo, já que as ações viram recurso para obter atenção e a opinião pública, na chamada da sociedade civil para um debate sobre a Cidade (LEFEBVRE, 2009) e conseqüentemente sobre a democracia.

A partir dessas estratégias de visibilidade (FARIAS, 2007) citadas, as redes sociais permitiram em tempo real um “boom” de transparência e conexão com o movimento e as demandas que ecoavam das ruas. Com isso, passou a existir uma coexistência de várias vozes que cresciam na quantidade de pessoas e somavam-se às mobilizações por conta da viralização dos movimentos nas redes. O intensificar da criminalização dos movimentos e o agir truculento da polícia com os manifestantes foram algumas das motivações que trouxeram para o centro do palco da disputa do discurso as seguintes questões: o que eram as manifestações e quais eram os seus objetivos? Rompendo com alguns consensos e trazendo a disputa que estava fora deste ambiente das ruas para o cotidiano de mobilizações e, conseqüentemente, para dentro dos movimentos sociais. Disputa essa que se dá até os dias atuais, pela memória e pelo significado da representação sobre junho.

Essa luta também se fez uma das maiores representações do Junho+5, em suas colocações e debates; além da tentativa de integrar lutas com as favelas novamente, a fim de demarcar uma ressignificação dos pactos e acordos sobre os problemas e desgastes que estavam acontecendo nas comunidades. De acordo com um dos integrantes do Junho+5, “só combatendo a violência nas favelas é que teremos sucesso em combater a violência⁹¹”

Figura 22 – Cartaz sobre o genocídio do povo negro



Fonte: acervo pessoal

Figura 23 - Representação sobre a chacina de Maricá



Fonte: acervo pessoal

Os cartazes eram formas de mostrar e cobrar as mortes. Na primeira imagem, uma representação das mortes do povo negro, com o uso da referência de Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (Psol), que foi brutalmente

⁹¹A frase em destaque se trata de uma conversa informal feita durante o trabalho de campo, registrada no caderno de campo.

assassinada⁹² com o motorista Anderson Gomes, no dia 14 de março de 2018, na saída do evento “Jovens negras movendo as estruturas”, que aconteceu na Lapa. Os integrantes do coletivo entenderam o seu registro no cartaz como uma forma de representação e eternização dela e de suas pautas. Pautas que sempre foram “exigir o fim da intervenção federal no Estado do Rio, o fim de uma guerra contra as drogas travada nas favelas e periferias e que vitimiza milhares de jovens e negros todos os anos, o fim do racismo e do machismo institucional”. (BETIM, 2018)

Na segunda imagem, há a representação de cinco jovens⁹³: Matheus Bittencourt, 18 anos; Marcos Jonathan, 17 anos; Sávio Oliveira, 20 anos; Matheus Baraúna, 16 anos; Patrick da Silva: mortos em um condomínio em Maricá, lugar em que faziam trabalhos sociais, ministrando aulas de hip-hop para as crianças do condomínio. Todos foram vítimas das milícias do Estado do Rio de Janeiro.

As mesmas imagens, que reproduzo em versão mais ampliada abaixo, mostram o enfrentamento e a abordagem dos temas arbitrariedades e injustiças atrelados à questão racial, nos cartazes produzidos por membros do Coletivo Junho+5, mais especificamente por uma senhora com longo histórico de militância que, unida a outros manifestantes, produziu cartazes com algumas questões sobre a violência do Estado para deixar como propostas visuais a todos que passavam pela câmara de vereadores.

Figura 24 – Denúncia em frente à câmara de vereadores do Rio de Janeiro



Fonte: acervo pessoal

⁹²Ver mais sobre o assassinato de Marielle Franco no link:

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/15/politica/1521080376_531337.html. Acesso em: 24 nov. 2019.

⁹³ Ver mais sobre o caso dos meninos no link a seguir:

<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/03/chacina-de-marica-davam-aulas-criancas.html>. Acesso em: 24 nov. 2019.

Essas conversas durante os encontros do Junho+5 foram uma forma de entender como o projeto se organizava nos eventos. Além disso, me ajudaram a compreender a lógica por trás da noção de parceria que apareceu durante a pesquisa na internet. O parceiro poderia ser uma pessoa (como Tiago), um coletivo (como Vinhetando), um evento (como J+5). Foi importante descobrir que, para o Projeto, transformar-se numa plataforma abriu a oportunidade a quem quisesse contribuir utilizando o método de projetar ideias como modo de fazer com que a ideia do Projeto sempre estivesse presente nos atos e manifestações como um instrumento político de visibilidade e crítica ao sistema.

3.2 Ocupa Cinelândia no Junho+5

O evento Ocupa Cinelândia, influenciado pelo *Ocuppy Wall Street*, acontece desde 2011, quando houve a primeira ocupação da praça por manifestantes para pressionar os vereadores a aprovarem a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades nas licitações dos ônibus da cidade. O local voltou a ser novamente ocupado durante as manifestações das Jornadas de 2013. Em 2018, ocupar a Cinelândia foi sutilmente o modo como o coletivo Junho+5 achou para demonstrar a sua perspectiva sobre a importância de se (re)ocupar as ruas e fortalecer estratégias, quem sabe até produzindo “esperança”, através das ações feitas por um “grupo permanente de ocupação”, que continha diferentes atores, responsáveis não só pelo acontecimento efêmero da Ocupação da Cinelândia, mas também por serem agentes de transformação dos rumos sociais, ao criarem meios de convivência e sociabilidade mais alternativos aos moldes até então impostos.

O Ocupa Cinelândia era a materialização ideal para demonstrar que, naquele local escolhido pelo Coletivo Junho+5 já havia existido espaço e ideias de autogestão, horizontais e suprapartidárias; tanto em suas propostas mais democráticas de gestão como por ter o objetivo da ocupação: cobrar das autoridades públicas medidas de melhoria nas condições de vida da população. O Junho+5 apresenta, dessa forma, a convocação para o evento na praça como um ambiente de inspiração para que fosse possível estender a estratégia dinâmica e democrática das ocupações para novas configurações sociais mais amplas.

Esse dado pôde ser confirmado no campo, no dia em que um dos eventos do Junho+5 acontecia, quando o grupo que pensou primariamente o evento comentou que a proposta do

Junho+5 era trazer dinâmicas locais de gestão, descentralizando as escolhas e permitindo uma participação mais efetiva e democrática dos cidadãos⁹⁴.

As reuniões preparativas do grupo Junho+5 demonstravam a pluralidade e o diálogo com as minorias diversas, desde as preparações, em que a parcela indígena tinha sua representatividade no grupo, até a troca com a população do local. Apesar das características distintas do primeiro ocupa, para organização, a segunda ocupação, também da Praça da Cinelândia, torna-se um marco para a execução de atividades para tal local como o início das grandes manifestações no Rio de Janeiro de 2013.

Ocupar novamente a Praça da Cinelândia foi uma referência à “ocupação permanente” durante o processo de efervescência antes de estourar as manifestações. A expectativa era que o evento de ocupação pudesse abrir a possibilidade de novas mobilizações, chamar atenção para os problemas da época e tentar acender a brasa que não se apagou desde 2013.

Entre algumas ações, quero dar foco à estratégia de ação sobre o que é ocupar, apropriar-se de um espaço, ainda que de forma momentânea, representando a utilização e a apropriação da cidade como um bem público, indo além do que está representado hegemonicamente.

Isso traz para o debate que pensar sobre o espaço é uma variável fundamental, segundo Maricato (2015), uma vez que o espaço precisa ser considerado sobre uma variável econômica, política e ambiental fundamental que não pode e nem deve ser ignorada, já que “a globalização neoliberal trouxe também uma forma de uso e ocupação do espaço” (MARICATO, 2015, p.15). A ordem máxima não é focar nas relações e necessidades cotidianas para valorizá-las, ao contrário, a máxima é pensar a vida como mercadoria, pois na produção capitalista não se segue as necessidades das pessoas, mas sim, dirigem-nas conforme os investimentos e as necessidades da vida por via da criação de demandas ou imposições dela.

O esforço de questionar alguns acontecimentos, como os citados acima, fez com que setores e/ou grupos sociais passassem a acreditar na necessidade de uma retomada das vivências mais diretas de participação na democracia. Esses atores entenderam como significativo disputar o sentido das Jornadas de Junho. Ação que só seria possível e teria sentido se fosse criada mais visibilidade às demandas da rua, como era a proposta do Junho+5 ao tentar retomar o ímpeto da mudança por meio da memória, da construção coletiva e do debate; para apresentar uma alternativa a outras pessoas ou grupos que não acreditavam mais

⁹⁴ Ver nota 68

na eficácia do sistema que passava por uma crise de representatividade que o autor Manuel Castells (2018) explica como:

A (...) crise da representação de interesses se une uma crise identitária como resultante da globalização. Quanto menos controle as pessoas têm sobre o mercado e sobre o seu Estado, mais se recolhem numa identidade própria que não possa ser dissolvida pela vertigem dos fluxos globais.

A autodestruição da legitimidade institucional pelo processo político- “embora os efeitos da política do escândalo sobre políticos específicos sejam indeterminados, tal política gera um efeito secundário que é devastador: o de inspirar o sentimento de desconfiança e reprovação moral sobre o conjunto dos políticos e da política, contribuindo assim para a crise de legitimidade”. (CASTELLS, 2018, p.28)

Nesse momento, a consequência em comum era a ruptura com a legitimidade dada à democracia liberal, porque mesmo em posturas divergentes, apresentavam-se descontentamentos que explicam a deslegitimação do sistema, assim como apresenta Castells (2018):

A crise da democracia liberal resulta da conjunção de vários processos que se reforçam mutuamente. A globalização da economia e da comunicação solapou e desestruturou as economias nacionais e limitou a capacidade do Estado-nação de responder em seu âmbito a problemas que são globais na origem, tais como as crises financeiras, a violação dos direitos humanos, a mudança climática, a economia criminosa ou o terrorismo”. (CASTELLS, 2018, p.17-18).

Essas são visões sobre o assunto que fazem parte de um momento histórico/político/social movimentados por um cenário em que há uma quebra de confiança na representação eleita sobre o que corresponde à prática de viabilização de mudanças ou até mesmo na inclusão de demandas sociais, que ficam submersas nas imposições dominantes. Porém, isso é uma fragilidade do modelo de organização política, uma vez que:

a força e estabilidade das instituições dependem da sua vigência na mente das pessoas. Se for rompido o vínculo subjetivo entre o que os cidadãos pensam e querem e as ações daqueles a quem elegemos e pagamos, produz-se o que denominamos crise de legitimidade política; a saber, o sentimento majoritário de que os atores do sistema político não nos representam." (CASTELLS, 2018, p.12)

Por esse motivo, penso ser fundamental trazer, ao analisar a descrição acima, tudo o que o coletivo traçou sobre si – em sua página do *Facebook* – ao destacar a correlação entre a motivação da memória que estava em destaque e a escolha do lugar, pois o evento usou o local como um chamariz para a estratégia política de (re)ocupar as ruas através da simbologia que ele carregava, por ser o local onde a primeira estratégia de ocupar aconteceu no Rio de Janeiro.

Esse mesmo contexto citado faz das ações coletivas formas de questionar que modelo de cidade queremos. Neste ponto, podemos retomar a perspectiva do conceito de Harvey resgatado das ideias de Lefebvre, em que ter “Direito à Cidade” é inclusive ser capaz de

transformar a cidade em sua essência, nos seus mecanismos de funcionamento. Ou melhor dizendo: é moldar a Cidade em toda a sua dinâmica por meio de uma participação democrática, deliberando novos rumos sociais que vão ao encontro da necessidade das pessoas que ali vivem.

Em outras palavras, entender que o “Direito à Cidade” (HARVEY, 2014) é uma proposta contra-hegemônica fundamental. Através desse destaque, poderemos falar sobre os seus distanciamentos e conflitos com a ideologia dominante ao apresentar visões de mundo que carregam em sua essência uma oposição ao modo organizacional consolidado.

Se, de um lado, há uma proposta de vida mais monetarizada e mais individualista (propostas hegemônicas neoliberais), em contraposição surgem, na outra ponta, propostas que tendem a ser menos monetarizadas e mais coletivistas (propostas contra-hegemônicas ou alternativas). Isso evidencia as negociações sobre o próprio espaço, que entenderemos aqui como ter “Direito à Cidade” e sobre a vida, no que se refere à “sobrevivência” nos espaços da cidade como forma de fazer política.

3.3 Reflexões a partir do Junho +5

A retomada, nas redes sociais, de um diálogo de mobilizações com os preparativos do Junho+5 foi um cenário ideal para que eu pudesse continuar esta pesquisa, visto que já encontrava em meu campo a dificuldade de acessar mais diretamente os membros do Coletivo Projetação para aprofundar o meu conhecimento e as minhas análises sobre o grupo, uma vez que nem tudo o que eu precisava para entendê-los estava disponível na internet ou nos livros.

Por esse motivo, minha intenção primária foi me aproximar do evento em busca de algum integrante do Coletivo Projetação para possíveis diálogos e esclarecimentos sobre a perspectiva dos atores que mobilizaram as performances nas ruas durante a Jornada de Junho de 2013. Em outras palavras, coletar informações que ajudassem na composição da análise do grupo, já que o contato via redes sociais não se desenvolveu como esperado.

Esse evento me chamou atenção, uma vez que parecia contar com a presença do Coletivo Projetação. Porém, a participação do Coletivo não se deu de forma direta como imaginei. Como o anúncio do evento foi compartilhado pela página do Projetação, tive a esperança de que o coletivo fosse um dos organizadores do evento ou estivesse alinhado à proposta. A princípio, no entanto, tal informação não se apresentou de maneira clara. Fora necessário aos poucos, de reunião em reunião, descobrir como era a participação do

Projetação nesse evento. Por mais que, inicialmente, não houvesse uma relação clara e direta do Junho+5 com o Coletivo Projetação, resolvi investigar tal relação.

Ao considerar que a internet e as redes sociais sempre foram possíveis espaços de ganho de conhecimento e diálogo, tal recurso toma um grande destaque no trajeto desta pesquisa; primeiro, porque foi o local de resgate das atuações do Coletivo Projetação durante as Jornadas. Segundo, por ser o campo de observação das atividades mais antigas e recentes do grupo; além disso, com esse novo contexto apresentado, por se tornar um local escolhido para o diálogo dos atores que mobilizaram a retomada do debate sobre o que foram as Jornadas de Junho de 2013.

Com base nos motivos listados acima, pensei que a internet me ajudaria novamente, no que tange ao acesso a informações para as pesquisas, uma vez que tive experiências positivas quando tentava entender o Projetação. Em função disso, permaneci coletando e averiguando dados na rede sobre essa nova mobilização, durante todo o período de antecipação do primeiro encontro presencial do Coletivo Junho+5 (fevereiro e meados de março de 2018) e durante toda a construção de atividades, reuniões e suas aplicações (março, abril, maio e junho).

Um simples convite divulgado nas redes sociais por outros grupos e pessoas, assim como o Projetação o fez, deu início aos meus questionamentos de pesquisadora, principalmente no que diz respeito ao questionamento sobre o fato de os atores que convocaram e que participariam serem ativos em junho de 2013 ou não, visto que a divulgação me pareceu, em um primeiro momento, a conexão entre indivíduos e grupos que já tinham histórico de mobilizações anteriores.

Encontrei, assim, um panorama riquíssimo de experiências que trouxeram para esta pesquisa a disponibilidade de entender mais a ligação entre esses dois grupos (Coletivo Projetação e o Junho+5), no que remete às suas intenções e estratégias de ação política, analisando em que se aproximavam ou distanciavam, quando o contexto de pautas de mobilizações são a favor de pensar os direitos sociais não como mercadorias, mas como bens públicos.

Além do mais, o novo coletivo (Junho+5) que surgiu das atividades pensadas para os cinco anos das Jornadas me permitiu descobrir muitos dados sobre o grupo Projetação – para além dos que eu tinha conseguido levantar durante a minha pesquisa na página do Coletivo e os breves contatos com os seus membros pela página do *Facebook* do grupo durante a minha pesquisa de mestrado –, obtidos durante os meses de preparação e execução das atividades de rememoração das Jornadas de Junho, sendo elas a própria noção de "parceiro" já trabalhada

nesta dissertação; informação que surgiu durante esse campo, após os interlocutores se identificarem dessa maneira.

Além disso, a confirmação da dispersão do Coletivo Projetação (a maioria dos membros "oficiais" estava fora do país) e a notícia sobre a mudança de postura do grupo em relação à sua atuação: a ideia do Projetação como plataforma, além de outros assuntos que desdobrei neste capítulo.

Se, por um lado, as redes foram fundamentais para mapear um pouco sobre os coletivos, principalmente o Junho+5 nesse contexto, por outro, tornou-se imprescindível estar nas ruas. Num segundo momento, as minhas descobertas sobre o evento e as suas dinâmicas se deram de forma presencial, a partir dos relatos e das falas dos atores sociais que participaram do encontro convocado pelo Junho+5.

O momento me fez avaliar que, ao usar a internet e me disponibilizar a estar presente fisicamente no evento marcado, fiz um duplo movimento em vivenciar o real e o virtual. Ao dar continuidade à dinâmica das redes na rua para minha inserção no campo, percebi que me encontrava dentro dos próprios debates que analisei anteriormente: a rede como uma extensão das ruas.

Extensão que me permitiu, nesse momento em particular, a chance de construir um olhar que pudesse dar destaque, através do campo, para questões com as quais tive contato nas redes sociais em algum momento ou nas teorias que li para aprender mais sobre o assunto da empreitada deste trabalho. As observações se tornaram mais límpidas em campo, permitindo que se materializassem muitos dados, os mesmos que tornaram possíveis consolidar um caminho de pesquisa que conseguisse abordar algumas dinâmicas de atuação do Coletivo Projetação e alcançar alguns sinais que ajudaram a entender mais um pouco o “espírito de nossa época”.

Isso demonstra que, ao me inserir na dinâmica de informações do Coletivo Junho+5, constatei a existência de evidências práticas da conexão constante entre as ferramentas tecnológicas e as mobilizações dos coletivos que buscam a consolidação de pautas comuns na realidade. Ao participar dos dois mundos, pude perceber uma fluidez quase espontânea, um entrelaçamento entre o “real” e o “virtual” (SOUZA, 2017) nas conexões práticas e simbólicas que o Coletivo utilizava em sua rotina; uma ação operacional que era normalizada no seio dos novos movimentos sociais, no que diz respeito à estratégia, justamente pelo fato de serem desdobramentos diferentes, mas que não se anulam, ao contrário, somam-se.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Contudo, quanto mais o Estado-Nação se distancia da nação que ele representa, mais se dissociam o Estado e a nação, com a consequente crise de legitimidade na mente de muitos cidadãos, mantidos a margem de decisões essenciais para sua vida, tomadas para além das instituições de representação direta.” (CASTELLS, 2018, p.19)

O problema da falta de legitimidade nas instituições é respondido por meio de ações e associações em redes, uma forma de fortalecimento dos movimentos sociais ao tentar disputar escolhas que permitam pensar novas formas de governo; como uma crítica às propostas de gestão socialmente verticalizadas e hierarquizadas, que minam a democracia e afetam diretamente a vida de muitas pessoas no contexto urbano das cidades. Diante das ações efetivas de precarização, repressões e vigilâncias promovidas pelo Estado ao longo dos anos, surge a necessidade de produção de novos repertórios que mantenham uma rede interconectada e moderna de mobilização a fim de enfrentar tais problemas.

Por isso, esta pesquisa delimitou dois eixos centrais de compreensão. O primeiro eixo se define em uma constante disputa sobre a opinião pública para que não se enraízem apenas posicionamentos dominantes. O segundo aponta que há uma introdução permanente do uso da internet e das tecnologias como meio de protesto, em consonância com os ambientes off-line das ruas, estrutura que permite organizações e trocas a qualquer momento para a ligação de objetivos comuns de forma coordenada e rápida, aumentando as chances de atingir o sistema com maiores impactos.

O Coletivo Projetação, ao surgir pelas ruas do Rio tomadas por manifestantes de diferentes ideias e reivindicações sob a efervescência das ações coletivas em junho de 2013, tornou-se um grande ator social à medida que achava espaço para levantar suas pautas e discussões que soavam nas "redes e nas ruas". O grupo de ativistas conseguiu facilitar a comunicação na disputa pela informação contra a mídia hegemônica, apenas portando alguns equipamentos eletrônicos (um notebook, uma extensão, um gerador e um projetor), ao se apropriar da linguagem cotidiana das redes virtuais como ferramentas para aproximar as pessoas e levantar pautas comuns, como o caso da violência policial.

A partir desse momento, o Coletivo passou a representar questões cotidianas com peso social e político. Isso porque, mais do que a construção do Coletivo em si, foi necessário pensar a força e a repercussão da atuação feita pelo grupo. Ao representarem um viés de propostas marcantes e “não-violentas”, carregaram consigo a luta e a ressignificação de espaços e de direitos usurpados – sob uma crítica aos anos que vinham demonstrando que o

consumo privado era mais importante que o bem público no “processo de mercantilização da vida” (CARDOSO, 2013) – através de uma representação informativa, irônica e provocativa que fomentava diferentes denúncias, inclusive da promoção de violências institucionalizadas e a venda das coisas públicas.

Para fazer frente na disputa pelo comum e conquistar poder simbólico, o Coletivo Projetação passa a promover ações de visibilidade para impulsionar um alcance grande e rápido pelo uso e registro nas redes sociais, aumentando a dimensão de alcance, uma espécie de midiaticização, para conclamar suas pautas e fazer-se mais acessível no discurso para atingir seus objetivos, por meio de abordagens que visam à conscientização e à participação cidadã.

Com o propósito de facilitar o processo de conscientização cidadã, usando suas ferramentas tecnológicas, o Coletivo colocou-se em cena a fim de dar destaque, surpreender e atrair o público para uma conscientização por meio da estética, de um impacto do lúdico e pelo fascínio repentino que essa nova linguagem possui.

A atividade de adaptar para as ruas essa nova linguagem com a finalidade de disputar as narrativas, mobilizou intervenções mais contundentes do Coletivo na cidade do Rio de Janeiro para ocupar as ruas com as demandas das reivindicações progressistas. Com isso, inovou as ações políticas ao transformar técnicas de apresentações visuais em repertório de protestos. Em outras palavras, transformaram a projeção de luz em uma maneira de fazer política pelas ruas da cidade.

Suas reflexões projetadas em lugares estratégicos davam voz às demandas que estavam invisibilizadas ou difusas. Tal ação ficou conhecida como “Projetaços”, que estamparam diversos lugares que nenhuma outra forma conseguiria, pois as ideias eram fixadas com a luz, passadas entre as arestas possíveis e difíceis de serem reprimidas. O fenômeno produziu mais uma forma de comunicação alternativa surgida durante a crise de representação da grande mídia, durante as manifestações de 2013.

Outra estratégia elencada pelo Coletivo foi trazer as redes sociais como meio de divulgação de suas intervenções. Para tal, a página no *Facebook*, que acompanhei durante toda a pesquisa, transformou-se não só em uma ferramenta de divulgação e diálogo, mas também, em um acervo da memória de como foi a atuação do Projetação durante as Jornadas de Junho.

O coletivo tornou-se um molde para pensar a ocupação não apenas como corpos que habitam um espaço, mas como a ocupação de um “lugar” que potencializa sua ação de definir o que é político. Torna-se um meio para disputar ideias, efetivar uma construção cidadã, trazendo para o cenário público os mais variados repertórios atuais, de modo visual e límpido,

com uma linguagem fácil e rápida e na maioria das vezes em movimento, e que auxilia na democratização das falas, das ideias e até mesmo pode contribuir para dar visibilidade a alguns movimentos e suas pautas.

Ao se perpetuar como plataforma que replica as projeções em diferentes grupos e lugares, além de ensinar que projetar é simples, o coletivo tem uma perspectiva crítica que pode ser efetivada, necessitando apenas de alguns recursos tecnológicos que garantem um grande impacto nas disputas discursivas. Além de ter como legado diferentes movimentos dos quais participou ou colaborou para que a introdução do audiovisual fosse uma forma de democratizar ideias e promover debates.

Cabe-nos pensar que muitas questões construídas até aqui permitiram a compreensão de diferentes contribuições reflexivas. Tais como a de demonstrar a série de transformações das formas contemporâneas de mobilização, trazendo para a cena um mesclar de experiências clássicas para se somarem a novas estratégias, escolhidas para se alocarem na realidade do período temporal que vivemos.

Os coletivos e grupos de reivindicações, ao se apropriarem das tecnologias e até mesmo de recursos visuais ou linguagens cotidianas como ferramentas, conseguem facilitar a comunicação tanto com “os de dentro” das manifestações, ao politizá-los para determinados debates que têm pautas humanitárias e sociais, quanto com “os de fora” ao tentar explicitar a importância e necessidade da participação política, demonstrando que a interação entre ambas as ações tem como característica uma intenção máxima de alicerçar bases mais sólidas para o aumento da democracia e, conseqüentemente, a inclusão das pessoas nas decisões sobre os rumos sociais que as envolvem.

Por isso, por mais de dois anos, pesquisei os registros das atuações, as conversas e os eventos divulgados na página do Coletivo Projetação, recolhendo os dados, observando as interações e a repercussão dos atos organizados por eles. Assim, desenvolvi caminhos para analisar a forma de atuação, organização e produção de conteúdos voltados a compreender o Coletivo Projetação como ator político no contexto dos novos movimentos sociais.

Em um desses caminhos de análise, no meio dessas observações constantes, vi, em um evento compartilhado pela página do Projetação, uma convocatória para reunir pessoas e debater o que foram as Jornadas de Junho, cinco anos depois do seu acontecimento. O evento foi denominado Junho+5 e se tornou o campo de observação direta para explorar compreensivamente ambos os coletivos (Junho+5 e Projetação).

A observação direta do grupo do Junho+5 tornou-se uma referência que me permitiu analisar e concluir que o Projetação, dentro de seu grupo fixo ou dos parceiros, produziu uma

nova forma de disputar os espaços e o seu sentido. Além de lutar colaborativamente pela democratização da comunicação e pela visibilidade das pautas dos grupos marginalizados.

Essa foi uma forma de reconhecer que essas novas estratégias eram a demarcação de um novo *habitus*⁹⁵ nas mobilizações, que trazem o recurso tecnológico como uma forma de se apresentar nas disputas que movem a nossa realidade; uma característica simbólica sobre o “espírito da nossa época” ao construir disputas narrativas. Por esse motivo, ambos os movimentos (Junho+5 e Projetação) puderam ser relacionados nesta pesquisa, mesmo que, em um primeiro olhar, não existisse uma relação direta do Junho+5 com o Coletivo Projetação.

Ademais, a consistência de muitos dados dos grupos foi obtida durante esses meses de preparação das atividades de rememoração do Junho+5. Como no caso da confirmação da dispersão do grupo (a maioria dos membros "oficiais" estava fora do país) e o novo formato que o Coletivo ganhou após as manifestações de 2013 e 2014: a ideia do Projetação como plataforma. Sem falar na própria noção de "parceiro", trabalhada durante a trajetória desta dissertação, após os interlocutores se identificarem dessa maneira.

Para que tudo isso fosse possível, foi utilizado um referencial teórico nesta dissertação que, por sua vez, consistiu na exploração de noções de coletivo (observadas por Peralva), novas tecnologias de protestos, a ideia de *ocupar* (em relação à teoria do direito à cidade de Harvey) os espaços urbanos por meio das projeções, além da articulação da rede e da rua (trabalhado por Souza), somada à noção de visibilidade (segundo Farias), como auxiliares para entender a realidade que contornava todo o objeto de pesquisa e suas relações com o mundo exterior.

Diante de todos os dados apresentados nesse trabalho, o que foi exposto é fruto de uma ampla curiosidade que acabou por mover esta pesquisa e repensar a trajetória construída até aqui. Posso afirmar, em outras palavras, que o trabalho se sustenta graças ao artesanato intelectual⁹⁶ mobilizado pelo esforço de compreender a realidade em que vivemos, mesmo sabendo que esse esforço possui suas limitações, sejam elas de quem fala, de onde fala e porque fala.

⁹⁵Utilizo o conceito de *habitus* do sociólogo francês Pierre Bourdieu (2007) pelo fato de representar um “sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (p. 191) Com intuito de refletir como a atuação dos agentes presentes nos coletivos gera uma nova forma de comportamento.

⁹⁶ O conceito de artesanato intelectual do autor Wright Mills (2009) pode ser pensado aqui como a própria função do trabalho intelectual, já que o autor usa o termo como uma forma de descrever seu trabalho rigorosamente como pesquisador, que pode ser entendido como um manual metodológico.

Por isso, interessou-me apresentar, nesta pesquisa, o Coletivo como uma forma de compreensão da dinâmica entre o que se fez na rua e o que se destacou na rede e como repercutiu e ainda repercute a atuação do Projeto nas redes sociais. Além do mais, saber até onde foi o seu alcance e como eles ecoaram suas ideias.

Por fim, deixo a minha reflexão de que, durante todo esse trajeto da pesquisa, enxergo a relevância do estreitamento das relações entre as pessoas em diferentes organizações de ação política. Dado que foram as redes, formadas dentro e fora dos movimentos, as importantes aliadas para ampliar os meus horizontes e as vias possíveis dessa pesquisa; ao serem extremamente úteis na apresentação de novas maneiras de atuação dos movimentos sociais, destacando as suas organizações, motivos e até os sentidos que mobilizavam suas utopias, mas que por inúmeros motivos não puderam ser aprofundados neste trabalho, como foram os casos de ouvir a repercussão das violências vividas e percebidas por esses atores, diante de um tempo de controle, prisões e punições por protestar, ganhando um caráter de criminalização. Desafio, entre outros, que ficará aqui para compor análises de trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

- ABDALLA, Livia M. G. Ações coletivas no espaço urbano: as articulações culturais da rede Norte Comum. *41º Encontro Anual da Anpocs GT 34 - Urbanidades possíveis nos múltiplos usos da rua*, 2017.
- ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, n. 3, p.21-41, 2012.
- ALVAREZ, S. E.; DAGNINO; E.; ESCOBAR, A. (Orgs.). *Cultura e Política nos movimentos sociais Latino Americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.
- BETIM, Felipe. Assassinato político de Marielle Franco reativa as ruas e desafia a intervenção no Rio. 16/03/2018. *El País Brasil*. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/16/politica/1521157108_642756.html. Acesso em: 24 de nov. de 2019.
- BEZERRA, A; GRILLO, C. Batalhas nas ruas, guerra nas redes: notas sobre a cobertura midiática da violência em manifestações. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.195-210, maio 2014. Disponível em <http://www.ibict.br/liinc>. acessado em 13 de ago. de 2018.
- BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia. (orgs.). *Um Mural para a Dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*(5a ed.). São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BRINGEL, Breno. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional *Ciências Sociais. Unisinos*, pp. 28-36, janeiro/abril 2010.
- BUTLER, J. *Violencia de Estado, guerra, resistencia. Por una nueva política de la izquierda*, Madrid: Katz, 2011.
- _____. "Repensar la vulnerabilidad y la resistencia". Conferencia impartida el 24 de junio de 2015 en el marco del XV Simposio de la Asociación Internacional de Filósofas (IAPH), Alcalá de Henares. 2015.
- CAMMAERTS, Bart. Lógicas de protesto e a estrutura de oportunidade de mediação. *Matrizes*, Ano 7 – nº 2 jul./dez. 2013 – São Paulo – Brasil, p. 13-36.
- CARDOSO, Adalberto. As Jornadas de Junho e a mercantilização da vida coletiva. *Insight-Inteligência*, v. 15, n. 66, pp. 23-30, 2013.
- CARDOSO, Bruno de V. Megaeventos esportivos e modernização tecnológica: planos e discursos sobre o legado em segurança pública. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano

19, n. 40, p. 119-148, jul./dez. 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/4785118/Megaeventos_esportivos_e_moderniza%C3%A7%C3%A3o_tecnol%C3%B3gica_planos_e_discursos_sobre_o_legado_em_seguran%C3%A7a_p%C3%BAblica. Acesso em: 18 nov. 2019.

CASTELLS, Manuel. Comunidades virtuais ou sociedades de rede? In: *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. *Ruptura: A crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018

CASTRO, José Roberto. Dez anos da crise de 2008: colapso, consequências e lições. 13 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/09/13/Dez-anos-da-crise-de-2008-colapso-consequ%C3%A4ncias-e-li%C3%A7%C3%B5es>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

CATELA, Ludmila. Formas de la memoria: etnografía de las marcas, usos y reinterpretaciones de las memorias políticas en Argentina. In: *Territorios en conflicto: ¿por qué y para qué hacer memoria?*. VII Seminário sobre Patrimonio Cultural, 16 y 17 de noviembre de 2005. Biblioteca de Santiago. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gob.cl/seminario_2005/pdf/cap_1.pdf> Acesso em: 15 fev. 2019.

CURADO, Raphael S. D. F. Intervenções urbanas no DF: as mensagens do pixo, do grafite e das intervenções ativistas Brasília. Monografia (Graduação em Sociologia). Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2017.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*, n.5, pp. 139-164, outubro de 2004.

ESCOBAR, Arturo. Bem-vindos à Cyberia: Notas para uma antropologia da cibercultura. In: J. Segata & T. Rifiotis (Eds.). *Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura*. Brasília: ABA Publicações, 2016.

FARIAS, Juliana. *Estratégias de visibilidade, política e movimentos sociais: reflexões sobre a luta de moradores das favelas cariocas contra a violência policial*. Rio de Janeiro: UERJ/PPCIS. 150f. Dissertação de Mestrado, 2007.

_____. *Governo de Mortes: Uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGSA, 2014, 248f. Tese (doutorado), 2014.

FERES JÚNIOR, Miguel; BARBABELA, A. Mídia impressa na cobertura das manifestações de junho. *GT22 Mídia, política e eleições*, 2015.

FOUCAULT, Michael. *Microfísica do poder*. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

FREIRE, F.; SANTOS, J. Projeção de imagens e ação política na cidade do Rio de Janeiro: contribuições do estudo de situações sociais para a análise de apropriações tecnológicas.

Revista Contemporânea. Ed.24. Vol.12. N2. 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/issue/view/941>. Acesso em 24 de nov. 2019.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GOHN, M. G. *Sociologia dos movimentos sociais*. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008.

HARVEY, David; SADER, E.; TELES, E. *et al.* *Occupy – movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *O direito à cidade*. Tradução: Jair Pinheiro. Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

HARVEY, David; MARICATO, E.; ŽIŽEK, S. *et al.* *Cidades rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Tradução de Jefferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. O “novo imperialismo”: ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento. Artigo publicado originalmente em Socialist Register. Tradução de Maria Izabel Lagoa, julho/2003. Disponível em:

http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v13_14_harvey.pdf. Acesso em: 23 fev. 2019.

IASI, Mauro Luis. A rebelião, a cidade e a consciência. In: *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Erminia Maricato *et al.* (org.) 1ª Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Democracia e revolução tecnológica em tempos de cólera: Influência política midiática e radicalização militante. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Democracia”, do VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VI COMPOLÍTICA), na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), de 22 a 24 de abril de 2015, pp. 1-22.

LÉFÈBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2009.

LEITE, Márcia. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Rev. Bras. Segur. Pública*, São Paulo, v. 6, n. 2, 374-389, Ago/Set, 2012.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2002, vol.17, n.49, pp.11-29.

MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Para entender a crise urbana. In: CaderNAU-Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas, v.8, n. 1, 2015. Acesso em 20 jul. 2018.

MARTINS, Helena. Mobilização social de junho de 2013 levou o governo a propor cinco pactos. Agência Brasil EBC - Brasília.2014. Versão eletrônica disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-06/mobilizacao-social-de-junho-de-2013-levou-o-governo-propor-cinco-pactos>. Acesso em 30 jul. 2019.

MARTUCCELLI, Danilo. Esfera pública, movimentos sociais e juventude. In: *Internet e mobilizações sociais: transformações do espaço público e da sociedade civil* (org. Sorj; Fausto). São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2015.

MILLS, C. W. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 2009.

MORAES, T.; SANTOS, R. Os Protestos no Brasil: um estudo sobre as pesquisas na *web*, e o caso da Primavera Brasileira. *Rev. Int. Investig. Cienc. Soc.* Vol. 9 nº2, diciembre 2013. pág. 193-206, 2013.

NAME, Leonardo. Das Redes às Ruas: notas sobre novas tecnologias de informação e comunicação, mobilização social e manifestações políticas no espaço público. In: *Qualidade do Lugar e Cultura contemporânea: controvérsias e ressonâncias em ambientes urbanos*. 1ªEd. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/FAU/PROARQ, 2012.

OITICICA, Ciro Brito. *Ocupa Câmara Rio. Rio de Janeiro, 2014*. Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo)–Universidade Federal do Rio de Janeiro–UFRJ, Escola de Comunicação–ECO, 2014.

PERALVA, Angelina. O legado de 2013: Coletivos de ativistas e a agenda política brasileira. 41º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu – MG, 23 a 27 de outubro de 2017.

PURDY, Sean. 1968: a rebelião estudantil nos Estados Unidos. *Revista Cult* (versão digital), março de 2010. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/1968-a-rebeliao-estudantil-nos-estados-unidos/>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças*. Editora Boitempo, São Paulo, 2015.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Editora Record, 2000.

SILVA, Tarcisio Torres. *Ativismo digital e imagens: estratégias de engajamento e mobilização em rede*. Jundiaí: Paco editorial, 2016.

SORJ, Bernardo. On-line/ off-line: a nova onda da sociedade civil e transformação da esfera pública. In: *Internet e mobilizações sociais: transformações do espaço público e da sociedade civil* (org. Sorj; Fausto). São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2015.

SOUZA, P. L. A. *Entre becos e ONGs: etnografia sobre engajamento militante, favela e juventude*. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2017.

THOREAU, Henry David. *A desobediência civil*. São Paulo: Penguin Classics - Companhia das Letras, 2012.

TILLY, Charles; WOOD, Lesley J. *Los movimientos sociales 1768-2008: desde sus orígenes a Facebook*. Barcelona: Crítica, 2010.

OUTRAS FONTES CONSULTADAS

ABERTURA da Copa tem protesto, prisões e confronto com PM no Rio. G1. Rio de Janeiro. Caderno Rio de Janeiro. 12 de jun. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/06/abertura-da-copa-no-rio-tem-protestos-e-confronto-com-pm.html> Acesso em 17 out. 2019.

AFFONSO. J. Protesto de moradores contra mortes em favela no Rio reúne 5.500 pessoas. UOL. Cotidiano. São Paulo. 02 jul. 2013. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/07/02/protesto-de-oradores-contra-mortes-em-favela-no-rio-reune-2000-pessoas.htm>. Acesso em: 02 mar. 2019.

ARTE para uma cidade invisível. Wordpress.com. Projetação. Disponível em: <https://arteparaumacidadeinsivel.wordpress.com/obras/projetacao/>. Acesso em: 14 jan. 2019.

ASSASSINADO em chacina de Maricá davam aulas para crianças de 8 anos. Pragmatismo político. História. Rio de Janeiro. 28 mar. 2018. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/03/chacina-de-marica-davam-aulas-criancas.html>. Acesso em: 24 nov. 2019.

BACOCINA, D. Movimento anti-globalização ganha voz a partir de Seattle. BCC. Brasil. Economia. Disponível em: www.bbc.com/portuguese/economia/020125fecprothistorico1.shtml. Acesso em: 04 jan. 2019.

BORGES, H. No fim das contas, o “ocupa Cabral” tinha razão. The intercept. Coluna. São Paulo. 22 set. 2017. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/09/22/no-fim-das-contas-o-ocupa-cabral-tinha-razao/>. Acesso em 12 fev. 2019.

BRASIL. U. [Rede social]. *Quem somos*. Disponível em: <http://uninomade.net/quem-somos/>. Acesso em 14 jan. 2019.

CABRAL, O. [Rede social]. Disponível em: <https://www.facebook.com/plataformaprojetacao/>. Acesso em: 2 mar. 2017.

CARDOSO, A. Lei Antiterrorismo: o que é e por que está sendo discutida agora? Politize. Rio de Janeiro. 25 de fev de 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/lei-antiterrorismo/> Acesso em 15 dez. 2019.

CASTRO, J. R. Dez anos da crise de 2008: colapsos, consequências e lições. Nexo. Expresso. São Paulo. 13 set. 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/09/13/Dez-anos-da-crise-de-2008olapso-consequ%C3%A2ncias-e-li%C3%A7%C3%B5es> > Acesso em 26 fev. 2019.

CINELANDIA, O. [Rede social]. Disponível em: <https://www.facebook.com/ocupacaocinelandia/>. Acesso em: 2 mar. 2017.

COMPLEXO da maré: 5 mil protestam contra chacina na cidade do Rio de Janeiro. Portal Vermelho. Notícia. São Paulo. 04 jul. 2013. Disponível: <http://www.vermelho.org.br/noticia/217735-1>. Acesso em: 02 mar. 2019.

COMUNICAÇÃO. E. B. Saiba como foi o 7 de setembro pelo Brasil. Notícias. Brasília. 08 set. 2013. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/09/saiba-como-esta-o-7-de-setembro-pelo-brasil>. Acesso em: 3 fev. 2019.

CRUZ, M. T. Justiça do RJ condena a prisão 23 participantes de protestos em 2013 e 2014. Fórum. São Paulo. 18 jul. 2018. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/justica-do-rj-condena-a-prisao-23-participantes-de-protestos-em-2013-e-2014/>. Acesso em: 28 jan. 2018.

DESDE JUNHO. Direção Júlia Mariano. São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/DesdeJunho/about/?ref=page_internal ou no link: <http://www.desdejunho.org/ep01-caixa-de-pandora/>. Acesso em: 01 set. 2018.

ESTUDANTES, U. N. D. Grito dos excluídos: uma mobilização nacional pelos direitos do povo. Notícias. Brasília. Disponível: <http://www.une.org.br/2011/09/grito-dos-excluidos-uma-mobilizacao-nacional-pelos-direitos-do-povo/>. Acesso em: 3 fev. 2019.

FAVELA/QUILOMBO. O. A. [Rede social]. Disponível em: <https://www.facebook.com/OcupaAlemao/>. Acesso em: 2 mar. 2017.

FURTADO, J. R.; VIEIRA ZANELLA, A. Graffiti e Pichação: Relações estéticas e intervenções urbanas - DOI 10.5216/vis.v7i1.18123. Visualidades, v. 7, n. 1, 19 abr. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/vis.v7i1.18123>. Acessado em 28 de dez 2019.

INTERNACIONAIS. Zapatistas iniciam marcha em Chiapas. Folha de S. Paulo. Mundo. São Paulo. 26 fev. 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2602200105.htm>. Acesso em: 24 fev. 2019.

INTERNACIONAL. [Rede social]. *Quem somos*. Disponível em: <https://anistia.org.br/conheca-a-anistia/quem-somos/>. Acesso em: 14 jan. 2019.

JUNHO+5. [Rede social]. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/junhomais5/about/?ref=page_internal. Acesso em: 02 ago. 2019.

JUSTIÇA aceita denúncia contra Sérgio Cabral, agora réu em 30 processos. G1. Rio de Janeiro. Caderno Rio de Janeiro. 30 de set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/30/justica-aceita-denuncia-contra-sergio-cabral-agora-reu-em-30-processos.ghtml> Acesso em 17 out. 2019.

KOBRA, E. [Rede social]. *Foto de capa*. 27 dez. 2016. Disponível em: <https://m.facebook.com/kobrastreetart/photo>. Acesso em: 3 jan. 2019.

LEVANTE! Direção de Barney Lenkester–Owen e Susanna Lira. Produção: Pedro Rosa. Brasil, México, Faixa de Gaza, Hong Kong e Japão: Canal Futura, 2015. 55min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=koJxudNP-xI>. Acesso em: 15 jul. 2017.

LIMA, J. Ocupa alemão: coletivo de jovens luta contra a criminalização do espaço público nas favelas. Rioonwatch. Denúncias. Rio de Janeiro. 15 ago. 2013. Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=7282>. Acesso em: 15 dez. 2018.

LOGUERCIO, E. O significado histórico da primavera de Praga. *Jornal da USP. Artigos*. São Paulo. 02 nov. 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/o-significado-historico-da-primavera-de-praga/>. Acesso em: 25 nov. 2018.

MAIA, G.; PARADELLA, R. Manifestantes ocupam câmara municipal do Rio em protesto contra Cabral. *Uol. Cotidiano*. Rio de Janeiro. 08 de ago. 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/08/08/manifestantes-entram-na-alerj-e-anunciam-ocupacao-cerca-de-mil-protestam-no-centro.htm>. Acesso em: 08 ago. 2019.

MARACANÃ, R. A. [Rede social]. Disponível em: <https://www.facebook.com/aldeiaresiste/>. Acesso em: 2 mar. 2017.

MARTINS, G. Um ano da chacina da Maré! O cidadão do bairro Maré. *Notícias*. Rio de Janeiro. 26 jun. 2014. Disponível em: <http://jornalocidadao.net/um-ano-da-chacina-na-mare/>. Acesso em 11 nov. 2019.

MARTINS, H. Mobilização social de junho de 2013 levou o governo a propor cinco pactos. *Empresa Brasil de Comunicação. Geral. Notícias*. Brasília. 21 jul. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-06/mobilizacao-social-de-junho-de-2013-levou-o-governo-propor-cinco-pactos>. Acesso em: 30 jul. 2019.

MASCARENHAS, A. Quem morreu nas manifestações. *Vice. Notícias*. São Paulo. 14 fev. 2014. Disponível em https://www.vice.com/pt_br/article/53mdq8/quem-morreu-nas-manifestacoes. Acesso em: 11 nov. 2018.

MODELLI, Lais. De crime a arte: a história do grafite nas ruas de São Paulo. In: *BBC News Brasil*. 28 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38766202>. Acesso em 28 de dez 2019.

MONACHESI, Juliana. A explosão do a(r)tivismo. *Folha de S. Paulo*. pp. 4-9. 06 de abril de 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0604200305.htm> Acesso em: 04 de junho de 2018.

MTST. [Rede social]. *Quem somos*. Disponível em: <https://www.mtst.org/quem-somos/>. Acesso em: 14 jan. 2019

PANDORA, C. D. Produção de Jurubeba. Direção: Júlia Mariano. Roteiro: Diego Lyra. Rio de Janeiro: #desdejunho, 2013. 1 episódio (26min.). Disponível em: <http://www.desdejunho.org/ep01-caixa-de-pandora/>. Acesso em: 1 set. 2018.

PASSAGEM. [Rede social]. Disponível em:

https://www.facebook.com/pg/forumcontraoamento/about/?ref=page_internal. Acesso em: 20 jan. 2018.

PAULA, Josi de. Slam: literatura e resistência! *Educação Pública*, v. 19, nº 30, 19 de novembro de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/30/slam-literatura-e-resistencia> Acesso em: 29/12/2019.

PICHAÇÃO “abaixo a ditadura”. Memórias da ditadura. São Paulo. Disponível em: <https://tecnoblog.net/247956/referencia-site-abnt-artigos/>. Acesso em 03 jan. 2019.

PROJETAÇÃO.[Rede social]. Disponível em:

https://www.catarse.me/projetacao?ref=ctrse_explore_pgsearch&project_id=5252&project_user_id=260840.

_____. [Rede social]. Disponível em:

<https://www.facebook.com/plataformaprojetacao/>. Acesso em: 2 mar. 2017.

_____. *Foto*. Rio de Janeiro. 29 jul. 2013. @plataformaprojeção. Disponível em: <http://on.fb.me/1BiGKlr>. Acesso em: 17 dez. 2018.

_____. Crowdfunding projeção. 2014. (3m31s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=E_0DISaolyA. Acesso em 25 jul. 2017.

QUEM não ficou confuso é porque não entendeu nada, diz Bial em conversa sobre as manifestações de 2013. Gshow. Globo. Programas. Rio de Janeiro. 07 jun. 2018. Disponível em: <https://gshow.globo.com/programas/conversa-com-bial/noticia/quem-nao-ficou-confuso-e-porque-nao-entendeu-nada-diz-bial-em-conversa-sobre-as-manifestacoes-de-2013.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2018.

REDAÇÃO. Artivismo: criações estéticas para ações políticas. Outras Palavras.

Blogderedação. São Paulo. 20 jan. 2014. Disponível em:

<https://outraspalavras.net/blog/artivismo-criacoes-esteticas-para-acoes-politicas/>. Acesso em: 14 dez. 2018.

REDAÇÃO. Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil.

Senado Notícias. Matéria. Especial. Brasília. 28 dez. 2016. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso 24 nov. 2019.

RIO. O. C. [Rede social]. Disponível em: <https://www.facebook.com/ocupacamarario>. Acesso em: 2 mar. 2017.

RONCOLATO, Murilo. Grafite, pixo e arte: tintas de cultura e subversão na cidade. Nexo Jornal Expresso. São Paulo. 13 nov. 2018. Disponível em:

<https://www.nexojornal.com.br/podcast/2017/01/28/Grafite-pixo-e-arte-tintas-decultura-e-subvers%C3%A3o-na-cidade> Acessado em 10 de nov. 2018.

SIGNIFICADOS de web. Significados. Web. Disponível em:
<https://www.significados.com.br/web/>. Acesso em 18 nov. 2019.

TRIBUNAL de justiça do rio condena a prisão de ativistas envolvidos em protestos em 2013 e 2014. G1. Rio de Janeiro. Caderno Rio de Janeiro. Disponível em:
<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/tribunal-de-justica-do-rio-condena-a-prisao-ativistas-envolvidos-em-protestos-em-2013-e-2014-no-rio.ghtml>. Acesso em 08 nov. 2017.

VALENCIA, A. S. Zapatismo. Enciclopédia Latino Americana. Verbetes. São Paulo. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/z/zapatismo>. Acesso em: 24 fev. 2019.

VÂNDALOS deixam rastro de destruição após confronto com PM no Rio. G1. Rio de Janeiro. Caderno Rio de Janeiro. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/10/vandalos-deixam-rastro-de-destruicao-apos-confronto-com-pm-no-rio.html>. Acesso em: 28 ago. 2018.

VEGA, F. G. Restaging in order to activate living memory. L'Internationale. Union European. 19 nov. 2014. Disponível em:
http://www.internationaleonline.org/opinions/39_restaging_in_order_to_activate_livin_memory. Acesso em 03 jan. 2019.

3D. Língua portuguesa. Dicionário. Infopédia. Portugal. Porto. Disponível em:
<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/3D>. Acesso em 11 jan. 2019.